



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE

RENATA DE PAULA TRINDADE ROCHA DE SOUZA

TVE: MATIZES PARA UMA NOVA CULTURA
POLÍTICAS CULTURAIS E TELEVISÃO PÚBLICA

Salvador
2009

RENATA DE PAULA TRINDADE ROCHA DE SOUZA

TVE: MATIZES PARA UMA NOVA CULTURA

POLÍTICAS CULTURAIS E TELEVISÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

Linha de Pesquisa: Cultura e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lindinalva Silva Oliveira Rubim

Salvador

2009

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Souza, Renata de Paula Trindade Rocha de.

TVE : matizes para uma nova cultura políticas culturais e televisão pública / Renata de Paula Trindade Rocha de Souza. - 2010.

175 f.

Inclui apêndices.

Orientadora: Profª Drª Lindinalva Silva Oliveira Rubim.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2009.

1. Cultura - Bahia. 2. Televisão pública. 3. Política cultural. I. Rubim, Lindinalva Silva Oliveira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 306098142
CDU - 316.72/.74(813.8)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Faculdade de Comunicação

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

RENATA DE PAULA TRINDADE ROCHA DE SOUZA

TVE: MATIZES PARA UMA NOVA CULTURA

POLÍTICAS CULTURAIS E TELEVISÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e
Sociedade

Salvador, 30 de abril de 2009

Banca Examinadora:

Profª Drª Lindinalva Rubim _____

Doutora em Comunicação, UFRJ

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Albino Rubim _____

Doutor em Sociologia, USP

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Antônio Guerreiro de Freitas _____

Doutor em História, Université de Paris IV

Universidade Federal da Bahia

À minha avó, Brasília Trindade, que não cheguei a conhecer neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Posso me considerar abençoada pelas pessoas que me cercam. E a todos estes sou grata por colaborarem, cada um em seu momento e à sua maneira, para a construção constante do que sou. Pelas contribuições neste sentido, e em especial para esta dissertação, agradeço aos que abaixo seguem:

A Linda Rubim, orientadora, mãe, madrinha e parteira do muito do que sou hoje e dos projetos já feitos, em andamento ou ainda por fazer.

A Iraildes, minha mãe, por estar sempre, e ao meu pai, Jaildo, por ser quem é.

A Dênisson Padilha Filho, meu grande amor, pela companhia, paciência e dedicação na vida que iniciamos juntos e a Ana Beatriz, meu pequeno grande amor, pela compreensão amadurecida de minhas ausências e impaciências.

A Albino Rubim, pelo exemplo, conselhos, incentivo e apoio.

A Léo Costa, Fernanda Pimenta e Delmira Nunes, pela vigilância constante e braços sempre estendidos.

Aos meus irmãos, Emanuela, Rebeca e Jai Filho, pelas risadas dadas juntos; ao pequeno Ulysses, momento iluminado do percurso. Aos meus cunhados, Sharif e Pedro Paulo. E à minha família adquirida, Ana Aparecida, Maria Henriqueta, Vinicius, Tércia, Artur, Vinicius e Dênisson, Mariana, Eduardo e Antônio.

Aos meus queridos amigos, pelas ausências presentes e pela presença em momentos cruciais, Janira Borja, Camila Tenório, Fernanda Rodamilans, Vítor Freire, Raquel Meneses, Jamile Sahade, Priscila Pinto, Fernanda Argolo, Tatiana Mendonça, Salim Khoury...

Aos “irmãos”, Tiê, Iuri e Scheila, pelo furto constante da mãe, e pelo acolhimento e carinho espontâneo.

À equipe do IRDEB, sempre prestativa e generosa no fornecimento de informações, saliento a boa vontade de Letícia Barbosa, Eduardo Nascimento, Rosângela, Genivalva Cardoso, Póla Ribeiro, Josias Pires Neto, Antonio Passos, Thiago Pires e equipe da Videoteca, Raphael

Moraes, Simon Souza Matos, Silvana Moura e equipe da biblioteca. Das rodadas anteriores de entrevistas: Paolo Marconi, Fernando Vita, Sergio Mattos e Washigton Filho.

A toda a equipe do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), pela experiência do aprendizado constante, e especialmente a Nadja Miranda, pelas dicas e contribuições para este trabalho.

À Maria Aparecida Ferraz pela revisão cuidadosa do texto e à Nívea Rocha de Souza pela normalização bibliográfica.

Aos professores do Pós-Cultura, que contribuíram para desembaçar minha vista um tanto turva: Anna Maria Jatobá, Albino Rubim, Eneida Leal Cunha, Leonardo Boccia, Linda Rubim, Maurício Tavares, Paulo Cesar Alves, Paulo Miguez.

Ao professor Antônio Guerreiro, pelas grandes contribuições em classe e por aceitar participar da banca deste projeto.

Aos amigos, colegas e funcionários do Pós-Cultura e, principalmente, a Aidil Brittes, Natália Coimbra e Adriana Rodrigues, pelos momentos de descontração, muitas vezes antecipados de momentos de desespero.

A todos os alunos da disciplina Tema Especiais em TV, que me mais me ensinavam quando aprendiam.

A Paulo Lima, Fernando Trindade, Louise Gumes (*in memoriam*), Sara Régis, Natália Valério, Ugo Barbosa, Hortência Nepomuceno, e equipe da Fundação Gregório de Mattos, pelo extenso aprendizado em tão curto espaço de tempo, e pela compreensão das minhas ausências aqui justificadas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela concessão de bolsa de mestrado e pelo auxílio concedido para a finalização desta dissertação.

Se você não conhece a resposta, discuta a pergunta.

Clifford Geertz

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo compreender a forma como a Televisão Educativa da Bahia, emissora estatal com finalidade pública, pertencente à estrutura do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, assimila e põe em prática as políticas culturais implantadas pelas distintas administrações do governo estadual. As discussões sobre a televisão pública foram levantadas e problematizadas, bem como as trajetórias dos sistemas televisivos com finalidade pública no Brasil e na Bahia, em suas relações com as políticas para a cultura. Além disso, com o intuito de investigar e compreender como se estrutura e se organiza a TVE-Ba, a pesquisa se ancorou em três aspectos, considerados essenciais em um serviço público de radiodifusão: suas formas de gestão, financiamento e programação. Temporalmente, toma-se como ponto de partida a inauguração desta emissora de TV, em 09 de novembro de 1985, até dezembro de 2008.

Palavras Chave – Cultura. Televisão pública. Política cultural. Bahia

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to understand how Televisao Educativa da Bahia (TVE-Ba), a public broadcasting television station affiliated with the Instituto de Radiodifusao Educativa da Bahia, implements cultural policies set by differing state government administrations. This work presents and problematizes discussions about public broadcasting television. The history of public broadcasting television in Brazil and in Bahia and its relations with cultural policies is debated in this thesis as well. The research also examines, in the context of baiano culture, the history of TVE-Ba since its inauguration in November of 1985 until December of 2008, focusing on its managements, finances, and programing.

Key Words – Culture. Public television. Cultural policy. Bahia.

Lista de Tabelas

Tabela 1	Relação de Gestores: Governo do Estado, Secretarias e IRDEB	148
Tabela 2	Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo João Durval	150
Tabela 3	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo João Durval	151
Tabela 4	Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Waldir Pires/Nilo Coelho	152
Tabela 5	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Waldir Pires/Nilo Coelho	153
Tabela 6	Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy	154
Tabela 7	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy	155
Tabela 8	Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Paulo Souto	156
Tabela 9	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Paulo Souto	157
Tabela 10	Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo César Borges/Otto Alencar	158
Tabela 11	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo César Borges/Otto Alencar	159
Tabela 12	Receita arrecada pelo IRDEB durante o segundo Governo Paulo Souto	160
Tabela 13	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o segundo Governo Paulo Souto	161
Tabela 14	Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Jacques Wagner	162
Tabela 15	Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Jacques Wagner	163
Tabela 16	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo João Durval	165
Tabela 17	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Waldir Pires/Nilo Coelho	166
Tabela 18	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy	167
Tabela 19	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Paulo Souto	168
Tabela 20	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo César Borges/Otto Alencar	169
Tabela 21	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Paulo Souto	171
Tabela 22	Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Jacques Wagner	174

Lista de Abreviaturas

ABCCOM	Associação Brasileira de Canais Comunitários
ABERT	Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
ABTU	Associação Brasileira de Televisão Universitária
ACM	Antônio Carlos Magalhães
AGECOM	Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia
ANCINAV	Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual
Ancine	Agência Nacional de Cinema
ASTRAL	Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BSP	Bahia Singular e Plural
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CONDER	Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DNFI	Departamento Nacional de Fiscalização
DOCTV	Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro
Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S/A
BDT	<i>Telecommunication Development Bureau</i>
BFC	Bahia Film Commission
CEC	Conselho Estadual de Cultura
COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações
CPPP	Centro de Rádio e um Centro de Planejamento e Produção Pedagógica do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações
DIMAS	Diretoria de Artes Visuais e Multimeios
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBU	European Broadcasting Union
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMTURSA	Empresa de Turismo S/A

Fazcultura	Programa Estadual de Incentivo à Cultura
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FCEB	Fundo de Cultura
FCEBA	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FIES	Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNDART	Fundação das Artes
FUNDESE	Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico
FUNTEVÊ	Fundação Roquette Pinto
GUTE	Gerência de Utilização de Tecnologias Educacionais do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INTELSAT	Sistema Internacional de Satélites
Intervozes	Coletivo Brasil de Comunicação Social
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
ITU	<i>International Telecommunication Union</i>
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MINICOM	Ministério das Comunicações
MINFRA	Ministério da Infraestrutura
NAVI	Núcleo de Apoio ao Vídeo
PBS	<i>Public Broadcasting Service</i>
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN	Partido da Mobilização Nacional
POTE	Pólo de Teledramaturgia da Bhia
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Socialista Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RCA	<i>Radio Corporation of America</i>
SEC	Secretaria de Educação
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEC	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura
SEEB	Secretaria da Educação
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEINFRA	Secretaria de Infra-estrutura
SETUR	Secretaria de Turismo
SBTVD	Sistema Brasileiro de TV Digital
SBTVD-T	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre
SCT	Secretaria da Cultura e Turismo
SPR	Serviço Público de Radiodifusão
TCA	Teatro Castro Alves
TVE-Ba	Televisão Educativa da Bahia
TVE-Ma	Televisão Educativa do Maranhão
TVE-Rio	Televisão Educativa do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UPB	União dos Prefeitos da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - TV PÚBLICA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	22
1.1 A Televisão Pública: essa Desconhecida	24
1.1.1 <i>Televisão Cultural</i>	30
CAPÍTULO II - TELEVISÃO E HISTÓRIA CULTURAL	33
2.1 Televisão Pública no Mundo: Breve Histórico	35
2.1.1 <i>Televisão Pública nas Américas</i>	38
2.2 Televisão Pública e Cultura no Brasil	39
2.2.1 <i>Abertura Lenta Gradual e Segura</i>	44
2.2.2 <i>TV Pública e Políticas Culturais do Governo Lula</i>	47
2.2.3 <i>O I Fórum de TVs Públicas e a Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil</i>	50
CAPÍTULO III - TV PÚBLICA, ESTADO E CULTURA NA BAHIA	56
3.1 “Vazio Cultural” na Bahia	57
3.2 Surgimento da Televisão Educativa da Bahia	60
3.3 Para Mudar a Bahia?	62
3.4 Televisão, Cultura e Turismo	68
3.4.1 <i>“Dar Voz a Quem Não Tem Voz”</i>	71
3.4.2 <i>Continuidades</i>	73
3.5 Uma Nova Cultura?	76
CAPÍTULO IV - TVE: ESPELHO DA BAHIA	79
4.1 Gestão e Controle do IRDEB/TVE-Ba	82
4.1.1 <i>Inaugurações</i>	83
4.1.2 <i>Governo da “Mudança”</i>	85
4.1.3 <i>Mídia, Cultura e Turismo</i>	87
4.1.4 <i>Matizes da Cultura em Curso</i>	91
4.2 Financiamento: Receitas e Despesas no IRDEB/TVE-Ba	93

4.2.1	<i>Inaugurações</i>	94
4.2.2	<i>Governo da “Mudança”</i>	99
4.2.3	<i>Mídia, Cultura e Turismo</i>	100
4.2.4	<i>Matizes da Cultura em Curso</i>	106
4.3	Programação da TVE-Ba	108
4.3.1	<i>Inaugurações</i>	110
4.3.2	<i>Governo da “Mudança”</i>	113
4.3.3	<i>Mídia, Cultura e Turismo</i>	115
4.3.4	<i>Matizes da Cultura em Curso</i>	123
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A	147
	APÊNDICE B	162
	APÊNDICE C	164

INTRODUÇÃO

No Brasil, a televisão¹ está presente em quase todos os lares do país, representando a principal fonte cultural de entretenimento, diversão e informação da maioria dos brasileiros. O importante papel desempenhado por este meio de comunicação na sociedade brasileira contemporânea nos leva, em certo sentido, a fazer uma apropriação da ideia de Benedict Anderson (2008), quando pensa na literatura como formatadora de uma *comunidade imaginada*. Toma relevo, portanto, a necessidade de compreender a televisão em seu viés cultural.

As relações entre televisão e cultura já foram contempladas em estudos empreendidos por autores como Renato Ortiz (1998), Muniz Sodré (1977), Michéle e Armand Mattelart (1989) etc. Tais investigações tornam patente a necessidade da construção de políticas para a cultura no país que contemplem, de forma efetiva, este meio de comunicação. Contudo, este tema é praticamente inexplorado no meio acadêmico.²

Por outro lado, se compreendemos a cultura como um conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social (CANCLINI, 2005), necessário se faz evocar novos paradigmas para a reflexão acerca das relações entre a cultura, as identidades, a política e os meios de comunicação. Esta perspectiva é ainda mais evidenciada a partir do conceito contemporâneo de política cultural. Segundo Nestor García Canclini:

*Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación cultural. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.*³ (CANCLINI, 2001, p. 65).

¹ O que aqui chamamos televisão se refere, mais especificamente, à televisão aberta, de programação não temática, incluindo-se emissoras comerciais e públicas, cujas nuances serão enfatizadas a seguir.

² Nesse sentido, cabe destacar o artigo inaugurador “Televisão e Políticas Culturais no Brasil, de Albino Rubim e Linda Rubim (2004).

³ Os estudos recentes tendem a incluir no âmbito deste conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação cultural. Esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais, porém, precisa ser ampliada, levando-se em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade (tradução da autora).

O autor pondera que a formulação de uma política cultural deve trabalhar democraticamente com a divergência, reconhecendo o distinto e elaborando as tensões a partir das diferenças. Em meio às recentes transformações do mercado simbólico e da cultura cotidiana, verifica-se também a necessidade de se promover a reorganização cultural do poder, no bojo das relações sociopolíticas, de uma concepção bipolar e vertical para outra descentrada e multideterminada (CANCLINI, 2007).

Autores como Barbalho (2005) e Rubim (2003) destacam, ainda, a importância da interação crítica entre as políticas culturais e as indústrias culturais — abarcando-se aí a cultura, o lazer, o entretenimento e o turismo — e os meios de comunicação, compreendidos como instrumentos essenciais de formação e informação.

Com o mesmo propósito, Jesús Martín-Barbero propõe que a renovação da cultura assuma o que está em jogo, hoje, nas políticas culturais, para além dos questionamentos em prol da instituição de políticas para a comunicação.

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também qualitativo: na redefinição da cultura é fundamental a compreensão de sua *natureza comunicativa*. (MARTÍN-BARBERO, 2003. p. 299).

Significa dizer que a questão cultural passa a ser inscrita, no interior do político, e a comunicação, na cultura, pois a cultura não pode mais ser pensada de modo independente do que acontece nas indústrias culturais e nos meios de comunicação. Desta forma, a televisão, este “indiscutível fato da cultura de nosso tempo” (MACHADO, 2000, p.21) relaciona-se, de maneira inequívoca com as políticas culturais no país.

Nesse sentido, a realização deste trabalho foi influenciada em grande medida pelo rico contexto de propostas, projetos e ações, de âmbito federal, na área cultural, a partir da nomeação de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, em 2003. Na gestão Gil, o tema da televisão passou a fazer parte dos debates sobre as políticas culturais no país, representando um importante passo para o reconhecimento deste meio de comunicação como um aparato eminentemente cultural.

Na Bahia, por sua vez, a eleição de Jacques Wagner para governador, em 2006, resultou na possibilidade de alinhamento entre a recém-criada Secretaria de Cultura (SECULT)⁴ e as políticas culturais formuladas e postas em prática em âmbito federal. Em

⁴ A criação da Secretaria de Cultura, embora desmembrada da antiga Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), ainda na gestão de Paulo Souto, configurava-se como uma das principais propostas na área de cultura do atual governo.

entrevista, o secretário Márcio Meirelles, explicitou seu espelhamento na experiência do MINC e apresentou uma série de propostas para sua gestão, dentre as quais a descentralização e a interiorização, a modificação das leis de fomento, a integração do governo com as universidades e a sociedade, a promoção das Conferências Estaduais de Cultura e a construção de um Sistema Estadual de Cultura (YODA; CARVALHO, 2007).

Dentre as políticas que influenciariam o setor televisivo, o diretor-executivo do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), Póla Ribeiro⁵ aponta para a junção de todo o setor audiovisual (cinema, televisão e radiodifusão) em um mesmo órgão; o fomento à formação de um pólo de produção audiovisual no Estado; a reestruturação do IRDEB; a qualificação e regionalização da programação da Televisão Educativa da Bahia (TVE-Ba); a aquisição de conteúdo para a emissora; dentre outros.

Tendo em vista o cenário apresentado, esta dissertação propõe-se analisar a Televisão Educativa da Bahia, uma emissora com finalidade pública que faz parte da estrutura do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, de modo a compreender como este veículo de comunicação tem assimilado e posto em prática as políticas culturais implantadas em diversas gestões do governo estadual. A análise se desenvolve a partir da contextualização da TVE-Ba no Estado — desde a inauguração, em 09 de novembro de 1985, até dezembro de 2008 — observando-se, particularmente, suas formas de gestão e controle, seu financiamento e sua programação. Realiza-se, assim, a sistematização de seu funcionamento e organização, associada à apreciação de sua trajetória.

A opção pela Televisão Educativa da Bahia considera, inicialmente, o seu destacado papel na sociedade baiana contemporânea, enquanto importante ferramenta na formatação de artifícios de representação e reconhecimento.

A imagem da televisão, mais do que qualquer outra imagem animada, é, portanto, tributária de um contexto [...]. Dizer que não existem imagens de televisão sem contexto de produção e recepção enfatiza, também, a dimensão social da televisão que se encontra nas duas características da sua imagem: a identificação e a representação. Estas não lhe são próprias, aplicam-se a todas as imagens animadas, mas assumem também aqui uma dimensão particular, uma vez que a televisão é o principal instrumento de percepção do mundo da grande maioria da população. (WOLTON, 1996, p. 69).

Se a televisão contribui de maneira efetiva para retratar e modificar as representações do mundo, a TV Educativa da Bahia, por sua finalidade pública, propõe-se, ainda, a estabelecer “uma sintonia entre as demandas de informação e de educação de cada comunidade local.” (O DESAFIO..., 2003. p. 12). Além disso, o papel desta emissora deve ter

⁵ Em entrevista concedida a esta pesquisadora, em novembro de 2008.

sua dimensão ampliada, já que, devido à sua vinculação com o Governo do Estado, as “Bahias” expostas na tela dessa emissora também refletem as políticas culturais empreendidas por este Governo.

A trajetória da TVE-Ba foi desvelada através de incursões em outras áreas do conhecimento, buscando a construção de novos parâmetros de reflexão sobre a interferência do contexto histórico e cultural nos processos de comunicação. A opção por materiais distintos, confrontados a partir de aspectos diferenciados, ainda que torne a análise mais complexa, parte do pressuposto de que:

*A debate about public service broadcasting (PSB) is in reality a debate about the philosophical, ideological and cultural underpinnings of society and about the role of the State and the public sector in meeting the needs of individuals and society as a whole. This, rather than technological developments, may be the decisive factor in determining the future of PSB.*⁶ (MOONEY, 2004).

A declaração, retirada de um informe da Assembléia Parlamentar do Conselho Europeu, ao colocar em relevo o papel do Estado e do setor público em satisfazer as necessidades individuais e coletivas da população, nos remete ao fato de que a discussão sobre a conformação de um Sistema de Radiodifusão Pública não pode se restringir a uma única abordagem. Este debate diz respeito à sociedade como um todo, em seus aspectos filosóficos, ideológicos e culturais.

A busca e seleção dos materiais e documentos utilizados para a investigação partiu deste pressuposto. Além de extensa bibliografia, foram priorizados como fontes: os relatórios de atividades do IRDEB de todo o período,⁷ leis e decretos referentes à entidade e a realização de entrevistas com gestores e técnicos que compunham os quadros administrativos do IRDEB e da Televisão Educativa da Bahia. Contribuem também como instrumentos de informação, matérias de jornais originárias dos estudos desenvolvidos sobre a TVE Educativa da Bahia, o *clipping* da biblioteca do IRDEB — com reportagens, matérias, artigos e entrevistas de diversos jornais e revistas —; e o acervo audiovisual da emissora, disponibilizado pela videoteca da Instituição.

A opção por consultar uma grande variedade de fontes tem como principal motivo a dispersão e o pequeno número de investigações realizadas sobre a trajetória da televisão na Bahia. Isso também ocorre com as políticas culturais no Estado, cujos estudos se concentram em determinados períodos, enquanto outros são parcamente contemplados.

⁶ Um debate sobre o Serviço Público de Radiodifusão (SPR) é, na realidade, um debate sobre os fundamentos filosóficos, ideológicos e culturais da sociedade e sobre o papel do Estado e do setor público em satisfazer as necessidades dos indivíduos e da sociedade como um todo. Isso, mais que o desenvolvimento tecnológico, pode ser o fator decisivo na determinação do futuro de um SPR (tradução da autora).

⁷ À exceção dos anos de 1986, 1989, 1990 e 1997, que não foram encontrados.

Na fundamentação teórica, foi privilegiado um repertório de textos de diferentes autores que vêm se dedicando à televisão pública, em especial acerca de seu caráter cultural. Nesse sentido, cabe ressaltar a ausência de investigações que se proponham a demarcar os parâmetros para a classificação de uma emissora como pública. Tal carência foi driblada através da apresentação de projetos, propostas e modelos de televisão pública difundidos por organismos internacionais, estudiosos e organizações não-governamentais. Além disso, foram consultados livros, teses, dissertações e monografias que abordam as políticas para a comunicação e para a cultura no país, as relações entre televisão e cultura e os repertórios deste importante meio de comunicação.

No que se refere à sua estrutura, esta dissertação é composta de cinco partes. No primeiro capítulo — “TV Pública: Um Conceito em Construção” —, buscamos a aproximação de um conceito de televisão pública, através de aspectos considerados fundamentais para sua definição. Embora esta seja uma discussão pautada num “devir” e ainda distante de se esgotar, acreditamos ser fundamental resgatá-la em um trabalho que tenha como objeto uma emissora com finalidade pública.

A história cultural da televisão, em especial a TV pública, é o tema do segundo capítulo, “Televisão e História Cultural”. Ali, elabora-se um percurso histórico deste modelo televisivo na Europa Ocidental, na América e, finalmente, no Brasil. Tal análise tem como principal objetivo fundamentar o estudo da Televisão Educativa da Bahia através da apresentação de modelos vis-à-vis contextos diferenciados.

Já o terceiro capítulo, “TV Pública, Estado e Cultura na Bahia”, focaliza a trajetória da emissora em meio às políticas culturais implantadas pelo Estado. Este percurso tem como principal propósito explicitar a conjuntura estadual, de forma a contribuir para a análise detalhada de aspectos específicos da emissora, a ser realizada no capítulo seguinte.

Dotados, então, do conhecimento adquirido pela reconstituição dos contextos socioculturais, chegamos ao quarto capítulo: “TVE: Espelho da Bahia”. Nele, a Televisão Educativa da Bahia é detalhada a partir de sua gestão, seu financiamento e sua programação. A análise destes três aspectos serviu para subsidiar a reflexão sobre a conjuntura da TVE, em cada um dos momentos analisados.

Por fim, chegamos às considerações finais que, na verdade, abrem espaço para maiores questionamentos e fornecem algumas pistas para futuras investigações. Ainda que não esgotem as múltiplas discussões inerentes ao problema levantado, apresentam um quadro articulado de situações que elucidam a importância do IRDEB e, mais especificamente, da TVE-Ba para a promoção e legitimação das políticas e ações culturais estatais. A percepção

de que esta emissora é submetida a alterações apenas pontuais ao longo de sua trajetória indica que as distintas gestões governamentais se preocuparam mais com a manutenção do controle sobre sua gestão, financiamento e programação do que com a construção de um Serviço Público de Radiodifusão independente e democrático.

A análise da Televisão Educativa da Bahia explicita, portanto, algumas articulações necessárias à compreensão do meio televisivo e da televisão pública como fenômenos culturais de grande relevância no mundo contemporâneo.

CAPÍTULO I - TV PÚBLICA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A televisão, enquanto “local privilegiado da cultura e da sociedade contemporâneas” (RINCÓN, 2002, p.19-20), atrai e estimula um número significativo de olhares divergentes. Para alguns autores, ela funciona como um meio de democratização e modernização (WOLTON, 1996); para outros, é compreendida como uma ameaça à política e à democracia (BOURDIEU, 1997), mas sua grande influência na construção das noções culturais, políticas e econômicas de um povo é um dado incontestável.

Tecnicamente, a televisão pode ser definida como um meio de comunicação eletrônica, com a transmissão de sons e imagens, que se classifica como um serviço de radiodifusão regido por leis próprias e considerado de interesse nacional. Trata-se, portanto, de um *serviço público* a ser prestado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou concedido, mediante concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que tenham capacidade para seu desempenho (ALARCON, 2005).

Autores como Suzy dos Santos e Érico da Silveira, no artigo “Serviço Público e Interesse Público nas Comunicações”, atentam para a importância do conceito de *serviço público*, tradicional em países da Europa Ocidental que priorizaram a adoção do modelo de televisão pública, como a Grã Bretanha, por exemplo. O seu uso implica o entendimento da obrigatoriedade do Estado em garantir o direito dos cidadãos à comunicação, em contraponto à noção de *interesse público*, ligada à tradição estadunidense, que se refere às condições de cessão do espectro para a exploração de serviço privado.

A qualificação de uma dada atividade como Serviço Público remete ao plano da escolha política, que pode estar fixada na Constituição do país, na lei, na jurisprudência e nos costumes vigentes em um dado momento. Deflui-se, portanto, que não há um serviço público por natureza. (GROTTI, 2003 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 77).

Ou seja, à escolha do termo *serviço público*, subentende-se uma pretensão política para a radiodifusão como um bem que pertence a todos. Nesse sentido, o teórico colombiano, Germán Rey Beltrán (2002, p.93), traz à baila o fato de que “todas as televisões têm um sentido público, como é explicitado na lei colombiana, quando nos seus primeiros artigos define a televisão como sendo um serviço público”.

A legislação brasileira, ao contrário da colombiana, não explicita a concessão do serviço de radiodifusão como um *serviço público*, muito embora não a caracterize como atividade de interesse público. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura aos cidadãos, em seu art. 5º, o acesso à informação e a liberdade de expressão e comunicação (BRASIL, 1988). Já o Código Brasileiro de Telecomunicações define o serviço de

Radiodifusão como “destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral” (BRASIL, 1962). Tais prerrogativas contribuem para concluir que

...o que existe no Brasil é uma espécie de ‘meio do caminho’ entre o conceito clássico de Serviço Público — tal como originário na regulamentação britânica — e o conceito mais elástico de interesse, necessidade e conveniência pública originário da regulamentação dos Estados Unidos. (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 79).

De fato, não há, na Carta Magna, referências a nenhum destes dois conceitos. Seu artigo 223 determina apenas a competência do Poder Executivo para a outorga e a renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade entre os sistemas estatal, privado e público (BRASIL, 1988). Além disso, passados vinte anos da promulgação da constituição, esta norma, bem como o todo o Capítulo V, que trata da Comunicação Social, não foram regulamentados.

Tais omissões têm como pano de fundo a resistência ferrenha dos proprietários de emissoras comerciais ao tema da regulamentação da comunicação social. Inúmeros levantamentos e estudos apontam o poderio do setor no país. A capacidade de intervenção e influência não é apenas econômica e política, num sentido amplo, mas também simbólica (pela grande influência que a TV comercial, principal meio de informação de uma parcela imensa da população, exerce na opinião pública do país) e política, no sentido estrito, já que diversos congressistas são detentores de concessões de TV.⁸

1.1 A Televisão Pública: essa Desconhecida

Ao passo que as discussões sobre a construção de um serviço público de radiodifusão brasileiro são colocadas em pauta nacionalmente, a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação e, mais particularmente, da TV Brasil, a televisão pública torna-se um objeto de estudo mais visado pela academia. Entretanto, apesar da existência de uma relativa bibliografia a respeito do tema, as abordagens geralmente partem de pressupostos que se baseiam em uma noção implícita de TV pública, cuja sistematização não chega a ser

⁸ Para mais informações nesse sentido, ver “A Televisão Pública no Brasil: Um estudo sobre estratégias de manutenção da ordem”, de Fernanda Vidigal (2008)

especificada. Em outros momentos, são enumeradas funções ou características essenciais para que uma televisão se autodenomine pública.

Grande parte deste material — entre artigos, matérias, manuais, cartas, palestras e diagnósticos — é elaborado a partir de eventos, setores e movimentos sociais organizados em prol da democratização das comunicações e da cultura (PROPOSTA..., 2007; RINCÓN, 2006; BRASIL, 2006, 2007d; CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA, 2008; BAHIA, 2008b; UNESCO, 2008). Estes textos abordam, com frequência, a proposição de um projeto de televisão pública a partir de um viés sócio-político.

Esta busca pelo que seria um modelo ideal de sistema público de radiodifusão, mesmo que explicitado de maneiras distintas, também permeia trabalhos e estudos de teóricos da área de televisão pública (REDE..., 2003; LEAL FILHO, 2007; RINCÓN, 2002; VIDIGAL, 2008). Estes autores apontam ainda para a necessidade da incorporação de políticas públicas e regulamentações específicas que garantam a implantação e a sustentabilidade desse sistema público de radiodifusão. Já a definição do que seria esse sistema e a explicitação de suas características permanece em segundo plano.

Reafirma-se, portanto, a escassez de uma bibliografia que busque demarcar de forma precisa os parâmetros para a classificação de uma emissora pública. Com o objetivo de contribuir para este debate, destacamos, inicialmente, que toda e qualquer emissora possui *caráter público*⁹:

...o novo significado do caráter público não é apenas aplicado às denominadas televisões públicas. Isto seria limitar novamente o conceito à questão estatal [...]. A gestão de um bem público que é a informação, a possibilidade de desenvolver modelos de televisão útil, a experimentação que abre novos caminhos aos gêneros e formatos, e o apoio de iniciativas de programação socialmente relevante, são possibilidades para desdobrar ainda mais o significado público das televisões comerciais. (REY BELTRÁN, 2002, p.93).

Isso não significa, porém, que todas as emissoras, dentre os sistemas público, privado¹⁰ e estatal, devam exercer os mesmos papéis na sociedade. Omar Ricón, em entrevista concedida à jornalista Ana Rita Marini, destaca, como funções fundamentais das emissoras comerciais, o estabelecimento de referentes culturais e as agendas informativas básicas para o

⁹ As mudanças do caráter público na contemporaneidade, segundo o teórico Jesus Martín-Barbero (2002), devem ser compreendidas a partir de três eixos: o da atual reconstrução conceitual do caráter público — que deixa de se referir ao estatal, governamental, e passa a dizer respeito, nas palavras de H. Arendt, ao “que é comum, o mundo próprio de todos” (1993 *apud* MARTÍN BARBERO, 2002, p. 50); a reconstituição dos meios e das imagens no espaço de reconhecimento social — no sentido de possibilitar, ou não, a visibilidade social; e, por último, as novas formas de existência e exercício da cidadania, que passam pelo direito de ser visto e ouvido, ou seja, o direito de existir e contar socialmente.

¹⁰ Embora o texto constitucional faça referência a um sistema “privado” de radiodifusão, optamos por, ao longo do texto, fazer maior uso do termo “comercial”, partindo do pressuposto de que emissoras comerciais são aquelas que possuem fins lucrativos (o que não necessariamente ocorre com todas as emissoras privadas).

diálogo social, a promoção do diálogo público através da participação social (o que dizer) e estética (modos de dizer) na tela, bem como a satisfação da necessidade de entretenimento da sociedade (RINCÓN, 2006, p.16).

O autor não explicita, porém, uma função primordial das emissoras comerciais: a econômica. Albino Rubim, no livro “Comunicação e Política”, destaca a abrangência da comunicação não apenas no nível superestrutural — e, portanto, restrita ao plano ideológico —, mas também no nível infraestrutural, como importante indústria de produção de bens simbólicos, de caráter efetivamente estruturante para a economia na sociedade contemporânea (RUBIM, 2000).

Significa dizer que função econômica da TV comercial apresenta-se como fundamental nesse debate, devido à incontestável influência exercida sobre todo o processo televisivo. Num sentido ampliado, esta função pode abarcar, por exemplo, o aumento da produção, através da oferta de novas possibilidades de geração de lucro; a formação e expansão de mercados consumidores; a valorização de produtos através da publicidade; e, de forma mais específica, a “difusão e reforço da ideologia dominante”, contribuindo para a hegemonia¹¹ do modo de produção capitalista (CAPARELLI, 1982, p. 59).

Entretanto, ainda que as televisões privadas atendessem a todas estas demandas, não seria possível abranger, em sua programação, a sociedade como um todo, com suas disparidades, complexidades e necessidades diversas. Reafirma-se, portanto, a importância da manutenção de uma alternativa na qual se materialize a diversidade cultural e a promoção da democracia — sem deixar de seguir a lógica da diversão e do entretenimento —, e para onde deveriam convergir todas as formas de expressão direcionadas a superar a visão comercial e a relatar aos indivíduos como tornar-se um coletivo social, ou seja, a televisão pública (RINCÓN, 2006, p.16).

Por sua vez, a TV estatal seria, em termos gerais, o lugar onde “há maior espaço para a realização do direito dos cidadãos à informação de caráter institucional e ao mesmo tempo de cumprimento do dever do Estado em termos de comunicação institucional.” (SCORSIM, 2007). A estas emissoras caberia, portanto, a veiculação das ações e dos eventos do Estado e do governo, tendo como principal foco o cidadão.

¹¹ Esta concepção busca abranger, em um grau mais amplo, as relações variáveis de poder numa determinada sociedade e a forma concreta como elas são vividas. Para tanto, Gramsci, no texto “A Formação dos Intelectuais”, estabelece dois níveis superestruturais: a “sociedade civil” – entendida como organismos privados - e a “sociedade política” ou “o Estado”. Ambos correspondem à função do consentimento voluntário, ou hegemonia, exercido pelo grupo dominante, enquanto o Estado (e o governo jurídico) se ocupa da dominação direta, ou seja, da coerção (GRAMSCI, 1978).

Tendo em vista a singular ausência de um marco legal no Brasil que defina e diferencie os sistemas de radiodifusão, tomaremos alguns pressupostos contidos no documento *Model Public Service Broadcasting Law*, aqui traduzido como Lei Modelo de Serviço Público de Radiodifusão,¹² de Werner Rumphorst (2007), como ponto de partida para compreender a noção de televisão pública.

A Lei Modelo, já em sua nota introdutória, preocupa-se em definir o conceito *Public Service Broadcasting*, aqui traduzido como *Serviço Público de Radiodifusão*, através da diferenciação entre os conceitos “público” e “estatal” ou “governamental”.

Public service broadcasting is a unique concept. Although easy to understand, it is more often than not misunderstood, sometimes profoundly and sometimes even intentionally [...]. Some languages do not even have a term fully corresponding to the English word "public", and the closest translation appears to confer the notion of state/government/official. Where this is the case in a country which has had a tradition of state broadcasting, this linguistic barrier constitutes the first obstacle to a clear understanding of the real nature of public service broadcasting (which is anything but "state", "government" or "official" broadcasting).¹³ (RUMPHORST, 2007, p.01).

Ainda que exista em nossa língua uma tradução bastante aproximada do termo inglês “*public*” — a palavra “público” —, é bastante frequente a confusão com noções como “estado”, “governo” ou “oficial”. Essa aproximação, e mesmo as imprecisões na conceituação, provavelmente decorrem do fato de que grande parte das emissoras pertencentes ao campo¹⁴ público de radiodifusão possui caráter estatal. Por outro lado, a hegemonia da TV comercial no Brasil tem legado às emissoras pertencentes aos outros sistemas um lugar marginal.

Essa assertiva é corroborada pelo documento *Radiotelevisión de Servicio Público: Un Manual de Mejores Prácticas* (UNESCO, 2006). Segundo o texto, a analogia comumente estabelecida entre os serviços público e estatal de radiodifusão origina-se do fato de que muito poucos países do mundo possuem um serviço verdadeiramente público de radiodifusão. Em

¹² Trata-se de uma versão atualizada e revisada do documento *Model Public Service Broadcasting Law*, elaborado em 1998 pelo ex-Diretor do Departamento Legal da *European Broadcasting Union*, Werner Rumphorst, e produzido pela *International Telecommunication Union (ITU)/ Telecommunication Development Bureau (BDT)* e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

¹³ O conceito de Serviço Público de Radiodifusão é único. Embora fácil de compreender, é constantemente mal-interpretado, às vezes, de forma profunda, e mais frequentemente de forma intencional [...]. Alguns idiomas sequer contam com uma palavra ou expressão que corresponda plenamente à palavra inglesa ‘public’, e a tradução mais aproximada parece implicar a noção de estado/governo/oficial. Quando este é o caso, em um país que possui uma tradição de difusão estatal, a barreira linguística constitui o primeiro obstáculo para uma compreensão clara da verdadeira natureza do Serviço Público de Radiodifusão (que vem a significar qualquer coisa, menos ‘estado’, ‘governo’, ou ‘difusão oficial’) (tradução da autora).

¹⁴ A noção de *campo* remete a Pierre Bourdieu, responsável por desenvolver uma “teoria geral dos campos” para o entendimento dos processos sociais. A noção de campo refere-se a um espaço social de relações objetivas que permite identificar, nos mais diversos domínios da vida social (cultura, economia, religião, artes plásticas etc.), quais os traços próprios de todos os campos e quais os específicos de cada um deles. (MIGUEZ, 2002)

contrapartida, na grande maioria deles existem sistemas estatais. Além disso, a difusão estatal está mais orientada ao serviço público do que a radiodifusão comercial, contribuindo ainda mais para este tipo de equívoco. No caso brasileiro, por exemplo, a grande maioria das emissoras educativas e culturais pode ser classificada como estatal ao se considerar suas formas de financiamento e controle. Já a programação, se orienta para o suprimento das demandas de um serviço público. Cabe, porém, ressaltar que

...mientras los sistemas de difusión bajo control estatal cumplen algunas actividades de servicio público, su control gubernamental, ceñido a modelos presupuestarios, carência de independencia e imparcialidad en la programación y administración, no permite se les identifique RSP [Radiotelevisión de Servicio Público]. De este modo, mientras los difusores ejecutan algunas funciones de servicio público, no pueden definirse como verdaderas RSP porque no cumplen los requisitos de una genuína RSP.¹⁵ (UNESCO, 2006, p. 30).

As emissoras estatais, e mesmo privadas (excluindo-se, obviamente, as emissoras comerciais), podem possuir *finalidade pública*, por pertencerem ao *campo público de radiodifusão*. Não se constituem, entretanto, como verdadeiros serviços públicos de radiodifusão pela falta de independência e pela parcialidade em sua gestão e programação.

É importante ressaltar que o termo *Serviço Público de Radiodifusão (SPR)*, é posto como um nome próprio por referir-se a um serviço ideal de radiodifusão. A fim de melhor caracterizá-lo, Rumphorst (2007) aponta, nos aspectos introdutórios da Lei Modelo, características imprescindíveis para sua existência:

- *made for the public;*
- *financed by the public;*
- *controlled by the public.*¹⁶ (RUMPHORST, 2007, p. 01).

Esta assertiva indica, portanto, três requisitos básicos a serem considerados em um SPR: a programação (que deve ser feita para o público), o financiamento (que deve ser captado junto ao público) e a gestão (que deve ser controlada pelo público). O termo “público” nestas proposições diz respeito a “toda a população”, expressão que possui um significado duplo: idealmente todos os lares da área a ser abrangida pelo serviço devem estar em condições de recebê-lo; e a programação deve se voltar para todos os grupos e setores da

¹⁵ ...enquanto os sistemas de difusão sob controle estatal cumprem algumas atividades de serviço público, seu controle governamental, restrito a modelos de financiamento, carência de independência e imparcialidade na programação e administração, não permite que sejam identificados como SPR [Serviço Público de Radiodifusão]. Desta forma, enquanto os difusores executam algumas funções de serviço público, não podem ser definidos como verdadeiros SPR porque não cumprem os requisitos de uma genuína SPR (tradução da autora).

¹⁶ • feito para o público
• financiado pelo público
• controlado pelo público (tradução da autora)

sociedade e, também, para a sociedade como um todo, considerando-se, obviamente, a impossibilidade de se atender a todos os públicos, por todo o tempo.

De acordo com a UNESCO (2006), no documento *Radiotelevisión de Servicio Público: Un Manual de Mejores Prácticas*, um verdadeiro sistema público deveria se caracterizar por quatro aspectos: universalidade, diversidade, independência e diferenciação. Cada um desses aspectos será descrito de forma breve a seguir.

O primeiro deles, a **universalidade**, faz referência à capacidade de atingir todos os cidadãos de sua área de alcance (seja um país, região ou cidade). Se, por um lado, precisa estar direcionado ao conjunto da população, sem distinções, por outro, deve desenvolver ações para que o maior número de indivíduos ou grupos possa se utilizar desse meio para se expressar.

Já um Sistema Público de Radiodifusão **diversificado** deverá atuar em pelo menos três eixos: os gêneros de programas oferecidos, as temáticas abrangidas e as audiências determinadas. Isso não significa atingir todo o conjunto da população ao mesmo tempo, mas atender a todos os segmentos da população a partir da veiculação da soma de uma grande variedade de programas e temáticas.

Outro ponto chave para a caracterização de um SPR é a **independência** em relação a pressões comerciais ou influências políticas. Somente essa independência pode garantir que informações, ideias e opiniões críticas circulem livremente na programação. Este é um aspecto fundamental para a diferenciação entre o sistema público e o estatal, pois, a partir de regulamentações específicas, este sistema se desvincularia do governo, configurando-se como instituição autônoma. Já em comparação com o sistema comercial, vale lembrar que, se o serviço público é financiado de forma pública, não se justifica a veiculação de programas criados com fins meramente comerciais.

Finalmente, o sistema precisa ser **diferenciado**, oferecendo um serviço não contemplado pelos outros modelos. Os programas produzidos devem possuir como foco grupos normalmente negligenciados ou pouco representados no rádio e na televisão, além de inovar no formato, linguagem e estéticas. Um sistema público deve atuar apontando novos caminhos, tornando-se referência para os outros modelos.

Desta forma, cabe afirmar que os sistemas públicos de televisão justificam-se pela necessidade de promoção plural de informações, valores, culturas e pontos de vista; e se distinguem dos sistemas estatais pela sua autonomia administrativa, financeira e programática.

1.1.1 Televisão Cultural

Sob outro ponto de vista, considerando-se a profunda imbricação entre a comunicação e a cultura, o teórico Jesús Martín-Barbero (2002) parte da perspectiva cultural para enumerar três traços que possibilitariam a distinção de uma televisão pública. De forma resumida, eles podem ser enumerados como: a capacidade de interpelar o público, ao incluir o consumidor como cidadão (ressaltando-se a necessidade desta distinção, sem, no entanto, cair em oposições maniqueístas-; a possibilidade de se exercer o direito de cidadania estendido aos diversos setores da sociedade, pois o exercício das estratégias de exclusão e também de empoderamento do cidadão passam, hoje, pela cultura; e, por fim, a recriação audiovisual dos relatos que narram a cultura comum, bem como a pluralidade das comunidades culturais que constituem um país.

As características apresentadas envolvem, em seu cerne, o sentido e o alcance da cultura na televisão, e, mais do que isso, apontam para a ideia de uma televisão cultural, caracterizada pelo autor como aquela que:

...não se limita à transmissão da cultura produzida por outros meios, mas a que trabalha na criação cultural a partir de suas próprias potencialidades expressivas (...); torna expressivamente operante a especialíssima relação que ela tem, como meio, com a acelerada e fragmentada vida urbana. E isso através do fluxo de imagens (...); abre o caminho para se tornar alfabetizadora da sociedade toda nas linguagens, habilidades e escritas audiovisuais e informáticas que fazem parte da complexidade cultural específica de hoje... (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 71 a 73. grifos do autor).

O autor aborda, como último aspecto a ser considerado pela televisão cultural, a qualidade, que significaria: conceber a competitividade de forma multidimensional — abarcando profissionalismo, inovação e relevância social da produção —, articular a atualização técnica e a competência comunicativa; possuir clareza em sua identidade institucional e, por fim, o reconhecimento de sua qualidade a partir de pesquisas qualitativas (e não apenas quantitativas) da audiência.

Arlindo Machado, no livro “A Televisão Levada a Sério”, alerta para o perigo do uso do termo *televisão de qualidade*, considerando que esta expressão, além de especificar um foco de interesse, pode remeter à interpretação da qualidade como um desvio da norma na televisão. Vale lembrar que os estudiosos do cinema ou da literatura, por exemplo, não falam em cinema de qualidade ou literatura de qualidade, pois, o que não tivesse qualidade nestas formas de expressão, sequer seria considerado digno de estudo.

Assim, tendo em vista os diferentes usos e intenções em relação ao termo, Geoff Mulgan (1990 *apud* MACHADO, 2000) enumera sete acepções da palavra “qualidade”, em circulação nos meios que discutem a televisão. Dessa forma, o termo pode se referir: (1) a um conceito técnico, que diz respeito aos recursos expressivos do meio, como roteiro, fotografia, interpretação, figurino etc.; (2) à capacidade de detectar as demandas da audiência e da sociedade; (3) a uma concepção estética que levaria em conta a exploração inovadora dos recursos de linguagem; (4) a uma abordagem chamada “ecológica”, na qual são privilegiados os aspectos morais, pedagógicos e modelos edificantes de conduta; (5) à função política, a partir de seu poder de mobilização, participação e comoção nacional; (6) à possibilidade de expressão de experiências diferenciadas, valorizando as individualidades, minorias, em vez da integração nacional e do estímulo ao consumo; e, por fim, em meio a tantos interesses divergentes, a qualidade pode estar na (7) diversidade, ou seja, na possibilidade de oportunizar o mais amplo leque de experiências diferenciadas.

Por sua vez, a lei modelo de Rumphorst (2007), partindo do pressuposto de que certas características são universalmente válidas, recorre à Resolução de Praga (aprovada na Conferência Ministerial de Praga, em dezembro de 1994) e a Resolução do Parlamento Europeu (aprovada em 1996).

Tomando como base, principalmente, as perspectivas *ecológica* e *da expressão das diversidades*, no conceito de qualidade, estes documentos indicam que o Serviço Público de Radiodifusão deve apoiar valores subjacentes às sociedades democráticas, em especial, o respeito pelos direitos humanos, pela cultura e pelo pluralismo político. Deve se opor a qualquer tipo de discriminação ou segregação, às forças de mercado e à parcialidade na comunicação, refletindo diferentes ideias filosóficas e religiosas da sociedade, com o objetivo de reforçar a compreensão mútua e a tolerância. Um SPR também deve garantir que a população em geral tenha acesso aos eventos de interesse público geral.

Desta forma, a TVE-Ba será, a partir deste momento, designada como uma televisão *pertencente ao campo público de radiodifusão*, ou com *finalidade pública*, com base nos pressupostos acima elencados. Em relação à sua classificação precisa, dentre os sistemas supostamente existentes no Brasil — o privado, o público e o estatal —, optamos pela sua disposição no modelo estatal, ao considerar os contextos histórico-sociais aos quais a emissora se inseriu e está inserida, bem como a conjuntura das políticas culturais para a televisão pública no Estado.

Tal proposição poderá ser mais bem compreendida no decurso desta dissertação, a partir da explicitação da análise dos aspectos norteadores deste estudo, a saber, a legislação

que norteia a emissora, suas formas de gestão e controle, seu financiamento e sua programação.

CAPÍTULO II - TELEVISÃO E HISTÓRIA CULTURAL

A introdução da perspectiva histórica nos estudos sobre os meios massivos de comunicação, entre eles a televisão, foi proposta, em entrevista, por Martín-Barbero (1996) pois, segundo este autor, a análise de seu funcionamento não se restringe apenas a aspectos técnicos, como a expansão e o desenvolvimento tecnológicos, e mesmo à lógica mercantil que os regula. Para Martín-Barbero, *“hay unos procesos mucho más anchos a nivel de la sociedad que son los culturales y que remiten a otras dimensiones de la vida, que no tienen que ver directamente con comunicación y sin las cuales yo no comprendo lo que se pasa en la comunicación.”*¹⁷ (MARTÍN-BARBERO, 1996. p. 45).

Não se trata, portanto, de analisar a cultura que é difundida e desenvolvida no interior dos meios de comunicação, mas de compreender as dinâmicas culturais que os englobam. Desta forma, a questão cultural, trazida para o centro do cenário político e social, pela escolarização e pelos meios de comunicação, deve ser abordada a partir de uma perspectiva política, pois:

Uma televisão pública/cultural como a que aqui foi caracterizada, não será possível sem um mínimo de políticas explícitas (...). No que se refere ao espaço nacional, as políticas de comunicação não podem hoje ser definidas apenas pelo Ministério das Comunicações, como meras políticas de “tecnologias” ou de “meios”, mas devem fazer parte de políticas culturais. Da mesma forma, será impossível mudar a relação do Estado com a cultura, sem uma política cultural integral, ou seja, sem desestatizar o *caráter público*, re-situando-o no novo tecido comunicativo do *caráter social*, mediante políticas capazes de mobilizar o conjunto dos atores sociais: instituições e associações estatais, privadas e independentes, políticas, acadêmicas e comunitárias. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 74-75).

Nesta perspectiva, a televisão, e em especial a TV pública, não pode ser pensada enquanto mero veículo de comunicação, mas como objeto de formulação e estabelecimento de políticas públicas¹⁸ específicas, de forma a garantir a diversidade, pluralidade e independência neste importante aparato de intervenção cultural.

Em que pesem estas considerações, os debates sobre as políticas culturais para o audiovisual no Brasil têm como principal característica o silenciamento quanto ao tema da televisão. Isso se deve a uma conjunção de aspectos: o preconceito cultural da intelectualidade e das elites que, por um lado, qualificam o cinema como manifestação artística e, por outro,

¹⁷ ...há processos muito mais amplos no nível da sociedade que são os culturais e que remetem a outras dimensões da vida, que não dizem respeito diretamente à comunicação, e sem as quais eu não compreendo o que se passa na comunicação (tradução da autora).

¹⁸ É importante ressaltar que o Estado, apesar de não se configurar como a única possibilidade de promoção das políticas culturais, possui um papel de extrema relevância neste processo, devido à sua capacidade de regulamentar, fiscalizar e contribuir para a solidez e permanência das intervenções, sendo capaz de garantir, com maior ênfase, a diversidade e a pluralidade no cumprimento das demandas culturais.

desconsideraram o papel cultural da TV;¹⁹ a rotulação deste meio de comunicação como mero aparelho ideológico ou simples vetor de mercantilização da cultura; e a desatenção quanto à importância da mídia no mundo contemporâneo, dentre outros. Além disso, refletindo o mesmo tema sob outra perspectiva, há que se considerar o forte poder de pressão exercido pelos proprietários das grandes emissoras e suas intervenções em debates e decisões que venham de encontro aos seus interesses.

Mesmo sem fazer referência a todas as questões aqui enumeradas, Albino e Linda Rubim, no texto “Televisão e políticas culturais no Brasil”, advertem que as atitudes de resistência à televisão muitas vezes inviabilizaram sua figuração como tema fundamental para as políticas culturais no Brasil. Os autores ponderam, ainda, que:

Cabe superar tais atitudes, sem, no entanto, desconhecer que suas críticas também devem ser consideradas, pois recuperam, ainda que de maneira unilateral, aspectos e dimensões da televisão que exigem tratamento, tal como a potente subsunção da televisão a uma lógica capitalista e global. (RUBIM, A.; RUBIM, L., 2004, p. 19).

Deste modo, é imperativo compreender este importante meio de comunicação em sua totalidade, sem maniqueísmos, e a partir de sua trajetória e contexto, suas lógicas particulares, suas estéticas, simbologias etc. Apoiados neste propósito, buscaremos discorrer, ainda que de maneira breve, sobre a formação e expansão da televisão no mundo, para, só então, traçarmos um breve panorama sobre as políticas culturais para o audiovisual, em especial no que diz respeito ao campo público da televisão, em âmbito federal.

2.1 Televisão Pública no Mundo: Breve Histórico

Na Europa Ocidental, a maioria dos sistemas de televisão nasceu e se configurou nos anos 40 e 50 seguindo o modelo de *serviço público*, mas diretamente dependente do Estado e de caráter monopolista. Tal conformação, segundo o teórico Enrique Bustamante, ocorreu porque

La gestión de un recurso escaso como eran as frecuencias hertzianas, la conciencia sobre la importancia político-cultural de la radiotelevisión, o el consenso sobre la necesidad de preservar a ese aparato de la presión comercial fueron frecuentemente

¹⁹ Cabe ressaltar que este trabalho não tem como objetivo questionar o papel artístico do cinema, mas simplesmente constatar sua priorização nos debates em relação ao audiovisual no país.

*las principleis razones alegadas, cuando no simplemente la inexistencia de grupos privados fuertes interesados en el sector.*²⁰ (BUSTAMANTE, 2004, p. 31).

Para além destas questões, frequentemente elencadas em estudos sobre o tema, o autor aponta causas “profundas” que contribuíram para a opção pela televisão pública no contexto europeu do pós-guerra. A primeira, denominada “econômica”, seria a necessidade por parte do Estado de garantir as condições gerais para a reprodução do capital. Já a segunda causa — que o autor classifica como “política”, embora também possua características eminentemente culturais —, diz respeito à necessidade de restabelecer o sistema político debilitado e a soberania nacional. Em ambos os casos, uma TV centralizada e controlada pelo governo funcionaria como importante ferramenta, seja para impulsionar o avanço do marketing “fordista”, através da ampliação das possibilidades publicitárias e da conformação de um mercado consumidor, seja para promover a restauração do consenso acerca de uma pretendida identidade nacional.²¹

Dessa forma, constituiu-se nestes países um modelo específico de televisão estatal de serviço público que se caracterizou pelos objetivos pedagógicos de oferta de programas, sob uma perspectiva paternalista da “alta cultura”; pela relativa, embora progressiva, autonomia da gestão em relação ao governo; e pela predominância do financiamento através de taxas e impostos.

Durante várias décadas, este modelo se manteve incólume em seus traços essenciais, apesar das constantes transformações tecnológicas e dos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos. Fator que certamente contribuiu para detonar a crise que o sistema público de radiodifusão europeu vem atravessando, desde a década de setenta, e, posteriormente, para a posta em marcha do processo de desregulação, ou re-regulação,²² nestes países.

Os principais sinais desta crise seriam: a criação dos segundos canais, o que significava o reconhecimento de uma pluralidade de gostos e ao mesmo tempo a importância de se exercer uma função cultural mais estrita; o surgimento dos canais regionais (ou terceiros canais), que demonstraram a necessidade de fugir ao centralismo exacerbado; e a introdução

²⁰ A gestão de um recurso escasso como eram as frequências hertzianas, a consciência sobre a importância político-cultural da radiotelevisão, ou o consenso sobre a necessidade de preservar esse aparato da pressão comercial foram frequentemente as principais razões alegadas, quando não simplesmente a inexistência de grupos privados fortes interessados no setor (tradução da autora).

²¹ Com exceção da Alemanha. Neste país, por imposição dos aliados — que temiam a reconstituição do espírito nacional alemão — o sistema televisivo foi montado de forma descentralizada e federalizada. (BUSTAMANTE, 2004)

²² Bustamante (2004) pondera o uso do termo desregulação, que, embora mais frequente, não condiz com o processo apontado que, ao contrário de significar uma eliminação das leis que regem a televisão nestes países, muitas vezes resultou numa proliferação de legislações específicas sobre o audiovisual.

progressiva de publicidade nas emissoras, indicando uma saturação do financiamento via impostos.

*Pero la auténtica crisis llegará de la mano de la instauración generalizada por la desregulación de “sistemas mixtos” ou “duales”, denominaciones puramente jurídicas que sólo indican la coexistencia entre dos tipos de titularidad y de objetivos, pero ocultan la diversidad de situaciones y de equilibrios que se generan entre ellas.*²³ (BUSTAMANTE, 2004, p. 36).

Em outras palavras, os sistemas de radiodifusão dos diferentes países da Europa Ocidental iniciam um processo de abertura à iniciativa privada. No entanto, em maior ou menor medida, essa abertura do sistema — anteriormente caracterizado pelo monopólio estatal — deu-se em paralelo a uma série de regulamentações e restrições.

Dentre os sistemas públicos europeus, a *British Broadcasting Corporation* (BBC), emerge como modelo exemplar. Criada em 1922, como uma corporação comercial, a BBC surge com o objetivo de organizar a emergente demanda pela exploração do serviço radiofônico. Quatro anos depois, a empresa tornou-se um monopólio público, a fim de operar “de acordo com os interesses nacionais” (CRAWFORD COMMITTEE, 1925 *apud* LEAL FILHO, 1997, p. 66). Em 1954, foi criado o primeiro canal independente de televisão. Embora a comercialização de publicidade fosse restrita à emissora privada, a disputa pela audiência era acirrada. Apenas na década de 80, foi permitida uma concorrência ampliada na Grã-Bretanha, que se caracteriza por uma regulamentação ostensiva de seu funcionamento.

O fim dos monopólios estatais e o surgimento de um sistema misto — público/privado — trouxeram uma série de problemas ainda sem resolução para os países da Europa Ocidental. Para além dos aspectos regulatórios, não há uma perspectiva de atuação complementar entre eles. Enquanto os canais privados lutam pela conquista e manutenção da audiência, por vezes em condições desiguais de força,²⁴ os canais públicos enfrentam a diminuição das verbas estatais, o surgimento de uma onerosa concorrência com emissoras privadas, a multiplicação de opções de consumo cultural etc.

²³ Porém, a autêntica crise chegará a partir da instauração generalizada pela desregulação de “sistemas mistos” ou “duais”, denominações puramente jurídicas que só indicam a coexistência entre dois tipos de titularidade e de objetivos, mas ocultam a diversidade de situações e de equilíbrios que são gerados entre elas (tradução da autora).

²⁴ No caso espanhol, por exemplo, a *Televisión Española*, e os canais regionais surgidos posteriormente, contam com uma dotação orçamentária estatal significativa, além dos recursos oriundos de publicidade. Também pesa a seu favor o fato de que até a década de oitenta, a emissora nacional era a única opção televisiva do país. Para maiores informações, ver: “Televisão e Cultura: Análise da Trajetória de Duas TVs Públicas”, de Renata Rocha (2006).

2.1.1 Televisão Pública nas Américas

O modelo estadunidense, por sua vez, baseou-se, desde o seu surgimento, no sistema comercial, com grandes empresas no comando das emissoras de televisão. Os rumos tomados pela TV e o acesso a este meio foram obviamente influenciados por este contexto. Contrapondo o estabelecimento deste modelo ao sistema europeu, Manuel Palacio detalha:

En los modelos de televisión de iniciativa privada, el servicio televisivo se creó a partir de unas estaciones urbanas que consolidaban un mercado publicitario local y que luego, cuando las condiciones económicas lo posibilitaban, ampliaban su cobertura interconectando otras emisoras componiendo entre ellas una red televisiva. En los modelos públicos europeos, al margen de la rentabilidad económica, la red se creó bien a partir de una única emisora que fué conectando con otras posteriormente establecidas en otros lugares tal como sucedió en Gran Bretaña o Francia, o bien a partir de la aparición casi coetánea de dos o más estaciones que inmediatamente intentan enlazarse como pasó en Alemania o Itália.²⁵ (PALACIO, 2001. p. 34).

A forma como ambos os sistemas se estruturam serve também para exemplificar uma diferença crucial entre eles. Enquanto na Europa Ocidental a filosofia de funcionamento dos sistemas televisivos tinha como princípio as ações do governo, no sistema estadunidense, a natureza do *broadcasting*, ou seja, da televisão em cadeia, era decidida pelas forças do mercado.

E é com base na experiência e estrutura empresarial radiofônica que o oligopólio de três cadeias de TV se constituiu nos Estados Unidos, com financiamento exclusivamente comercial. No entanto, os organismos estatais desempenharam um papel decisivo na separação das funções e monopólios, na proteção de oligopólios frente aos concorrentes e na geração de regras para a produção e programação.

En definitivo, el sistema de televisión norteamericano de televisión debe ser visto como <<el producto integrado de una coordinación oligopolística entre las mayores compañías y el gobierno>> (STREETER, 1983), sin que la televisión pública o PBS jugara nunca un rol destacado en el comportamiento de ese sistema. Pero la televisión norteamericana llegó a ser también un paradigma de la aplicación de las reglas del mercado y de la televisión concebida como business.²⁶ (BUSTAMANTE, 2004. p. 32).

²⁵ Nos modelos de televisão de iniciativa privada, o serviço televisivo criou-se a partir de estações urbanas que consolidavam um mercado publicitário local e que logo, quando as condições econômicas permitiram, ampliaram sua cobertura, interconectando-se a outras emissoras e compondo uma rede televisiva entre elas. Nos modelos públicos europeus, à margem da rentabilidade econômica, a rede criou-se a partir de uma única emissora que foi se conectando a outras, posteriormente estabelecidas em outros lugares, como aconteceu na Grã-Bretanha ou França, ou então, a partir do aparecimento quase simultâneo de duas ou mais estações que imediatamente tentaram se interligar, como aconteceu na Alemanha ou Itália (tradução da autora).

²⁶ Em definitivo, o sistema de televisão norte-americano deve ser visto como 'o produto integrado de uma coordenação oligopolística entre as maiores empresas e o governo' (STREETER, 1983), sem que a televisão pública, ou PBS, desempenhasse um papel destacado no comportamento desse sistema. Porém, a televisão norte-

Nos Estados Unidos, o sistema de televisão pública, capitaneado pela *Public Broadcasting Service* (PBS) — organização que reúne trezentos e cinquenta emissoras locais e nacionais —, não se apresenta como uma forma de compensação ao sistema comercial, devido a aspectos como sua audiência marginal; sua filosofia mista, entre o localismo e a educação, demonstrando uma confusão conceitual de objetivos; sua organização fragmentada; e a escassez e dispersão de seu financiamento (MYATT, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003).

Já na América Latina, a dinâmica comercial e privada avançou rapidamente e se generalizou já nos anos 1950 e 1960. As emissoras públicas adotaram, com frequência, um esquema arbitrário, sem consenso social nem modelo de serviço público. Como exceções a esta regra, podem ser citadas a estrutura originária da televisão no Chile, inicialmente confiada às universidades, e a televisão pública colombiana, com seu sistema de aluguel de faixas horárias a programadoras privadas.

Em que pesem estes exemplos, na maioria dos casos, o momento de comercialização da televisão foi avassalador e absorveu as iniciativas públicas ou não lucrativas, instaurando uma quase completa hegemonia privada que só se romperá em algum país muito pontualmente. E o Brasil não fugiu a esta regra, conforme veremos a seguir.

2.2 Televisão Pública e Cultura no Brasil

Cabe explicitar, inicialmente, que a contextualização da trajetória das emissoras de televisão de caráter público no país foi elaborada sob a ótica cultural, tomando por aspecto norteador as políticas públicas para a cultura voltadas para o setor audiovisual. Este percurso — apropriando-nos das palavras do professor Albino Rubim, quando se refere às políticas para a cultura no Brasil — se caracteriza por grandes desafios, resultado de tristes tradições, que “podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.” (RUBIM, 2008, p. 185).

Essas “tradições” também permeiam o contexto de desenvolvimento da televisão aberta no país. Em seus primeiros anos, a ausência de políticas específicas para este tipo de veiculação pode ser considerada a característica mais marcante. Um exemplo é a instalação da

americana chegou também a ser um paradigma da aplicação das regras do mercado e da televisão concebida como *business*” (tradução da autora).

televisão no país pela iniciativa privada, seguindo o modelo estadunidense de radiodifusão. A iniciativa se deu não por determinação de um projeto governamental específico, mas pelo pioneirismo e improvisação do empresário brasileiro Assis Chateaubriand — que, ainda na década de 40, comprou uma emissora da *Radio Corporation of America* (RCA) nos Estados Unidos (ROCHA, R., 2004).

Assim, em 18 de setembro de 1950, foi inaugurada, na cidade de São Paulo, a primeira TV da América Latina, a PRF-3, TV Tupi-Difusora, embora sua implantação tenha sido considerada prematura por uma pesquisa encomendada aos estadunidenses. Pertencente ao grupo dos Diários e Emissoras Associados,²⁷ a empresa iniciou suas atividades de maneira precária e improvisada com quadro profissional oriundo, em sua maioria, do rádio (SIMÕES; COSTA; KEHL, 1986).

No ano seguinte, em 20 de janeiro de 1951, foi inaugurada a TV Tupi Rio, segunda emissora dos Diários Associados. A programação era produzida localmente e ao vivo. Ao final da década de 1950, já existiam outras oito empresas de televisão em funcionamento — inclusive com iniciativas de outros grupos concessionários (MATTOS, 2000). Nos primeiros anos, portanto, existiam somente emissoras operadas por empresas privadas e de programação comercial.²⁸

Em 27 de agosto de 1962, mais de uma década depois da inauguração da primeira emissora, foi aprovada no congresso nacional a Lei nº. 4.117, que criou o Código Brasileiro de Telecomunicações. O novo Código passou a regular todas as atividades voltadas para a transmissão ou recepção de símbolos, caracteres, imagens, sons ou dados de qualquer natureza; por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou outro processo (JAMBEIRO, 2000).

Embora a política do *nacionalismo desenvolvimentista* tenha se originado no governo de Juscelino Kubitschek, foi com a instauração do regime militar, após o golpe de 1964, que a televisão passou a refletir a ideia bastante disseminada pelas teorias desenvolvimentistas da função estratégica desempenhada pelos meios de comunicação na divulgação do Estado e das tentativas de modernização da sociedade. Retomamos, portanto, a “tradição” do autoritarismo nas políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2008).

Inovações tecnológicas patrocinadas pelo governo militar contribuíram para a expansão do sistema de redes: em 1965, ano em que o Brasil se associou ao Sistema

²⁷ Já nesta época, os Diários e Emissoras Associados, sob a tutela de Chateaubriand, compunham uma vasta rede de empresas jornalísticas que incluíam jornais impressos, emissoras de rádio e a paradigmática revista semanal “O Cruzeiro” (SIMÕES; COSTA; KEHL, 1986).

²⁸ A primeira televisão educativa brasileira foi a TV Universitária de Pernambuco, inaugurada apenas no ano de 1967 (FRADKIN, 2003, *apud* O DESAFIO..., 2003).

Internacional de Satélites (Intelsat), foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Configurou-se, então, a existência de uma política cultural extremamente autoritária e efetiva, centrada em dois aspectos principais: a concretização da Doutrina de Segurança Nacional e o controle dos conteúdos transmitidos pelos veículos de comunicação (RUBIM, A.; RUBIM, L., 2004).

No ano de 1967, a emissão do Decreto-lei 236 tornou o Código Brasileiro das Telecomunicações mais autoritário e centralizador, impedindo a divulgação de opiniões contrárias ao governo ditatorial e restringido a propriedade dos meios de comunicação. O documento configurou também o Ministério das Comunicações (MINICOM), que passou a desempenhar as funções antes atribuídas ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que, como órgão colegiado, possuía natureza mais democrática.

Este mesmo decreto criou o sistema educativo, estabelecendo em seu artigo 13 que as televisões e rádios educativas não têm caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente. Além disso, “a televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.” (BRASIL, 1967a).

A ausência de mecanismos que regulamentem a programação tem impulsionado as emissoras educativas a descumprirem sumariamente a norma jurídica, tendo em vista seu progressivo direcionamento a uma programação cultural. Além disso, a lei restringe brutalmente as possibilidades de ação, tanto em seus aspectos formais quanto de conteúdo, destas TVs, que se configuram como principais representantes do campo público de radiodifusão do país (BOLAÑO, 2007).

Esse dispositivo legal vem beneficiando as emissoras comerciais com a diminuição da concorrência na disputa por anunciantes, através da imposição, ao sistema público, de “limitações de ordem econômica, fazendo-as depender basicamente dos recursos orçamentários destinados pelos governos estaduais — tolhendo sua autonomia financeira e colocando-as na esfera de ação da política local.” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 06).

O artigo de número 13 do decreto 236, por exemplo, contribui para reforçar o predomínio do caráter comercial na indústria televisiva, ao definir que as TVs educativas não poderiam aceitar publicidade direta ou indireta, patrocínios, e que somente os governos federal, estadual e municipal, universidades e fundações de direito público poderiam operar TVs educativas.

As intrincadas relações entre o governo central e as empresas privadas de comunicação também contribuiriam para o estabelecimento das emissoras comerciais como representantes

da política de execução do projeto de “integração nacional” que começava a tomar corpo. O sudeste torna-se o pólo irradiador das manifestações culturais, inclusive atraindo artistas de outros estados. Neste sentido, a iniciativa estatal impulsionou a criação de um mercado nacional para as telecomunicações, beneficiando apenas poucas empresas, com destaque para a Rede Globo (BOLAÑO; ORTIZ, 1988, 1998).

Em 1968, a rede nacional de microondas da Embratel e o sistema de transmissão via satélite são postos em prática. Por outro lado, a instituição do crédito ao consumidor facilita a compra de aparelhos televisivos. É uma época caracterizada pelo amplo uso de programas estrangeiros nas emissoras comerciais, por motivos tanto econômicos quanto políticos, já que os “enlatados” custam muito menos do que produzir um programa local e não trazem problemas com a censura (MATTOS, 2000).

No Brasil, a história das emissoras pertencentes ao campo público de radiodifusão confunde-se com a história das TVs educativas. Contribuem para o fato as lacunas, omissões e incongruências de nossa legislação. Alexandre Fradkin, no blog “Legislação da Radiodifusão Educativa”, afirma que no Brasil “sob o aspecto estritamente legal, só existem dois tipos de emissoras de televisão: a comercial e a educativa. Qualquer outra denominação que esteja sendo utilizada não possui respaldo legal.” (FRADKIN, 2007). Isso porque, ainda segundo o autor, ‘televisão educativa’ é o único termo que consta de todos os instrumentos legais que regem a matéria no país.

A primeira televisão com finalidade educativa do Brasil foi inaugurada em 1968. Trata-se da TV Universitária de Pernambuco, vinculada à Universidade Federal do mesmo Estado (CAPARELLI, 1982). Um ano depois, era inaugurada a TV Cultura,²⁹ sob a tutela da Fundação Padre Anchieta e excepcionalmente submetida a um regime de direito privado. Sua proposta, segundo o professor Laurindo Leal Filho, no livro “Atrás das Câmeras”, era ambígua: contemplar “a necessidade de produzir programas de escolarização para as classes subalternas da sociedade, ao lado de um projeto cultural nitidamente voltado para as elites.” (LEAL FILHO, 1988, p.27).

Neste período, os projetos de televisão educativa caracterizavam-se pelo entendimento dos meios de comunicação como importantes ferramentas para a expansão educacional, atingindo as populações excluídas dos circuitos oficiais. Seu surgimento no país foi impulsionado pela pressão de agências e organismos internacionais, liderados pela UNESCO,

²⁹ A emissora pertencia originalmente aos Diários e Emissoras Associados, grupo pertencente ao empresário Assis Chateaubriand. Após sofrer um incêndio que destruiu todas as suas instalações, foi vendida numa operação que suscitou intensa polêmica, em 1967, ao Estado de São Paulo. (LEAL FILHO, 1988)

que defendiam o uso da TV para suprir as carências educacionais dos países em desenvolvimento. Outro importante fator era a necessidade de formação de mão-de-obra especializada, diante de um acelerado processo de industrialização, promovido pelo regime militar (JAMBEIRO, 2008).

Não havia, entretanto, qualquer política pública educacional claramente definida para as emissoras educativas. Estas eram, em sua maioria, constituídas por motivos políticos ou iniciativas individuais descompromissadas e acabaram por se vincular ao governo estadual ou federal (FRADKIN, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003). Seguiram, inicialmente, a matriz de programação educacional-formal, com base em programas didáticos voltados para o ensino e nos telecursos, com o propósito de substituir a sala de aula. O sistema, entretanto, recebeu muitas críticas. Para o professor Othon Jambeiro,

A despeito do suporte legal, a chamada TV educativa brasileira viveu sempre desacreditada e fortemente criticada por ineficiência. Chegou-se a dizer que, com os recursos que gastou durante sua existência, teria sido mais barato e provavelmente mais eficiente pagar um professor particular para cada um dos seus alunos, ou mandá-los estudar nas melhores escolas privadas do país. (JAMBEIRO, 2008, p.98).

Ainda que verdadeira, esta assertiva — que toma como base os custos, no ano de 1969, da TV Universitária de Pernambuco e da TV Cultura de São Paulo (CAPARELLI, 1982) — não pode ser estendida a todas as emissoras educativas do país, diante das muitas e diversificadas experiências ao longo dos anos.

É necessário reconhecer, porém, que o abandono da matriz educacional-formal de programação teve como um dos principais fatores os altos custos de manutenção, aliados a questões como: as dificuldades de gerenciamento de uma programação voltada a um público segmentado em um canal aberto; as incongruências entre a linguagem televisiva, eminentemente emocional, e a linguagem reflexiva inerente à abstração escolar; a ausência de integração entre o formato audiovisual e a realidade do telealuno (que não possuía à sua disposição professores treinados, videotecas, materiais didáticos específicos etc.); e, por último, o surgimento de novas tecnologias, que ampliaram as possibilidades educativas (FUENZALIDA FERNÁNDEZ, 2002).

A proposta pedagógica fundamentada nos telecursos evoluiu para a teleducação, ou educação à distância, trazendo uma compreensão mais complexa das possibilidades de utilização da TV, através de formatos e suportes midiáticos variados (circuito fechado de TV, canais via satélite, DVDs, internet etc.). Também surgiram diversas organizações

especializadas em educação à distância, separando sua atividade e gestão das emissoras abertas de televisão.³⁰

Cabe ressaltar, ainda, que as emissoras educativas, ainda que permaneçam com esta denominação, nunca seguiram à risca o que estabelecia o Art. 13 do Decreto-Lei 236, acerca das restrições em sua programação. Além disso, estas emissoras passaram a adotar, de forma gradativa, uma matriz de programação mais flexível e destacadamente cultural. O direcionamento das emissoras educativas brasileiras rumo a essa matriz de programação, e, portanto, a uma proposta de TV pública/cultural, encontra respaldo em importantes estudiosos do tema, como Martín-Barbero (2002), Rey Beltran (2002), Rincón (2006) etc.

2.2.1 Abertura Lenta Gradual e Segura

Nos primeiros anos da década de 1980, o Brasil aponta para o fim da ditadura militar com a promoção de uma abertura democrática gradual, a anistia dos refugiados e presos políticos, o retorno dos exilados, a campanha pelas eleições diretas para presidente e a materialização de uma nova constituição para o país.

O governo José Sarney — tendo à frente do Ministério das Comunicações o político baiano Antonio Carlos Magalhães —, foi marcado pela utilização ostensiva das concessões de televisão como moeda de troca política, principalmente em negociações ligadas ao processo de promulgação da nova Constituição. Entre os anos de 1985 e 1988, Sarney outorgou 1028 concessões ou permissões de rádio e televisão. Deste total, 60% foram distribuídas durante o período crítico de disputas na Constituinte (DEMOCON..., 2006, p. 22).

Durante a assembleia constituinte, os debates sobre os dispositivos que regulamentariam a TV ficaram bastante polarizados entre entidades ligadas aos trabalhadores da área de comunicação, conduzidos pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) — tendo como principais bandeiras a criação de um Conselho Nacional de Comunicação para regular o rádio e a TV e a restrição da exploração de canais de rádio e televisão a organizações sem fins lucrativos — e empresários do setor, liderados, principalmente, pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que defendiam a

³⁰ Embora os telecursos continuem sendo transmitidos em emissoras brasileiras, sejam elas educativas ou comerciais, os horários dedicados a este tipo de programa são marginais. Além disso, a televisão aberta pode ser considerada, hoje, como mais um dos variados suportes existentes para a aplicação desta metodologia de ensino.

permanência do controle da radiodifusão pelo poder executivo, além da exploração destes serviços pela iniciativa privada (DEMOCON..., 2006, p. 22).

O texto final do Capítulo da Comunicação Social da Constituição de 1988 caracterizou-se por ações como a transformação da proposta de Conselho Nacional de Comunicação em Conselho de Comunicação Social, um órgão consultivo do Congresso; a extensão da competência da aprovação de concessões ao poder legislativo, além do executivo; a dependência de, no mínimo, dois quintos dos deputados e senadores para reprová-la a renovação de uma concessão; o estabelecimento de prazos para permissões e concessões — na televisão, quinze anos e no rádio, dez —, dentre outras.

Em que pesem os avanços trazidos pela constituição, o professor Othon Jambeiro pondera que

...a televisão, considerada uma das armas mais poderosas para a consolidação do regime militar, continuou constituindo um aparato fundamental para a perpetuação das elites política e econômica do novo regime. A permanência dos princípios básicos da legislação, estabelecidos durante a ditadura, deve-se seguramente ao fato da TV ser um instrumento de poder que o governo civil não quis perder. (JAMBEIRO, 2000, p.81).

Ou seja, a maioria dos dispositivos criados pela Constituinte permanece até hoje aguardando regulamentação para sua efetiva implantação. É o caso das determinações que tratam da regionalização de programas; da proibição aos monopólios e oligopólios; dos direitos dos telespectadores em relação aos serviços prestados pela emissora; e do art. 223, que cria três modos, complementares entre si, de exploração dos serviços de televisão, o privado, o estatal e o público. Estas omissões nos remetem à terceira “tradição”, apontada por Rubim, das políticas culturais no Brasil (2008): a instabilidade.

Durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, são quase inexistentes as relações mantidas entre televisão e políticas públicas para a cultura. Um dos traços marcantes do período foi exatamente a quase substituição do Estado pelo mercado, como agente das políticas culturais vigentes, muito bem representada pelo livreto “Cultura é um bom negócio”, distribuído pelo Ministério da Cultura, na época capitaneado por Francisco Weffort (RUBIM, A.; RUBIM. L., 2004).

Em relação às políticas culturais para o audiovisual, destacam-se: a promulgação da lei 8.977, de 1995, conhecida com lei do cabo, a criação de um canal de televisão por assinatura, o canal “Cultura e Arte” e o esforço para uma “retomada” na produção do cinema brasileiro.

Neste caso, além de dar continuidade e consolidar a Lei do Audiovisual, o governo FHC criou a Agência Nacional de Cinema – Ancine, em uma clara demonstração que pretendia encarar a questão do cinema de uma perspectiva de mercado, como

indústria cultural. Mas a separação entre cinema e audiovisual, inclusive a televisão, foi mantida. (RUBIM. A; RUBIM. L., 2004).

A iniciativa obteve relativo êxito quanto ao cinema, mas seguiu considerando o setor audiovisual de forma desintegrada, ignorando outros meios e linguagens.

Já a Lei 8.977, conhecida como Lei do Cabo, contribuiu sobremaneira para o campo público de radiodifusão, ao possibilitar a existência das emissoras legislativas, universitárias e comunitárias. Trata-se de um passo importante rumo à ampliação das ofertas televisivas, ainda que restrito à parcela minoritária da população que tem acesso a esse tipo de serviço. Vale lembrar ainda que parte dessas emissoras conseguiu romper as amarras do cabo, passando a transmitir sinais também para antenas parabólicas (LEAL FILHO, 2007).

Outros dispositivos legais contribuíram, ainda, para a flexibilização da questão da publicidade nas emissoras do campo público no Brasil. Este é o caso da lei 9.637, de 15 de maio de 1998 — que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências — e cujo artigo 19 determina que:

as entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de intervalos. (BRASIL, 1998b).

Essa norma, sem dúvida, abre um importante precedente para a inclusão do apoio cultural como fonte de recurso das rádios e TVs pertencentes ao campo público. No entanto, o texto restringe a utilização deste expediente às organizações sociais que operam emissoras educativas de televisão.

Apesar dos avanços obtidos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, acima citados, a gestão pública, naquele período, manteve a televisão restrita ao âmbito do Ministério das Comunicações — de um ponto de vista eminentemente técnico —, de modo que:

as áreas de Educação e Cultura pouco tiveram a dizer a respeito, exceto no campo de suas emissoras específicas, de escassa audiência. Assim, quanto ao conteúdo da programação e em especial quanto ao seu compromisso com valores democráticos, o poder público pouco tem efetuado, ficando as poucas iniciativas positivas e as muitas duvidosas ao exclusivo arbítrio das emissoras. (JANINE, 2001, p.01).

Em suma, a ausência de uma política pública efetiva implica na instituição de uma política comunicacional — e, portanto, cultural — regida apenas pelos interesses do mercado.

Ainda que não possamos falar em alterações substanciais, esse quadro passa a apresentar novos matizes no momento atual, descrito a seguir.

2.2.2 TV Pública e Políticas Culturais do Governo Lula

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e a escolha de Gilberto Gil para dirigir o Ministério da Cultura, em 02 de janeiro de 2003, inaugurou-se um período de atuação mais efetiva do governo federal em relação às políticas para a cultura. A jornalista Ana Paula Sousa, em um balanço da gestão do ministro Gil, após sua saída do cargo³¹, avalia:

Com Gilberto Gil, o Ministério da Cultura (MINC) começou a existir. Criada em 1985, a pasta, antes integrada à educação, foi sempre uma espécie de patinho feio do Governo. Para a sociedade, era uma entidade sem rosto e sem nome. Com Gil, escolhido no primeiro mandato do presidente Lula, em janeiro de 2003, essa história começou a mudar. Mudou a ponto de, cinco anos e meio depois, sua saída virar manchete de todos os jornais (SOUSA, 2008, p. 28).

Em meio às propostas e ações empreendidas por esta gestão, cabe salientar alguns aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, o MINC tem se destacado pela reivindicação de uma noção “antropológica” de cultura³². Em seu discurso de posse, por exemplo, Gilberto Gil explicita a forma como o Ministério passa a encarar o termo:

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. (DISCURSO..., 2003).

Verifica-se claramente a proximidade entre a visão do então ministro e uma noção contemporânea de cultura, que, apesar da multiplicidade de significados, parece convergir para uma visão de um “complexo diferenciado de relações de sentido, explícitas e implícitas concretizadas em modos de pensar, agir e sentir.” (SODRÉ *apud* MIGUEZ, 2002, p.44). A

³¹ Embora a saída do ministro-artista, em julho de 2008, represente a perda de um importante capital simbólico, este episódio não implica falta de continuidade da atuação do MINC, tendo em vista que o atual ministro, o ambientalista Juca Ferreira, foi secretário-executivo da gestão Gil e um dos principais articuladores da política cultural adotada e empreendida pelo ministério.

³² A princípio, não há uma noção única de cultura na antropologia. Entretanto, a instituição, ao trazer a noção do que seria a cultura “no sentido antropológico”, busca incluir, no âmbito da cultura, setores não contemplados por uma ideia de cultura limitada e restrita à “alta cultura” ou “belas artes”. É importante perceber, no entanto, que o conceito de cultura, se ampliado ao seu extremo, torna-se pouco operacional, inclusive no sentido de orientar uma política pública efetiva, conforme já assinalado por autores como Isaura Botelho (2001) e Albino Rubim (2008).

cultura abrange, assim, todas as práticas de organização simbólica, de produção social de sentido e de relacionamento com o real.

A abrangência dessa atuação pode ser exemplificada pelo documento “Programa cultural para o desenvolvimento do país”, do Ministério da Cultura. Ali foram explicitados, como políticas setoriais e eixos estruturantes da primeira gestão Gil (2003-2006), audiovisual; patrimônio, memória e preservação; cidadania e tecnologias sociais; identidades e diversidade cultural; cultura afro-brasileira; democratização, modernização e alcance nacional; um novo padrão de fomento, investimento e financiamento; economia da cultura; e política e presença internacional (BRASIL, 2007c).

Torna-se possível, portanto, a inclusão de outras modalidades de bens simbólicos — abarcando as culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, das periferias, midiáticas etc. — e não apenas o que chamaríamos alta cultura ou as artes. De uma maneira geral, duas importantes consequências desta escolha são a ampliação do público-alvo do ministério, pois suas políticas passam a abranger a totalidade da população como produtora de cultura (e não apenas como receptora) e não somente artistas e criadores; e a transversalidade da atuação do MINC, que resulta em sua participação em discussões antes consideradas específicas de outros ministérios, como as relações internacionais, os direitos humanos e a comunicação, dentre outros (BRASIL, 2007c).

Na área audiovisual em particular, o início da gestão Gil foi conturbado. Após a transferência, em 2003, da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) — criada no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, sob a supervisão da Casa Civil — para o Ministério da Cultura, o órgão propõe a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), órgão que abarcaria todo o setor audiovisual. A sugestão trouxe à agenda pública o questionamento acerca do longo período de omissão do governo em relação à formatação e/ou ao cumprimento de políticas culturais efetivas para o audiovisual e, de forma mais enfática, para a televisão. Não houve consenso em torno da matéria e uma acirrada campanha, empreendida pelos radiodifusores aliados à grande imprensa, culminou com o recuo do governo (YODA, 2006).

Outras atuações relevantes foram o estímulo ao debate em torno da convergência digital da comunicação social eletrônica; a atuação no processo de desenvolvimento de um Sistema Brasileiro de Televisão Digital;³³ as discussões e posicionamento em torno do projeto

³³ Para mais informações, ver “Projeto SBTVD – Questões centrais para uma tomada de decisão: Sugestões do Ministério da Cultura ao Comitê de Desenvolvimento do SBTVD”, disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/SBTVD_MINC_1143840740.pdf, acesso em set. de 2008.

de lei geral das comunicações; e o fomento à produção de conteúdo, através dos editais anuais de produção e difusão — como o “Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV)”, “Revelando os Brasis”, “Curta Criança”, “Curta Animação” e “Documenta Brasil” — e de programas que incentivam a produção audiovisual independente e de forma regionalizada, como o “Olhar Brasil” e os “Pontos de Cultura”;³⁴ além da realização do I Fórum de TVs públicas e a participação na criação de uma rede nacional de TV com finalidade pública: a TV Brasil, aspectos de especial interesse para este estudo.

Antes, porém, de detalhar estes dois acontecimentos, cabe ressaltar a existência de um notável impasse, no próprio governo, em relação ao lugar ocupado pela televisão em suas políticas públicas. Tendo em vista este tipo de embate e diante da desigualdade das forças existentes, o teórico Armand Mattelart, em entrevista concedida a Carlos Gustavo Yoda, levanta alguns questionamentos acerca das políticas culturais para o audiovisual no país:

É positiva minha avaliação sobre Gilberto Gil. Mas o importante é que o Ministério das Comunicações não compartilha da mesma visão sobre a comunicação e a cultura que Gil e seu time. Todo esse debate é sobre o que é uma democracia comunicacional. Como implantar uma política cultural pela diversidade cultural se a política de comunicação tira das mãos da sociedade as ferramentas e tecnologias para exercer seus direitos? É preciso abrir o acesso das rádios comunitárias, abrir o espectro, democratizar. O Gil é bom, mas não é o ideal, porque seu governo não compartilha de sua visão. (MATTELART, 2007).

A declaração de Mattelart, embora contenha certa generalização, toca num ponto considerado crítico para o encaminhamento da proposta de transversalidade do Ministério da Cultura: a relação com as Comunicações. O embate, travado no interior do governo federal, pode ser exemplificado em diversos episódios. Dentre eles, a discussão sobre a elaboração da lei geral das comunicações, discussão que vem sendo empreendida pelo governo, desde 2005, ainda sem apresentar uma perspectiva de resolução.

Nesse debate, o Ministério das Comunicações demonstra claramente sua aproximação com as empresas de radiodifusão — como na declaração do ministro Hélio Costa, em entrevista ao site da ABERT, “a radiodifusão é mais antiga, a radiodifusão é uma empresa nacional, a radiodifusão é uma empresa que vem há 50 anos prestando um enorme serviço no rádio e na televisão para a população brasileira [...] Temos que defender a indústria nacional, e a indústria nacional é a radiodifusão.” (EM ENTREVISTA..., 2007). Nesta e em outras declarações, o Ministro defende sistematicamente os interesses dos empresários de

³⁴ Considerando-se que, segundo o então secretário de Audiovisual do MINC, Orlando Senna, de todos os Pontos de Cultura já instalados no Brasil, cerca de 20% promovem atividades comunitárias relacionadas ao audiovisual (SENNA, 2007).

radiodifusão, ao invés de se posicionar de forma independente e equidistante, em favor de um debate amplo sobre o tema.

O Ministério da Cultura, por sua vez, coloca-se numa posição mais plural e abrangente. O discurso do então secretário do audiovisual do órgão, Orlando Senna, na abertura do Congresso da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, considera como funções do ministério

...atuar, no debate sobre regulação e normatização da atividade, buscando a harmonização da exploração das diversas plataformas de distribuição e, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos diversos segmentos da indústria audiovisual brasileira, evitando os riscos contidos no cenário e aproveitando as imensas oportunidades que se descortinam. (SENNA, 2005).

Assim, tendo em vista o processo de construção de um Sistema Público de Radiodifusão no país, se faz necessário, antes de qualquer coisa, tentar compreender qual o posicionamento do Governo Federal — como um todo — em relação às políticas culturais para o audiovisual. Um investimento inicial seria recorrer ao I Fórum de TVs públicas, que resultou na criação da Empresa Brasil de Comunicação e da TV Brasil.

2.2.3 O I Fórum de TVs Públicas e a Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil

No segundo semestre de 2006, o Ministério da Cultura, através da Secretaria do Audiovisual e da Secretaria de Políticas Culturais, com o apoio da Presidência da República e do Ministério da Educação, convocou representantes das emissoras com finalidade pública, ativistas da sociedade civil e profissionais da cultura, para contribuir com o debate sobre a construção de um sistema de televisão pública no Brasil.

Em uma etapa preliminar, representantes dos setores governamentais acima referidos — em conjunto com a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) — elaboraram reflexões e diagnósticos sobre a televisão pública no país, que resultaram na publicação do “I Fórum Nacional de TV’s Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão - Caderno de Debates” (2006).

Constam do documento elementos-chave para a discussão acerca da temática, bem como dados históricos, aspectos legais e financeiros dessas instituições, sugestões para a

implantação do sistema público de televisão brasileiro e demandas específicas, como, por exemplo, o acesso aos canais digitais, através da inclusão no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T).

Com o objetivo de aprofundar a discussão, o governo organizou oito grupos de trabalho, com a participação de técnicos de oito ministérios, das agências reguladoras do cinema e das telecomunicações, organizações da sociedade civil, universidades e representantes das quatro associações de emissoras com finalidade pública. Com a sistematização do trabalho destes grupos, foi publicado um segundo volume: “I Fórum Nacional de TV’s Públicas: Relatório dos grupos temáticos de trabalho” (2007). Estes materiais tinham como objetivo contribuir para a preparação e organização das plenárias de debate do *I Fórum Nacional de Televisões Públicas*, realizado em maio de 2007, nove meses após o início do processo. O evento representou um passo primordial no processo de análise e reflexão para construção de um sistema público de radiodifusão brasileiro (BRASIL, 2007d).

Demonstrando a relevância do projeto para o Governo Federal, a mesa de abertura do evento contou com a presença de quatro ministros de Estado (das áreas da Cultura, Educação, Secretaria Geral da Presidência da República e da Secretaria da Comunicação Social), de dois secretários do Ministério da Cultura (Secretaria Executiva e do Audiovisual) e dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Em sua dissertação de mestrado “A Televisão Pública no Brasil: Um estudo sobre estratégias de manutenção da ordem” (2008), Fernanda Vidigal destaca alguns aspectos essenciais para o debate sobre um Sistema Público de Radiodifusão, que surgiram durante as plenárias finais: a necessidade de se produzir um novo marco regulatório para os meios de comunicação de massa; a elaboração e promulgação de uma lei específica para o sistema público de radiodifusão que assegure, entre outros aspectos, a autonomia financeira do setor, a participação da sociedade civil, a participação exclusiva de entidades não comerciais etc.; e a necessidade da realização da Conferência Nacional de Comunicação.

Também a criação de um operador de rede foi sugerida, não apenas nas plenárias, como também no volume *Relatório dos grupos temáticos de trabalho* (BRASIL, 2007d). A existência desse órgão possibilitaria o desenvolvimento de uma rede entre as produtoras e emissoras de programas televisivos do campo público. Além disso, essa alternativa solucionaria algumas das dificuldades das radiodifusoras culturais e educativas apresentadas no Fórum, quais sejam: superposição de programas, produções voltadas para o mesmo gênero, falta de programações originais, pouca articulação entre emissoras (VIDIGAL, 2008).

Entretanto, vale lembrar que a realização desse encontro, isoladamente, não garante a implantação de um Sistema Público de Radiodifusão no país. Num primeiro momento, cabe destacar que a ausência do Ministro das Comunicações (não de técnicos do Ministério), tanto na realização do evento quanto nos debates, sinaliza, mais uma vez, para a existência de conflitos e interesses divergentes quanto à temática, no interior do próprio Governo Federal.

Ainda segundo Vidigal (2008), o Fórum — embora apresentado à sociedade civil como espaço propositivo, reflexivo e de diálogo — foi, em grande parte, utilizado para a apresentação de propostas dos grupos de interesse, desenvolvidas em trabalhos que antecederam o encontro. E apresenta como exemplo o fato de que o grupo de configuração jurídica e institucional decidiu-se por não definir uma configuração jurídica padrão. Segundo o documento, isso ocorreu “dada a diversidade dos formatos das entidades que hoje se encontram no campo público.” (BRASIL, 2007d, p. 35).

Em conformidade com a autora, cabe ressaltar a relevância da opção por uma configuração jurídica que possa garantir autonomia financeira e de gestão às emissoras, pois, para a criação de um sistema público de radiodifusão, é imprescindível a definição de princípios fundamentais e de critérios objetivos para a consecução de um modelo viável, em consonância com os aspectos sinalizados pela UNESCO (2006): universalidade, diversidade, independência e diferenciação.

Cinco meses após as plenárias do *I Fórum Nacional de Televisões Públicas*, o poder executivo baixou a Medida Provisória (MP) nº 398, de 10 de outubro de 2007. Esta foi a primeira vez que uma lei brasileira fez referência aos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão *pública*. Em 07 de abril de 2008, a MP 398 foi convertida na lei de nº 11.652, que instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão *pública* explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; alterou a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966 etc.

Em seu Art. 2º, ficou estabelecido como princípios para a prestação do serviço de radiodifusão *pública*:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;

VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (BRASIL, 2008).

A lei também autorizou o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que tinha como finalidade “a prestação de serviços de radiodifusão *pública* e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei.” (BRASIL, 2008, *grifo nosso, online*). A EBC resultou da fusão da Radiobras (Empresa Brasileira de Comunicação) — criada durante a ditadura militar, com a finalidade de operar as emissoras de rádio e de televisão do Governo Federal — e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto — organização social que levava ao ar a TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE-Rio) e a TV Educativa do Maranhão (TVE-Ma).

Embora essa regulamentação se referisse, constantemente, a um serviço de radiodifusão pública, é necessário atentar para alguns pressupostos básicos que devem nortear esta assertiva. Para tanto, analisamos — à luz da Lei Modelo de Serviço Público de Radiodifusão, de Werner Rumphorst (2007), já citada no primeiro capítulo — tanto a lei n.º 11.652, como o decreto n.º 6.246, de 24 de outubro de 2007 (que criou a Empresa Brasil de Comunicação e aprovou seu estatuto), tendo em vista a já notória imprecisão legal brasileira na temática das comunicações.

No que concerne ao modelo de gestão, o procedimento de escolha dos membros é de fundamental importância para garantir a autonomia administrativa. Nesse caso, a lei que criou o serviço público de radiodifusão brasileiro regulamentou os conselhos Administrativo, Fiscal e Curador desse sistema e indicou a conformação da Diretoria Executiva da EBC. O diretor-presidente e o diretor-geral eram nomeados diretamente pelo Presidente da República, enquanto os outros seis diretores (jornalismo, administrativo-financeiro, programação e conteúdo, relacionamento, serviços e suporte) eram indicados e passíveis de destituição pelo Conselho de Administração. Já em relação aos conselhos, a maior parte de seus membros era designada pelo Presidente da República ou por autoridades de Estado (Ministro do Planejamento, das Comunicações, dentre outros).

O “órgão de orientação e de direção superior da EBC”, o Conselho de Administração, de acordo com os artigos 14 e 15 do Estatuto — era formado por cinco membros, todos indicados por órgãos da administração federal, além do Diretor-Presidente. Já o Conselho Curador, formado por vinte membros, tinha um representante eleito pelos funcionários, quatro

por ministros de Estado e quinze “representantes da sociedade civil”, que foram designados pelo presidente da República e “indicados segundo critérios de representação regional, diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais” (BRASIL, 2007a).

É importante ressaltar que a lei não previu dispositivos que garantissem, de forma objetiva, a nomeação de conselheiros desvinculados de interesses políticos. Além disso, embora estivessem autorizados a imputar, por maioria absoluta, o “voto de desconfiança”³⁵ à diretoria ou a um diretor em particular, o Conselho Curador possuía funções mais consultivas que deliberativas (BUCCI, 2008). Por outro lado, nem a Lei n.º 11.652, de 24 de abril de 2008, nem o decreto n.º 6.246, de 24 de outubro de 2007, propuseram alternativas para assegurar alguma forma de fiscalização entre os poderes executivo e legislativo, como, por exemplo, a necessidade de aprovação do Senado para a nomeação dos membros.

Em relação ao financiamento, a lei estabeleceu que os recursos da EBC fossem constituídos por: dotações orçamentárias, prestação de serviços, doações, publicidade institucional, publicidade dos órgãos de administração federal, de rendimentos de aplicações financeiras etc. Não houve determinação de uma percentagem máxima de recursos advindos dessas fontes, mas a publicidade institucional não pode ultrapassar 15% da programação (BRASIL, 2008). Se por um lado a multiplicidade de fontes financiadoras facilitaria a captação de recursos, por outro, a dependência financeira de instituições específicas poderia impossibilitar o desenvolvimento de um quadro programático dentro dos princípios públicos.

Outra característica fundante de um sistema público de radiodifusão é o cumprimento de aspectos como isenção, pluralidade e universalidade da programação. No caso da TV Brasil, desde dezembro de 2007, a grade inicial foi unificada a partir da programação fragmentada da TV Nacional de Brasília, TVE-Rio e TVE-Ma. Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 02 de janeiro de 2009, a diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, destacou que, na programação da emissora,

...foram lançados, além do “Repórter Brasil”, uma dezena de programas novos. Alguns de debate e reflexão, como “De Lá para Cá” e “Três a Um”. Outros destinados à expressão da diversidade cultural, como a faixa musical “Sons do Brasil” e “Amálgama”. A diversidade étnica ganhou espaços em “Doc-África” e “Oriente do Oriente”. “América Latina Tal como Somos” é uma faixa de documentários produzidos em 20 países da região, preocupada em aproximar seus povos e culturas. Desde março, atua em Luanda o primeiro correspondente brasileiro na África, para citar algumas iniciativas diferenciadoras. (CRUVINEL, 2009).

O Conselho Curador, no ano de 2008, fiscalizou a diretoria e os trabalhos e julgou a rumorosa acusação de um funcionário demitido por uma suposta ingerência governamental no

³⁵ Nesse caso, o voto de desconfiança funcionaria como uma primeira advertência, sendo que a segunda resultaria necessariamente em afastamento do diretor censurado ou, se for o caso, de toda a diretoria.

“Repórter Brasil”. A comissão de sindicância, coordenada pelo conselheiro José Paulo Cavalcanti, concluiu que o telejornal é politicamente isento e tecnicamente correto e que a TV Brasil veiculou até mais notícias negativas para o governo do que algumas emissoras comerciais (CRUVINEL, 2009).

Acerca da definição de cotas específicas para a produção regional e independente, de forma a possibilitar a circulação plural de mensagens, a Lei 11.652 garantia “os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.” (BRASIL, 2008). Embora fosse uma porcentagem muito baixa, a objetivação de uma diretriz tão importante, como esta, representou um grande avanço para o debate sobre a regionalização da produção.

Analisando, ainda que sem o necessário aprofundamento, as diretrizes de programação, gestão e financiamento; apreende-se que a EBC e, mais especificamente, a TV Brasil ainda precisam corrigir algumas distorções — como por exemplo, a forma de indicação da diretoria e do conselho curador, as funções desempenhadas pelo conselho e o financiamento, prioritariamente estatal, da emissora — para que venham a ser plenamente caracterizadas como parte de um Sistema Público de Radiodifusão.

CAPÍTULO III - TV PÚBLICA, ESTADO E CULTURA NA BAHIA

Uma vez que a “cultura histórica pode ser definida (...) como uma articulação prática eficaz, operada pela consciência histórica na vida de uma sociedade” (MARTINS, 2002, p.47), torna-se extremamente relevante apreender a forma como a Televisão Educativa da Bahia (TVE-Ba) assimilou historicamente as políticas estatais locais no âmbito da cultura. Pelo cumprimento de finalidades públicas em sua programação, em suas relações com a cultura regional e articulações com o governo estadual, esta emissora interfere e sofre interferências culturais, políticas e sociais do Estado em que se localiza.

Assim, o principal objetivo deste capítulo é analisar a trajetória da TVE-Ba, em meio à conjuntura política e cultural baiana, perspectiva que nos permite observar também a influência do meio televisivo na configuração deste mesmo contexto. Com isso, pretendemos ampliar a discussão sobre a TV pública, que deve orientar-se, principalmente, para a construção de uma gestão independente e de qualidade na programação, devido ao importante papel deste meio de comunicação na divulgação de conteúdos de interesse público e na formação e difusão da identidade regional.

Optamos por um retorno temporal até o ano de 1960, quando a televisão aporta em terras baianas, considerando que, a partir daí, é possível aventar a existência de relações entre esse meio de comunicação e a cultura no Estado, ainda que neste período inicial sua principal característica seja a ausência de políticas estatais, o que favorece a atuação da iniciativa privada no setor.

3.1 “Vazio Cultural” na Bahia

Os primeiros anos da década de 70 foram denominados pelos estudos sobre cultura brasileira como vazio cultural, em função do grande esmaecimento do fluxo criativo nacional, a partir do decreto do Ato Institucional n.º 5, que provocou o aumento da censura e da repressão à sociedade civil (MIGUEZ, 2002).

Na Bahia, o vazio cultural instalou-se no início da década de 1960, com uma antecedência de dez anos em relação ao resto do país. A interrupção do período que ficou conhecido como a “renascença baiana”, ou o “avant-garde na Bahia”³⁶ deve-se, segundo

³⁶ Ao longo da década de 1950, a Bahia passa por intensas mudanças no campo cultural, social e econômico. A Universidade da Bahia, conduzida pelo reitor Edgar Santos, representou um significativo papel no processo, ao fomentar um fluxo de produção cultural altamente cosmopolita e vanguardista. Também se destacam outras

Paulo Miguez (2002), à combinação de pelo menos quatro elementos: o afastamento de Edgar Santos da reitoria da Universidade da Bahia, em 1961, diminuindo a agitação vivida pela instituição; o golpe militar de 1964, que provocou o êxodo dos artistas locais, seja para fugir da repressão, seja para buscar alternativas de mercado para a sua produção; a modernização urbana de Salvador, que deslocou o movimento cultural do centro da cidade para diversos pontos da orla marítima e, por último, as transformações sofridas pelo campo cultural baiano e brasileiro, caracterizadas pela centralidade da produção da cultura no eixo Rio-São Paulo.

Referimo-nos à consolidação de um campo de indústria cultural que tendo a televisão como ponta de lança e o Centro-Sul do país como pólo centralizador e irradiador, vai reconfigurar a cultura e a sociedade brasileiras no seu conjunto. Com efeito, a metade dos anos 1960 no Brasil marca um trânsito de uma cultura de cariz escolar-universitário para uma cultura midiaticizada, uma cultura com padrões de organização econômica e valores estéticos próprios. (MIGUEZ, 2002, p. 208).

Assim, as mudanças ocorridas no campo cultural durante a década de 1960 são cruciais para a compreensão da cultura no Estado e, mais especificamente, de sua imbricação com a comunicação midiaticizada, a partir de então.

Após este período, a TV Itapoan foi inaugurada, em 19 de novembro de 1960, como parte da política de expansão dos Diários Associados, condomínio de empresas pertencentes a Assis Chateaubriand. A televisão foi especialmente percebida pela população como um dos ícones mais representativos da modernidade — outrora tão escamoteada pela velha cidade (VALIM; BIONDO, 2002).

No início, a emissora funcionou ancorada em um contingente de profissionais baianos e com produção inteiramente local e realizada ao vivo,³⁷ o que valorizou e deu visibilidade à mão-de-obra nativa, constituindo-se num mercado emergente para profissionais das artes cênicas, da música, radialistas etc. Neste primeiro momento, a inexistência de tecnologias, como a possibilidade de transmissão via satélite e da gravação em videoteipe,³⁸ inviabilizou a utilização de programação nacional (ROCHA, R., 2003).

manifestações culturais da cidade, como as *jogralescas* e a revista *Mapa*, movimentos liderados por estudantes secundaristas (dentre eles o cineasta Glauber Rocha), e o Clube de Cinema da Bahia. No aspecto econômico, a instalação da Petrobras e a adoção de políticas governamentais de incentivo à industrialização trazem o desenvolvimento para o Estado. Para mais informações sobre o período, ver: RISÉRIO (1995) e RUBIM (1999).

³⁷ Em trabalho anterior, dividimos a história da TV baiana em três etapas: *local e ao vivo* — período relativo ao monopólio da TV Itapoan —; a fase da *lógica de redes* — marcada pela expansão da Rede Globo e a centralização das produções no eixo Rio-São Paulo — e, finalmente, a fase que foi denominada de *retorno ao local* — quando as emissoras reavivam o interesse pelo local, ainda que dotado de particularidades próprias ao contexto contemporâneo (ROCHA, R., 2003).

³⁸ Somente com a chegada do aparelho de videoteipe — que permitia a gravação e o transporte da produção televisiva — à Bahia, em 18 de novembro de 1961, torna-se possível a exibição de programas da Rede Tupi, em cadeia nacional (FABULOSOS ..., 1961).

Entretanto, as inovações tecnológicas patrocinadas pelo governo militar e a redução do custo de utilização do videoteipe contribuem sobremaneira para a expansão do sistema de redes em todo o território nacional. Na Bahia, essa nova fase da televisão brasileira é iniciada em 1969, com a inauguração da segunda emissora baiana, a TV Aratu, retransmissora da Rede Globo.

A estréia traz ao Estado a lógica empresarial do grupo, com fluxo de programação eminentemente nacional. A centralização da produção representa uma grande diminuição nos gastos das empresas de TV que, por este motivo, a partir do final da década de sessenta, começam a trabalhar em rede, em detrimento da produção local. Para que se tenha uma ideia, em 1977, a Aratu e a Itapoan produzem localmente apenas 10% de suas transmissões (BORGES, 2000). O Sudeste torna-se o pólo irradiador das manifestações culturais, inclusive atraindo artistas de outros estados. Mas as consequências da ditadura militar para a cultura da Bahia não param por aí.

O governo baiano, ao mesmo tempo em que estabelece uma política de repressão aos movimentos culturais da sociedade civil, concentra diversas ações culturais no âmbito do Estado. Como exemplo deste investimento, podemos citar a criação de importantes instituições culturais, como o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC)³⁹, em 1967; o Conselho Estadual de Cultura, em 1968; e a Fundação Cultural do Estado da Bahia, (FUNCEB), em 1974⁴⁰ (UCHÔA, 2006).

Se os primeiros anos da década de 1980 se caracterizaram, nacionalmente, pela promoção da abertura democrática “lenta e gradual”, na Bahia, isso se reflete na realização da primeira eleição direta para governador, em 1982. O ex-governador Roberto Santos representava as oposições unidas, enquanto o advogado Clériston Andrade era apoiado pelo então governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães (ACM), político ligado ao Partido Democrático Social (PDS). Com a morte do candidato carlista num desastre aéreo, a menos de um mês da eleição, o deputado federal João Durval Carneiro o substituiu no pleito, tornando-se, em 15 de novembro de 1983, o último governador baiano do período ditatorial. Já ACM, que havia consolidado as bases de seu poder político no regime anterior, assumiu o Ministério das Comunicações no governo José Sarney, em 1985, permanecendo no cargo até 1990 (UCHÔA, 2006).

³⁹ Criado sob o formato jurídico de Fundação, o IPAC adquire sua atual denominação e configuração jurídica (autarquia), no ano de 1980.

⁴⁰ Apesar de instituída por lei em 1972, a criação efetiva da FUNCEB deu-se apenas dois anos depois, com a aprovação de seu primeiro estatuto.

Este foi o cenário de inauguração de três novas emissoras de TV no Estado. A TV Bandeirantes da Bahia surgiu em 1981, com a promessa de um jornalismo ativo e comunitário. Em 1985, são criadas a TV Bahia — empresa privada pertencente à família de Antonio Carlos Magalhães, que retransmitia a programação de rede Manchete — e a Televisão Educativa da Bahia, emissora de caráter público, com finalidade educativa e cultural, nosso principal objeto de estudo.

3.2 Surgimento da Televisão Educativa da Bahia

Na Bahia, previa-se a criação de uma TV educativa desde o ano de 1967. O decreto de n.º 61285 determinava a concessão “ao Govêrno (sic) do Estado da Bahia, através de sua Secretaria de Educação, para estabelecer, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, uma Estação de Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), para fins educativos”. O contrato celebrado em 1967 entre o Governo do Estado e o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) indicava o início das atividades para 1969 (TV-Educativa, 1967), ano de fundação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB).

O Instituto — ao qual a TVE-Ba se vincularia — foi criado em 04 de dezembro de 1969 através de lei estadual n.º 2.752, sob o regime jurídico de fundação pública estadual vinculada à Secretaria de Educação e Cultura (SEC), com a finalidade de executar, com exclusividade, todos os serviços educativos estaduais, através do rádio, televisão, ensino por correspondência e outros meios de comunicação de massa (BAHIA, 1969).

A implantação definitiva da TV Educativa só foi atingida, no entanto, após novo acordo, firmado entre o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) — secretaria executiva do CONTEL —, e o governador Antônio Carlos Magalhães, no início da década de 1980. Segundo o documento, as transmissões deveriam ser iniciadas no dia 10 de abril de 1985.

A televisão começou a ser projetada pelo então diretor executivo do IRDEB, o jornalista e pesquisador Sergio Mattos,⁴¹ no início do ano de 1983. Visando possibilitar uma maior flexibilidade administrativa, o instituto, que se configurava como órgão da administração centralizada, tornou-se uma fundação de direito privado. Em relação à matriz de programação da emissora, as discussões giraram em torno de três vertentes: TV escola,

⁴¹ Em entrevista concedida à autora, em setembro de 2005.

baseada no modelo canadense de educação à distância; TV educativa, nos moldes da Fundação Roquette Pinto (antiga FUNTEVÊ), ligada ao Ministério da Educação (MEC); e TV cultural, seguindo o exemplo da Fundação Padre Anchieta/TV Cultura de São Paulo. Tendo em vista o compromisso empenhado pela Fundação Roquette Pinto, no sentido de apoiar financeiramente a emissora baiana, optou-se pela criação de uma televisão educativa (MATTOS, 2005, informação verbal).

Com o atraso na chegada dos equipamentos, importados do Japão, Estados Unidos e França, a TVE-Ba entrou precariamente no ar na data estabelecida, embora fosse exibida somente uma “imagem-padrão”, cujo alcance se restringia ao bairro da Federação. O então diretor-executivo do IRDEB, Carlos Alberto Simões,⁴² assegurava que o prazo de 90 dias, estipulado pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), seria suficiente para a implantação da emissora (TV educativa entra no ar em caráter..., 1985).

O canal se concretizou, no entanto, apenas em 09 de novembro daquele ano. A Bahia foi o último estado nordestino a receber a sua TV Educativa, que — com um investimento orçado em um milhão de dólares — iniciou suas transmissões para as cidades do Recôncavo e Salvador. A cerimônia oficial de inauguração contou com a presença do governador João Durval e do presidente da FUNTEVÊ, Roberto Parreiras, entre outras autoridades. Embora o evento tenha acontecido pela manhã, a programação foi ao ar somente às 18 horas (NO..., 1985).

Na estréia da TVE-Ba, canal 2, foi exibido o “Especial de inauguração” que apresentava a Fundação IRDEB, com depoimentos do governador da Bahia, e de outros políticos (MARIA, 1985). Inaugurada com 25% da programação composta por produções locais, a TV Educativa da Bahia se destacava, nos primeiros anos, pelos programas informativos; esportivos; a agenda cultural, com divulgação dos principais espetáculos em cartaz na capital; além dos clipes literários, interpretados por atores baianos. Enfatizava-se o propósito de “... ser uma emissora que reconhece e divulga o talento do artista baiano, realizando produções voltadas para o interesse específico da população local.” (TV-e hoje..., 1985).

Neste momento, o IRDEB, além do Centro de Televisão, englobava o Centro de Rádio e um Centro de Planejamento e Produção Pedagógica (CPPP). O CPPP tinha como principais funções o planejamento técnico-pedagógico, criação e composição de materiais impressos e audiovisuais, sob os mais variados formatos, com o propósito de dar suporte aos professores,

⁴² Carlos Alberto Simões assume o órgão, após a saída de Sérgio Mattos.

bem como contribuir para a programação das emissoras da entidade (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985). Na década de noventa, o CPPP foi desvinculado do IRDEB, e passou a ser diretamente subordinado à Secretaria de Educação.

O governador João Durval apresenta como resultados das ações da Secretaria de Educação e Cultura, no item “Utilização de Tecnologias para a Educação e a Cultura”, as ações do IRDEB/TVE-Ba. São elas:

- produção de 164 programas culturais, 21 esportivos e 52 jornalísticos, totalizando 237 programas para a emissora;
- construção do setor técnico, casa de transmissão e subestação da TVE num total de 3.112 m² construídos;
- aquisição e instalação de 95% dos equipamentos previstos para a TVE. (BAHIA, 1986, p. 170).

Seguindo uma das prioridades elencadas para 1986, de “interiorização do sinal de TV, permitindo uma cobertura de 80 cidades.” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985), a Televisão Educativa da Bahia expande seu sinal de transmissão até Feira de Santana e, posteriormente, para as regiões de Jequié, Vitória da Conquista e Floresta Azul (OUTRA..., 1986).

3.3 Para Mudar a Bahia?

Ainda em 1986, foram realizadas as primeiras eleições diretas para governador do Estado, após o fim do regime militar. Dentre os candidatos, os de maior expressão política eram o jurista e professor Josaphat Marinho, representando a “Aliança Democrática Progressista” (PFL, PDS e PTB) — apoiada pelo governador João Durval e pelo Ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães —, e o político Waldir Pires, da coligação “A Bahia Vai Mudar” (PMDB, PCB, PC do B e PSC, com apoio do PT, PDT e PSB), representando uma ampla frente de oposição, que reunia partidos de esquerda e dissidentes do *carlismo*.⁴³ Waldir Pires foi eleito com 60,3% dos votos, rompendo com a hegemonia de ACM no Estado (MARTINS, 2006).

Ainda no período de transição entre os governos, a cobertura da imprensa em torno da Televisão Educativa da Bahia dedicou-se, de forma contundente, aos problemas enfrentados

⁴³ Denominação dada à corrente política que tinha como líder o político Antônio Carlos Magalhães (PFL).

pelo IRDEB. Um exemplo foi a greve de servidores de março de 1987, dias antes da posse de Waldir Pires, que teve como principal causa o atraso dos salários.

Os líderes do movimento mantiveram contato com a direção do IRDEB no início da semana e foram informados de que a Secretaria da Fazenda alegou não ter dinheiro em caixa para o pagamento da folha, já que a prioridade do destino do montante disponível foi o pagamento de empreiteiras. Diante desse quadro sombrio, os servidores já começam a se articular com o governo que toma posse no dia 15 próximo, através do futuro secretário do governo, Filemon Matos. (GREVE..., 1987).

A greve afetou sensivelmente a programação da TVE-Ba, embora fosse mantido o tempo mínimo de exibição, através de reprises, a fim de impedir a cassação da licença de funcionamento da emissora por parte do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) do Ministério das Comunicações (TV educativa fora..., 1987).

Na área da cultura, uma das ações de maior destaque do governo Waldir Pires foi a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SEC), com a lei 4.697, de 15 de julho de 1987. O novo órgão tinha como principais propostas: “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais” (BAHIA, 1988). O IRDEB, por sua vez, embora sua atuação e relevância na área cultural fossem reconhecidas, por parte do Governo, seguia vinculado à Secretaria da Educação (SEEB), que tinha por finalidade desempenhar as funções do Estado, em matéria de educação, na nova estrutura da administração pública.

Neste mesmo período, um importante acontecimento, de cunho político e cultural, marcou a trajetória de duas importantes emissoras do Estado: a TV Bahia e a TV Aratu. A TV Bahia, construída e montada em apenas nove meses, iniciou seu funcionamento no Estado retransmitindo a programação da Rede Manchete “voltada para as classes A e B, uma imagem perfeita.” (TV Bahia..., 1986). Apesar da boa qualidade da imagem e da programação “elitizada”,⁴⁴ a audiência da emissora baiana atingiu um patamar muito aquém das expectativas iniciais.

Ainda no ano de 1987, a Rede Globo de Televisão rompeu unilateralmente o contrato com a TV Aratu, mantido desde a inauguração desta emissora em 1969, e passou a transmitir o seu sinal para a TV Bahia. Em “A história secreta da Rede Globo”, o jornalista Daniel Herz destaca o polêmico episódio como um exemplo das trocas de favores entre o Ministro das

⁴⁴ A Rede Manchete, criada em 1983, com equipamentos de última geração, uma programação de seriados e filmes premiados e uma equipe de jornalismo de qualidade denotava possuir as condições necessárias para garantir um futuro promissor para a nova emissora baiana.

Comunicações, Antônio Carlos Magalhães e o empresário Roberto Marinho, dono das organizações Globo.

...com um faturamento mensal de cerca de 12 bilhões de cruzados e considerada pela própria rede, como a que possui uma equipe jornalística comparável às de São Paulo e do Rio de Janeiro [...], a TV Aratu, coligada da Globo há 18 anos, chega a 319 municípios dos 336 que compõem o Estado da Bahia. Os índices de audiência nunca foram menores que 85%, os mais altos de toda a rede. A TV Bahia por outro lado, entra em 110 municípios, fatura mensalmente 2 bilhões de cruzados e tem um dos menores índices de audiência: cerca de 2%, segundo o PMDB baiano. (HERZ, 1987, p.42).

Inconformada com a decisão da Globo, a TV Aratu entrou na justiça com o objetivo de continuar a exibir a programação daquela emissora e assegurou temporariamente a continuidade da transmissão, através de uma liminar — cassada dias depois. A contenda judicial resultou, inclusive, na transmissão simultânea do sinal da Rede Globo pelas duas emissoras (ROCHA, R., 2003). Esta disputa aparece como mais um elemento da acirrada disputa pela posse da liderança televisiva, e também política, no Estado tendo em vista que a TV Aratu pertencia a Luís Viana Neto, filho do ex-senador Luiz Viana Filho, então desafeto político de Antonio Carlos Magalhães. Tal episódio foi “essencial para a construção do dispositivo que, ao propiciar a ‘atualização’ político-midiática de ACM e do carlismo, potencializa o poder de sua intervenção.” (RUBIM, 2001, p.07).

Neste período a televisão baiana começou a valorizar a cultura do Estado, através das manifestações de uma identidade baiana peculiar: a *baianidade*.⁴⁵ Para Albino Rubim:

Trata-se de consolidar e difundir uma nova identidade da Bahia: em lugar da antiga “boa terra”, marcada por um ritmo lento, preguiçoso, “malemolente”, tem-se agora um ritmo acelerado dos corpos em frenéticas danças e uma “ritmicidade” vigorosa dos tambores que constróem a terra da felicidade e fazem da alegria “um estado chamado Bahia”. Uma terra boa e desejada, porque animada, e ressignificada como lugar de todas as festas para todos os que aqui estão ou especialmente chegam, mesmo que em dimensão apenas simbólica. Salvador deixa de ser aquela pacata “Cidade da Bahia” para tornar-se Salvador, a capital do Axé e do carnaval. (RUBIM, 2000b, p. 87).

Também emissoras como a Aratu e a Itapoan dirigiram suas atenções aos programas regionais, visando o reconhecimento como TVs que possuíam “a cara da Bahia”. Dentre as metas definidas pela direção das empresas, estavam a ampliação do espaço para as produções locais e o forte investimento no telejornalismo. Entretanto, em meados da década de noventa, devido à crise econômica e ao alto custo da produção, a programação local é reduzida. A grade local de programação da TV Itapoan ilustra bem tal afirmação. No ano de 1990, a

⁴⁵ O texto da *baianidade* caracteriza-se, segundo Milton Moura (2001), por três elementos centrais: a familiaridade nas relações pessoais, que evita o estranhamento radical; a religiosidade, vital para a conformação dos falares baianos, devido à tradição oral das religiões africanas; e a sensualidade: Salvador como pólo feminino e negro, com ritmos e comida exóticos, objeto de desejo do homem branco e, recentemente, dos turistas e forasteiros.

emissora possuía cerca de oito horas diárias. Apenas três anos depois, a produção local limitava-se ao esporte, jornalismo e ao programa *Vídeo Jovem* (TRINTA..., 1993).

Desta forma, apenas duas instituições — a Rede Bahia de Televisão, formada pela TV Bahia e suas afiliadas no interior,⁴⁶ e o IRDEB, através da Televisão Educativa da Bahia, conseguem participar mais efetivamente desta nova tendência.

A TV Bahia conquista, então, através de suas ações, uma identificação com a Bahia, aproximando-se de seu público. A desvinculação da imagem de um grupo político forte também se dá à medida que sua principal bandeira passa a ser a cultura. Além disso, a ampliação de um mercado publicitário se coloca com grande significação, levando-se em conta os aspectos empresariais. Interessa à Rede Bahia, não só o desenvolvimento do Estado, como a manutenção do *status quo* baiano que a beneficia através da participação e do apoio aos seus mais variados projetos, além da extensa publicidade veiculada. (ROCHA, R., 2004. p. 19).

Já TVE-Ba, por sua finalidade pública e sua vinculação estatal, possuía desde o seu surgimento o papel de promover a cultura local, para além de suas funções educacionais. Nesse sentido, cabe destacar a criação de novos programas⁴⁷ e a transmissão ao vivo de grandes eventos no Estado — como o carnaval de rua de Salvador, a Feira do Interior e o show de reinauguração da Concha Acústica, que possibilitaram a manutenção da média de 25% de produção local na grade de programação (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988).

No ano de 1988, o IRDEB realizou, ainda, um convênio com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) para a realização de documentários, em troca de um equipamento completo para externa, além de uma ilha de edição (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988). Por sua vez, a TVE-Ba entrou no sistema “Brasilsat”, substituindo a transmissão por superfície pela transmissão via satélite na exibição dos programas gerados pela TV Educativa do Rio de Janeiro. Além disso, também era explicitado o propósito de interiorização do sinal da emissora, restrita a poucos municípios do Estado (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988).

⁴⁶ A Rede Bahia de Televisão iniciou seu projeto de interiorização em 1988 — ano de inauguração da TV Santa Cruz, em Itabuna. Dois anos depois, estabeleceu a TV Sudoeste de Vitória da Conquista e a TV Norte de Juazeiro (atual TV São Francisco). Em 1991, foi criada a TV Oeste de Barreiras. Em 1998, a TV Subaé de Feira de Santana passou a fazer parte do complexo, quando 50% de suas ações foram adquiridas pela Rede Bahia (ROCHA, R., 2003).

⁴⁷ Os jornalísticos “Grande Jornal”, “Linha Direta”, “Frente a Frente”, “Bahia na Constituinte”, “Primeira Edição”, “Revista da Manhã” e “TV Cidadania”; os culturais “Afro Memória”, “Antena Ligada” e “Em Cena”; e o educacional “Educação Urgente”. Salientamos que a classificação dos gêneros programáticos segue informações do Relatório de Atividades 1987/88 do IRDEB (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988).

O texto do “Relatório de Atividades do IRDEB - 1987/88” demonstrava grande preocupação diante da finalidade de suas emissoras em atender aos interesses do público. Em sua apresentação, informa:

Em 87, foi dado um passo importante, o início de uma mudança radical que exige competência e paciência. Uma das principais ações deflagradas pelo IRDEB foi o estabelecimento de uma nova filosofia de utilização das emissoras de comunicação do Instituto, a Rádio Educadora e a TV Educativa. Este reposicionamento mostrou-se necessário dado ao (sic) caráter pouco voltado para os reais interesses comunitários que as emissoras tinham até então. De imediato, foi definido um novo conjunto de ações de caráter democrático e popular buscando abrir as emissoras à participação da sociedade. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988, p. 5).

Nesse sentido, o governo Waldir Pires investiu na reestruturação da entidade, a partir de ações que priorizavam a consolidação de uma nova política de pessoal e, principalmente, a importação e aquisição de equipamentos, pois “as emissoras estavam na iminência de serem retiradas do ar pelo Dentel, em virtude de deficiências técnicas” (BAHIA, 1989). As instalações físicas da emissora foram reformadas, o sistema de telefonia ampliado e alguns veículos novos foram comprados (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA 1988).

Em maio de 1989, Waldir Pires renunciou ao governo da Bahia para concorrer à vice-presidência da República, nas eleições de novembro do mesmo ano, em uma chapa encabeçada por Ulisses Guimarães (PMDB). Em seu lugar, assume o vice Nilo Coelho, que trazia em seu currículo político os cargos de vereador e prefeito da sua cidade natal, Guanambi, e também o posto de presidente da União dos Prefeitos da Bahia (UPB) (MARTINS, 2006).

Em mensagem à Assembleia Legislativa, no ano de 1990, Nilo Coelho “assumiu os compromissos do Plano Estratégico de Ação, elaborado durante o governo Waldir Pires”, mas acrescentou que “era natural e mesmo inevitável que se manifestassem as diferenças no estilo pessoal de governar” (BAHIA, 1990). Entretanto, na área cultural,

...o episódio da renúncia de Waldir provoca então a saída de grande parte dos dirigentes dos organismos estaduais de cultura. Assim a descontinuidade vai marcar o período, provocando de tal maneira a interrupção dos projetos que vinham tendo (sic) andamento e não efetivação ou consolidação de órgão (sic) que haviam sido criados naquele governo, para trabalhar as questões referentes à cultura. (MARTINS, 2006, p. 10).

O novo governo implantou uma reforma administrativa, através da lei 5.121, de 1989, extinguindo diversos órgãos na Secretaria de Cultura e criando outros. Também a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBA) sofreu modificações, e passou a ser denominada

Fundação das Artes (FUNDART). Outro fato de grande repercussão foi o fechamento do Teatro Castro Alves (TCA), devido à sua intensa degradação.

A atuação do Instituto de Radiodifusão Educativa é parcamente documentada durante os dois anos da gestão Nilo Coelho.⁴⁸ O Relatório de Governo do Exercício de 1989, porém, informa:

Em face das deficiências técnicas verificadas, sobretudo pela carência dos equipamentos e peças de reposição, o IRDEB teve suas atividades em 1989 sensivelmente prejudicadas. Os problemas mais emergenciais foram superados no final do exercício, com o atendimento pelo governo do Estado das solicitações formuladas, no sentido de impedir o agravamento da situação.

O IRDEB vem utilizando os seus veículos de comunicação, a Rádio Educativa (sic) e a TV Educativa, cujo alcance expandiu-se no exercício com a instalação do seu sinal em novos municípios, não só para atingir objetivos de instrução, mas também para fomentar o espírito crítico da sociedade e conscientizar a todos sobre os direitos da cidadania... (BAHIA, 1990, p. 103).

Essa longa citação merece destaque por diversos aspectos. Num primeiro momento, cabe salientar a imprecisão no que diz respeito às realizações da gestão — não há números, dados, ou qualquer informação precisa das medidas adotadas —; também os “problemas” deixados pela gestão anterior são, surpreendentemente, apontados como externos ao Governo. Mesmo o erro na grafia do nome da Rádio Educadora parece denotar certa falta de zelo com o tema.

Por outro lado, é interessante perceber que a gestão apontava como prioridade a aquisição de equipamento e materiais de manutenção, bem como a política de pessoal. Essa informação, no entanto, não encontrava respaldo na mídia. Na coluna “Canal Zero”, do Jornal A Tarde, de 03 de dezembro de 1989, a Televisão Educativa da Bahia era descrita como:

Vítima do estigma de ter sido cabide de empregos e morada de fantasmas, essa televisão caminhou claudicante, sem uma filosofia de trabalho, sempre em crise de identidade relacionada com a sua proposta para o mercado, ao mesmo tempo em que enfrentava questões internas de caráter funcional técnico e administrativo. (A PORTA..., 1989).

No Relatório do Exercício de 1990 do governador Nilo Coelho, as realizações na área cultural foram apresentadas de maneira superficial. O IRDEB sequer é mencionado. Também não foram encontrados registros dos relatórios anuais de prestação de contas elaborados internamente pelo Instituto (BAHIA, 1991). Em consequência de episódios como esses, é possível deduzir que as políticas culturais propostas pelo Governo Waldir Pires não foram implantadas e tampouco encontraram respaldo em seu sucessor.

⁴⁸ Não foram encontrados no IRDEB os relatórios de gestão do órgão e, por outro lado, também na mídia impressa baiana são poucas as referências à TVE-Ba no período.

3.4 Televisão, Cultura e Turismo

Nas eleições de 1990, Antônio Carlos Magalhães, que já havia sido prefeito de Salvador e duas vezes governador baiano por indicação da Ditadura Militar, foi eleito através do voto direto, pela primeira vez. Venceu seu principal concorrente, Roberto Santos, com ampla vantagem. O retorno de ACM ao governo do Estado inaugurou um período de redefinição das políticas culturais na Bahia.

Reformas no patrimônio histórico e material da capital baiana, como o Centro Histórico e o Teatro Castro Alves, representaram as atuações mais relevantes na área cultural, ao tempo em que anunciavam a conjugação entre a gestão pública da cultura e do turismo, ainda que de forma não-oficial. A Secretaria de Cultura, criada no governo anterior, foi extinta e seus antigos órgãos e atribuições são novamente incorporados pela Secretaria de Educação, que volta a se chamar Secretaria de Educação e Cultura. A Fundação das Artes (FUNDART), por sua vez, adota novamente a nomenclatura anterior: Fundação Cultural do Estado da Bahia (FERNANDES, 2006).

As políticas culturais desenvolvidas neste mandato já apontavam para a tendência de priorização do turismo em detrimento da cultura e a gradativa orientação da gestão cultural para o fator econômico. Afinal, já se consolidava em Salvador um mercado de bens simbólicos, subordinado a uma lógica de indústria cultural. As políticas voltadas ao turismo — realizadas, principalmente, por meio da convergência entre as empresas oficiais de economia mista, a estadual Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA) e a municipal Empresa de Turismo S/A (EMTURSA) — desempenhavam um expressivo papel no processo de reconstrução do texto identitário, a partir do momento em que passam a recorrer às manifestações lúdico-festivas como atrativo, além do patrimônio arquitetônico e belezas naturais (MIGUEZ, 2002).

A “Bahia – Terra da Felicidade”, slogan usado em uma das campanhas realizadas pela Bahiatursa, além de servir às especificidades da promoção dos destinos turísticos, tinha o propósito ostensivo de atrair para o Estado um novo ciclo de investimentos nos mais variados setores da economia, como entretenimento, lazer, cultura e turismo. Vale ressaltar que a emergência de processos como a globalização e a prevalência do ideário neoliberal permeava essa nova compreensão do papel da administração pública, cuja agenda alcançava a

desregulamentação das funções do Estado e uma concomitante abertura para o mercado internacional (SOBREIRA, 2007).

Esse momento também ficou marcado pela atuação da Rede Bahia, que seguiu a proposta da gestão pública, projetando a Bahia como um lugar idealizado e idílico. Toda a Rede, capitaneada pela TV Bahia, colocou em prática uma série de ações voltadas para a difusão de uma face da cultura baiana, focada em “peculiaridades” do seu povo: a africanidade, os ritmos, a natureza e o mito de origem do Brasil. A transmissão desta identidade baiana priorizava a exposição de manifestações presentes na Capital e Recôncavo, em detrimento da diversidade cultural existente no Estado (ROCHA, R., 2003).

E é no bojo desse processo, que a Televisão Educativa da Bahia iniciava uma nova fase, a partir da década de noventa. Enquanto a programação local de emissoras como a Itapoan e a Aratu é mais uma vez reduzida, devido à crise econômica e ao alto custo da produção, a TVE passa por um intenso processo de modernização e reestruturação (ROCHA, 2006). Segundo Fernando Vita,⁴⁹ diretor geral do IRDEB, de 1991 a 1994:

Primeiro, tínhamos que fazer o básico: manter as emissoras no ar. (...) Na televisão o sinal caía frequentemente e o alcance era mínimo pela precariedade dos equipamentos e do sistema de transmissão. Compramos novos transmissores. (...) Começamos a reequipar toda a TV – ilhas de edição, geradores de caracteres, câmeras... Fizemos uma faxina técnica. (VITA, informação verbal).

O Relatório de atividades do IRDEB do quadriênio 1991-1994 também é incisivo. A entidade era descrita como “a cara de um Estado destruído e à deriva, precipitado sobre o abismo de uma administração crítica” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994, p. 04). No texto, eram apontados problemas como a desativação do Centro de Planejamento e Produção Pedagógica, a diminuição da atribuição pedagógica do IRDEB, a falta de manutenção do sistema de transmissão etc. Também o projeto de interiorização foi alvo de graves denúncias:

A aquisição e implantação do sistema de interiorização da TV foi um dos exemplos mais contundentes, dados pela gestão passada, de como não se deve proceder em relação à administração pública. Superfaturado em Cr\$ 600 milhões (preços de 1990) e comprometendo 60 por cento do orçamento do IRDEB, o sistema deveria contemplar a retransmissão do sinal da TVE-RIO via satélite para 144 municípios baianos.

[...] os equipamentos, adquiridos a preços superfaturados, foram implantados diretamente pelos fornecedores, sem nenhum acompanhamento técnico por parte do IRDEB e sem o devido tombamento patrimonial.

Mas as irregularidades não ficaram por aí: o projeto, que deveria contemplar a utilização de canais primários, foi elaborado para os canais secundários, o que levou o DNFI (Departamento Nacional de Fiscalização) a fiscalizar e lacrar diversas estações. A transmissão das imagens da TVE-RIO estava sendo feita sem a devida

⁴⁹ Em entrevista concedida à autora, em outubro de 2005.

autorização daquela Fundação, e dos 144 municípios previstos, o sistema não alcançava nem a metade.

O sistema gerou um emaranhado de ações irregulares e nefastas ao IRDEB e ao erário, como demonstra o processo judicial posteriormente ajuizado pelo IRDEB. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA 1994, p. 04 e 05).

Embora fosse apontada como uma prioridade da gestão Waldir Pires, o processo de implantação de um sistema de interiorização — incluindo seus custos e resultados alcançados —, não foram mencionados nos relatórios de governo dos anos de 1987 a 1990.

Uma comissão de inquérito foi, então, instaurada para avaliar a real situação do sistema e assegurar sua regularização junto ao Departamento Nacional de Fiscalização (DNFI). Ainda segundo o relatório, das 145 estações adquiridas, e supostamente funcionando, mais da metade estava desativada em 1991. Três anos depois, 118 estações já se encontrariam recuperadas e funcionando (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994).

Segundo o diretor,⁵⁰ o IRDEB investiu na modernização e equipamento da emissora de TV, através das seguintes ações: aquisição de um transmissor estéreo e antenas; instalação do sistema de recepção de satélite; aquisição de um veículo de externa. As emissoras de rádio (FM e Ondas Curtas) também receberam transmissores e equipamentos de estúdio. O período foi marcado por uma redução drástica no tempo destinado à programação local, apelando-se para a TV Cultura de São Paulo. A produção local restringia-se à transmissão de eventos culturais e aos informativos e esportivos (VITA, informação verbal).

Na área educacional, foram desenvolvidos diversos projetos: elaboração de materiais audiovisuais e impressos, para acompanhamento e estudo; elaboração de cursos supletivos, de formação profissional voltados para o setor de turismo etc.

Mas a grande realizações (sic) do IRDEB na área pedagógica foi a implantação do projeto “Um Salto Para o Futuro”. O programa, implantado pioneiramente na Bahia e em mais quatro estados, tem por objetivo o treinamento e reciclagem, via televisão, de professores da 1ª à 4ª (sic) do 1º Grau. Produzido pela TVE-Fundação Roquette Pinto, o programa é transmitido para cerca de 130 telepostos no Estado, equipados com TV, telefone e fax. Nesses quatro anos, foram treinados cerca de 18.000 professores primários. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994).

A criação da videoteca do IRDEB, em 1993, e a disponibilização de seu acervo para o público externo, bem como da biblioteca, foi possível a partir dessa gestão.

Em abril de 1994, Antônio Carlos Magalhães renunciou ao Governo do Estado para concorrer ao Senado, bem como seu vice, Paulo Souto, que concorreria ao Governo.⁵¹

⁵⁰ Em entrevista concedida à autora, em outubro de 2005.

⁵¹ Vale lembrar que nesta época não era permitida a reeleição.

Assumiu interinamente o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ruy Trindade, até que a Assembleia Legislativa empossasse, no dia 2 de maio de 1994, o deputado Antônio Imbassahy, então presidente da Assembleia Legislativa. O mandato durou até 31 de dezembro do mesmo ano.

Chegando ao final do mandato, a gestão do Estado do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia foi alvo de comentários elogiosos na imprensa:

Um audacioso projeto de modernização técnico-gerencial retirou o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB), fundação vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, do caos administrativo-operacional em que se encontrava ao final do governo Nilo Coelho, possibilitando à TV Educativa desenvolver uma programação priorizando a produção local, e prestigiar o que de melhor se produziu na área cultural, em suas mais diversas manifestações. A orientação básica para mudanças tão radicais partiu do próprio (então) governador Antônio Carlos Magalhães, sendo seguida à risca pela secretária de educação e cultura Dirlene Mendonça, tendo chegado ao ápice com o governador Antônio Imbassahy, que deu todas as condições para que o IRDEB chegasse ao patamar de excelência atual. (MAX, 1994, p.10).

Dessa forma, estaria dada a largada para a inserção das emissoras do instituto, com ênfase na Televisão Educativa da Bahia, na política cultural prenunciada, em que as atividades ligadas à criação, produção e consumo cultural e turístico ocupariam um lugar de destaque nas estratégias de desenvolvimento.

3.4.1 “Dar Voz a Quem Não Tem Voz”

Dando continuidade à gestão anterior, o governador Paulo Souto — eleito no segundo turno com 58,64% do total de votos válidos⁵² — impulsionava o processo, iniciado pelo governo anterior, de gestão integrada da cultura e do turismo através de diversas ações, dentre as quais se destacavam:

- 1 – a reunião das áreas de turismo e cultura numa só Secretaria, robustecida pelo remanejamento e pela vinculação/subordinação dos órgãos setoriais existentes – Conselho Estadual de Cultura, Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), Fundação Pedro Calmon (FPC) e Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA). [...]
- 2 – a criação, pela Secretaria, de um amplo repertório de programas e ações de incentivo, dinamização, preservação e estímulo à criação e produção cultural, dentre os quais se destaca o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FazCultura –, lei de incentivo fiscal criada em 1996 e implementada a partir de 1997, que tem por

⁵² Em 1994, os candidatos às eleições para o governo do Estado mais expressivos eram o geólogo Paulo Ganem Souto (PFL), apoiado por Antônio Carlos Magalhães e seu vice na gestão anterior, e o ex-governador João Durval Carneiro (PMN), ex-aliado do grupo carlista (BALANCO, 2006).

objetivos fomentar a produção cultural baiana e estimular a iniciativa privada, através da isenção de impostos. (SOBREIRA, 2007, p. 15).

A Secretaria da Cultura e Turismo (SCT) foi criada pela lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995, com a finalidade de “executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do turismo e do lazer.” (BAHIA, 1995). Desde seu surgimento e até 2006, quando foi desmembrada, o órgão foi gerido pelo economista Paulo Gaudenzi.

A união entre cultura e turismo compreendia a cultura como um diferencial de mercado que significava, na prática, tanto a oferta de equipamentos culturais e de lazer, a partir da preservação da memória e do patrimônio histórico; quanto o fortalecimento da produção artística e o estímulo às manifestações culturais, como forma de manter aquecido o produto cultural baiano (FERNANDES, 2008).

No mesmo ano, o jornalista Paolo Marconi assumiu a direção executiva do IRDEB, tornando-se o idealizador e condutor de uma nova imagem para a Televisão Educativa da Bahia, que se tornou conhecida pela regionalização da produção audiovisual e pela divulgação da diversidade cultural do Estado.

Merece destaque, neste processo, o “Mapeamento Cultural e Paisagístico da Bahia”, um ambicioso trabalho de documentação e memória da cultura no Estado, que tinha como objetivo a produção de documentários, reportagens e programas especiais. Fizeram parte do projeto as séries “Memória em Película” — trabalho de resgate da memória do Estado a partir do levantamento e recuperação de material audiovisual de arquivos públicos e particulares —, e a premiada “Bahia Singular e Plural”, que registrou e difundiu, de forma pioneira, o vasto repertório de expressões culturais do Estado da Bahia. Esta última série resultou em 18 vídeos-documentários, oito CDs e mais de cem interprogramas, clipes e vinhetas.

A emissora também investiu na criação de uma identidade visual que representasse as mudanças propostas, contratando o artista plástico Carybé para desenhar cenas e personagens típicos da Bahia. Através da animação computadorizada, as ilustrações foram transformadas em vinhetas e cenários associados ao slogan “TVE Espelho da Bahia”, usado até o ano de 2003.

A gestão seguiu investindo em tecnologia e no aparelhamento das emissoras do IRDEB.

Em termos tecnológicos, o IRDEB teve também avanços significativos em 98, no sentido da digitalização do sinal da TV Educativa e da transmissão da programação para todo o interior via satélite. Com a chegada dos equipamentos do exterior — adquiridos através de concorrência internacional — e da construção do abrigo da TV

Digital, o IRDEB dá início à ‘subida’ do sinal digital da TVE, via satélite. Em 99, em conjunto com a Secretaria de Infra-estrutura inicia-se a instalação das estações retransmissoras no interior do Estado e a SEC poderá usar, com exclusividade, um canal de TV para transmissão de programas educativos. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1998).

A TVE-Ba, com a substituição dos seus equipamentos analógicos (sistema Betacam) para digitais, tornou-se o segundo canal de televisão baiano a implantar a TV Digital. A adoção desta tecnologia possibilitou a transmissão do sinal, através do satélite Brasilsat, com qualidade e fidelidade de som e imagem. No ano de 1998, foram elaborados projetos de legalização, junto ao Ministério das Comunicações, de 160 estações retransmissoras e foram iniciados 173 projetos para encaminhamento em 1999 (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1998).

3.4.2 Continuidades

A permanência e a efetividade de uma série de ações culturais empreendidas pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia e, mais especificamente, pela TVE, eram possibilitadas pela continuidade do grupo carlista no poder. Nas eleições de 1998, o governador Paulo Souto é sucedido por César Borges, que venceu em primeiro turno.

Ambos os governantes — filiados ao PFL e vinculados ao grupo de Antônio Carlos Magalhães — empreenderam administrações convergentes no que diz respeito à cultura e ao turismo, caracterizadas pelo investimento no setor econômico de serviços, como um importante fator de desenvolvimento do Estado; e pela consolidação da intervenção estatal, articulada pela Secretaria de Cultura e Turismo, nas áreas cultural e turística.

Com o afastamento de Marconi, em setembro de 2000, o jornalista José Estevez assumiu a diretoria do IRDEB, destacando “a importância de dar continuidade ao trabalho de associar entretenimento e informação” (DIAS, 2000, p. 07). No mesmo ano, a transmissão alcançava 245 municípios do Estado, com a meta de somar mais 39 (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2000). O Instituto, à época, fazia parte do projeto de educação à distância da Secretaria da Educação, dando suporte à “Universidade Virtual”, através da TVE-BA Canal Net. Criado em 1996, o canal permitia a transmissão via satélite, de voz e imagem do estúdio da TVE Bahia — ou de outro local na cidade de Salvador — para qualquer outro ponto do país, possibilitando a interatividade (DIAS, 2000).

Nesse sentido, a análise dos relatórios anuais de gestão indica um gradual afastamento do órgão de suas funções educativas. Isto ocorre, dentre outros motivos, pelas mudanças nas diretrizes das políticas de educação à distância do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação, que passaram a determinar uma maior centralização da produção de conteúdo pedagógico, de maneira que as emissoras regionais tornaram-se apenas retransmissoras deste tipo de programação (VITA, informação verbal).

Por outro lado, percebe-se uma incorporação gradativa do órgão à política cultural proposta pelo governo do Estado e pela Secretaria de Cultura e Turismo. Postura que se reflete na programação veiculada e no apoio do governo à emissora: “Se formos comparar com as outras televisões públicas, nós sempre estivemos em terceiro lugar no país, quanto à produção, porque o governo do Estado nos apoiava. Nós tínhamos um recurso considerável” (MARCONI, informação verbal).

Em entrevista, o ex-diretor esclarece que a proposta do IRDEB, que seria representada no slogan “dar voz a quem não tem voz”, não foi elaborada como política cultural, deliberada pela Secretaria de Cultura e Turismo: “Foi a gente que pensou [...] estávamos muito mais na seara da educação, já que tínhamos vindo de lá. Havia uma relação de total independência.” (MARCONI, informação verbal).

No entanto, o processo culminou, ainda em 2002, com o remanejamento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, da Secretaria de Educação (SEC) para a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), por determinação da lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que instituiu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Meses antes, Paulo Souto concorrera novamente pelo grupo carlista, vencendo, com 53,69% dos votos válidos, o candidato do PT, Jacques Wagner, que obteve 38,47% dos votos (KAUARK, 2006).

O jornalista João Paulo Costa assumiu a direção executiva do IRDEB, em 2003. Uma das primeiras iniciativas dessa gestão foi a implantação do Pólo de Teledramaturgia (POTE), em parceria com a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). O principal objetivo do projeto era incentivar a regionalização da teledramaturgia e investir na capacitação da mão-de-obra baiana do setor audiovisual. São realizadas oficinas — financiadas pelo FazCultura e dirigidas por profissionais de projeção nacional — que resultam em cinco programas de ficção, exibidos na emissora no final de 2003 e ao longo do ano seguinte (LIMA, 2003).

O POTE, no entanto, foi descontinuado. Embora ambiciosa, a iniciativa não promovia uma maior interação com setores não-estatais, não contava com recursos suficientes e deparou-se com um mercado baiano audiovisual bastante incipiente.

É um período marcado por grande número de acordos, apoios e patrocínios, firmados entre a Televisão Educativa da Bahia e empresas privadas, como a empresa de telefonia EMBRATEL e a construtora Odebrecht. Para esta última, a emissora divulga as comemorações de 60 anos de fundação, em troca de “apoio cultural”.⁵³ Já o instituto EMBRATEL patrocina, através do FazCultura — lei estadual de incentivo fiscal — a implantação de uma plataforma de digitalização e autoração do acervo da TV (SILVA, 2006).

Outra ação relacionada ao marketing foi o “TVE na Praça”, que consistia na exibição de programas especiais da Televisão Educativa da Bahia nas praças e espaços públicos de diversas cidades da Bahia, conforme declarações dadas pelo diretor geral do IRDEB, José Américo Moreira da Silva, ao Conselho de Cultura da Bahia, em 04 de outubro de 2005:

O TVE na Praça é um projeto que leva os produtos da TVE para a praça através de telões. É como se fosse o cinema na praça. É muito interessante e tem dado resultados muito grandes, principalmente para dar mais visibilidade aos municípios. Muitas vezes, a população não sabe que a TVE está funcionando ali, no seu município. Na capital também realizamos o TVE na Praça, mas, basicamente ele acontece nas cidades do interior. Temos uma série de pedidos e estamos com dificuldades, até financeiras, de cumprir uma agenda mais dinâmica. (SILVA, 2006, p. 132).

Em relação à grade de programação local, havia um foco nos informativos, esportivos e culturais. Além disso, eram veiculados documentários, interprogramas de um minuto, clipes sobre eventos e festas populares do Estado e produtos de ficção gerados pelo POTE. Sua audiência oscilava entre dois e oito pontos percentuais, de acordo com medição do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, realizada na região metropolitana de Salvador (CAVALCANTE, 2005).

Após dois anos e cinco meses à frente do IRDEB, José Américo deixava o cargo, em 14 de junho de 2006. Assumiu, então, o também jornalista Welinton (sic) Aragão (FERNANDES, 2008), que permaneceu na direção executiva do órgão até dezembro do mesmo ano.

⁵³ Como a legislação brasileira proíbe intervalos publicitários nas emissoras públicas, o “apoio cultural” foi a saída encontrada para obter recursos de empresas privadas sem a veiculação dos anúncios, mas com divulgação da marca financiadora.

3.5 Uma Nova Cultura?

Após uma vitória surpreendente sobre o então governador Paulo Souto (PFL), Jacques Wagner (PT) tornou-se governador da Bahia em janeiro de 2007, pondo fim a uma hegemonia de 16 anos de governos pertencente à corrente política do carlismo. A nova gestão propunha uma abordagem diversa em relação às políticas culturais no Estado. O primeiro passo, nesse sentido, foi a (re)criação da Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT), através do desmembramento da área turística, e a instituição da Secretaria de Turismo (SETUR). Mesmo que tenham sido efetivadas no ocaso da gestão de Paulo Souto, através da lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, estas modificações foram propostas por solicitação do governador eleito e da equipe de transição de governo.⁵⁴ O diretor teatral, cenógrafo e figurinista, Márcio Meirelles, foi nomeado para conduzir o órgão.

O desmembramento entre a cultura e o turismo já indicava uma diferenciação na condução das políticas estatais, no âmbito cultural, a partir da proposta de rompimento com uma perspectiva da cultura, então entrelaçada com o turismo e centrada em seus desdobramentos econômicos. Nas palavras do secretário:

A atual gestão entende ser necessário ampliar a idéia de cultura, incluindo a riqueza dos ritos e manifestações populares; as etapas criativas do processo de produção; os modos de fazer; os valores, comportamentos e práticas que constroem a nossa identidade e diversidade cultural. Um conceito ampliado de cultura ultrapassa as barreiras sociais e nivela todas as pessoas pelo seu aspecto mais distintivo: a condição humana. (MEIRELLES, 2008 *apud* RUBIM; ROHDE, 2008, p. 11).

E é a partir dessa concepção de cultura que o secretário enumera as principais diretrizes que deveriam nortear a gestão. De forma resumida, podemos citar: (1) a ampliação da participação popular⁵⁵ na elaboração de políticas públicas para a cultura; (2) estadualização e interiorização da ação governamental, a partir da implantação do Sistema Estadual de Cultura; (3) valorização e fomento da cultura local; (4) estímulo e promoção de estudos sobre a cultura baiana e da produção regular de informações e estatísticas; (5) a democratização do acesso à cultura; (6) a preservação da diversidade; e (7) a revisão e a ampliação dos sistemas de incentivo à cultura (MEIRELLES, 2008 *apud* RUBIM; ROHDE, 2008).

⁵⁴ Para maiores informações, ver: <<http://www.cultura.ba.gov.br/secretaria/historico>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

⁵⁵ De acordo com a proposta do governo Jacques Wagner, de dialogar com a população do Estado, cabe citar a realização de uma série de conferências, em áreas diversas. Merecem destaque, neste trabalho, a II Conferência Estadual de Cultura, com grande participação popular, e a I Conferência Estadual de Comunicação — primeira realizada no país.

Dentre as principais ações da Secretaria de Cultura no setor audiovisual e de radiodifusão, nos dois anos de gestão, merecem destaque o lançamento de diversos editais de apoio, através do Fundo de Cultura da Bahia, a ampliação do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV); e a constituição da Bahia Film Commission (BFC), com a participação da Secretaria de Turismo, que tem como objetivo incentivar e articular as redes produtivas de audiovisual (BAHIA, 2008a).

O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia — agora dirigido pelo jornalista e cineasta, Póla Ribeiro — manteve-se vinculado à Secretaria de Cultura do Estado. De acordo com o Relatório de Gestão de 2008, a entidade deveria partir da noção de cultura enquanto processo transformador da sociedade, a fim de cumprir sua diretriz estratégica de “fortalecer as identidades culturais nos territórios, acolhendo as diversidades e assegurando o acesso à produção e ao consumo dos bens culturais.” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008).

Dentro do propósito de atingir o interior do Estado, através de uma parceria com a Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA), responsável pela manutenção das estações, até o mês de dezembro de 2008, 265 estações retransmissoras da TVE-Bahia — o equivalente a 85,5% — já se encontravam em funcionamento (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008). No início da gestão, um levantamento sobre a situação das estações de transmissão da TVE no interior identificou que, em 2006, apenas 45% das 310 estações repetidoras da emissora operavam normalmente (BAHIA, 2008b).

Essa nova forma de compreender a cultura resultou na adoção de políticas públicas que visam públicos e ações diferenciados, bem como estratégias alternativas de desenvolvimento. Um exemplo é a atuação do IRDEB no sentido de contribuir para o fomento do audiovisual no Estado. Em 2008, a entidade adquiriu direitos de exibição de filmes baianos e de grandes eventos; co-produziu um filme; estabeleceu parcerias com entidades como o DOCTV do Brasil, Ibero-América, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e assinou a Carta de intenções com a TV Pública de Angola (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008).

Cabe ressaltar que a abertura da Televisão Educativa da Bahia para a produção independente possibilita a ampliação de oportunidades para jovens realizadores, e contribui para o fortalecimento e a divulgação do mercado para as produtoras de audiovisual. Até o momento, porém, os materiais e programas adquiridos ainda não foram exibidos, nem fazem parte da grade de programação da emissora.

Nesse aspecto, destacam-se a cobertura de festas populares, nos anos de 2007 e 2008, as já tradicionais festas de Iemanjá, Lavagem do Bonfim, o São João e o Carnaval de Salvador. Este último vem recebendo uma cobertura diferenciada, com debates e entrevistas com especialistas, além de apresentar “a beleza dos blocos afros e outras expressões culturais que não tiveram espaço na grande mídia.” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008).

CAPÍTULO IV - TVE: ESPELHO DA BAHIA

Este capítulo tem como principal objetivo analisar, mais detidamente, a Televisão Educativa da Bahia, emissora ligada ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), a partir de três aspectos, anteriormente apresentados, que devem orientar o Serviço Público de Radiodifusão, a saber: a programação (feita para o público), o financiamento (custeado pelo público) e a gestão (controlada pelo público) (RUMPHORST, 2007).

Inicialmente, é necessário explicitar, mais uma vez, a diferenciação entre o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e a Televisão Educativa da Bahia (TVE-Bahia). Segundo o Estatuto em vigor, dentro da estrutura administrativa da Diretoria Geral da entidade, a emissora — representada institucionalmente pela Coordenação de TV — encontra-se subordinada à Diretoria de Operações, que abarca ainda as coordenações de Rádio, Engenharia e Marketing. Também fazem parte da Diretoria Geral, a Procuradoria Jurídica e a Diretoria de Planejamento, Administração e Finanças.

Tendo em vista a ausência de autonomia administrativa da Televisão Educativa da Bahia, em relação ao IRDEB, as informações disponibilizadas referem-se comumente a esta entidade como um todo e não à sua emissora de TV, de forma mais específica. Este dado deve ser levado em conta, em especial, na análise dos dois primeiros itens: gestão e financiamento. Em meio a este quadro, informações específicas da emissora de TV — nosso principal objeto — são ressaltadas sempre que possível.

Desde o surgimento da TVE-Ba, em 09 de novembro de 1985, o IRDEB foi regido por três estatutos distintos — o Decreto nº 30.145, de 06 de dezembro de 1983, que sofreu duas alterações estatutárias (regulamentadas pelos decretos nº 361, de 25 de setembro de 1987, e nº 393, de 01 de outubro de 1987); o Decreto nº 686, de 18 de novembro de 1991; e o Decreto nº 6.241, de 28 de fevereiro de 1997, duas vezes alterado pelos decretos nº 8.463, de 24 de fevereiro de 2003, e nº 8.828, de 18 de dezembro de 2003.

O Estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia é atualmente regulamentado pelo Decreto nº 8.828, que determina sua vinculação à Secretaria de Cultura,⁵⁶ sob a forma de Fundação de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Para a execução dos serviços sob sua responsabilidade, a entidade poderá utilizar os nomes fantasia “Rádio Educadora da Bahia” e “TV Educativa – TVE” (BAHIA, 2003b).

O IRDEB, de acordo com seu artigo 3º, possui como finalidade a promoção de atividades culturais e educativas, no âmbito do Estado, mediante a utilização de rádio, televisão e outras tecnologias que se fizerem necessárias. Dessa forma, compete à entidade:

⁵⁶ O texto do decreto indica sua vinculação à Secretaria da Cultura e Turismo, alterada para Secretaria de Cultura, no § IV, art. 2º, da Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006.

- I - operar e executar, com exclusividade, os serviços de radiodifusão, cultural e educativa sonora e de sons e imagens;
- II - produzir e emitir programação de caráter educativo e cultural;
- III - apoiar o sistema de ensino estadual;
- IV - alimentar e ampliar a rede de recepção de programas da TVE e Rádio Educadora nas diversas regiões do Estado, articulando-se com instituições locais na mobilização dos recursos necessários;
- V - manter contato com instituições especializadas, públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, para intercâmbio de programas, obtenção de subsídios, bem como para prestar e receber assistência técnica, sempre visando o aprimoramento da atividade de radiodifusão, cultural e educativa no Estado;
- VI - desenvolver atividades inerentes à música, ao canto, à dança e ao teatro e à teledramaturgia no Estado da Bahia, com observância das competências específicas exercidas por outros órgãos e entidades do Estado nestas mesmas áreas;
- VII - desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento de sua finalidade. (BAHIA, 2003b).

A única atribuição que não está diretamente ligada à Televisão Educativa da Bahia é a que propõe “apoiar o sistema de ensino estadual”. Esta emissora vem se afastando progressivamente de suas funções educativas em face, dentre outras razões, do surgimento de meios mais eficientes do que a transmissão, em canal aberto e para um público generalista, deste tipo de programação. São exemplos bem-sucedidos desta opção, o estabelecimento de parcerias para a produção de materiais audiovisuais educativos para órgãos e entidades; a locação de programas educativos pela videoteca; a criação do TV Bahia Canal Net, canal privado que transmite palestras e teleconferências, com a possibilidade de participação do público etc.

De resto, todas as outras competências da entidade dizem respeito à operação dos serviços de radiodifusão educativa e cultural, a serem executados pelas emissoras de rádio e TV. Sua função cultural se sobressai, em especial, em dois artigos: aquele que determina a ampliação do alcance da programação no Estado, e outro que indica o desenvolvimento de atividades artísticas.

Dito isso, tomaremos como ponto de partida a gestão do IRDEB, com o intuito de compreender de que forma a Televisão Educativa foi administrada, quais os mecanismos mais frequentemente utilizados para seu controle, por parte do governo de turno, e quais as transformações implantadas, neste aspecto, pelas diferentes gestões.

4.1 Gestão e Controle do IRDEB/TVE -Ba

Embora reconhecendo o fosso existente entre a legislação e sua aplicação prática, o estatuto jurídico emerge como um aspecto crucial para a compreensão de um serviço de radiodifusão que se pretende público, especialmente em relação às normas que regulamentam a nomeação, controle e remoção de seus gestores.

O estatuto jurídico da televisão pública é o ponto de partida para entender sua missão. Se a geração, o controle e a remoção das autoridades dependem diretamente do chefe do governo, a conduta do meio deverá seguir a orientação do governo de turno; estamos falando, portanto, de uma “televisão governamental”. Caso contrário, se no processo de geração, controle e remoção das autoridades da empresa, intervierem órgãos plurais e representativos do Estado será possível dar autonomia à empresa com relação ao poder e aos interesses imediatos do governo. (PORTALES CIFUENTES, 2002, p. 128-129).

Partindo dessa premissa, os estatutos jurídicos do IRDEB foram tomados como um importante material de análise. Visando um maior aprofundamento do tema, recorreremos, também, à Lei Modelo de Werner Rumphorst (2007), que serve como exemplo para a entidade baiana, a partir de uma legislação que regeria um Serviço Público de Radiodifusão.

Segundo o autor, neste tipo de entidade, o controle público deve ser garantido pela atuação de representantes do público, através de um *Conselho de Radiodifusão* (que pode ser um órgão da própria organização ou de um organismo independente, separado), com o propósito de desempenhar um papel similar ao dos acionistas de uma empresa. Estes representantes podem ser nomeados a partir de diversos critérios, com dois modelos prevalentes:

- *Under the first, identified institutions and groups in the civil society are authorized to delegate a representative of their own choice to the Broadcasting Council, for a fixed period (eg four years). Examples of such institutions and groups are churches, universities, theatres, authors, journalists, musicians, farmers, women, young people, sports federations, environmentalists, employers, trade unions, etc.*
- *Under the second, a fixed number of members (eg nine or twelve) is appointed by Parliament or by several public institutions (eg one-third by Parliament, one-third by the government, one-third by the President). Since the members of the Broadcasting Council are to represent the interests of the civil society, great pains must be taken to ensure that they do not in reality represent the political views and interests of those who appointed them.*⁵⁷ (RUMPHORST, 2007).

⁵⁷ • De acordo com o primeiro [modelo], são identificadas instituições e grupos da sociedade civil que estão autorizados a delegar um representante de sua escolha para o Conselho de Radiodifusão, por um período fixo (por exemplo, quatro anos). Estas instituições e grupos poderiam ser igrejas, universidades, teatros, autores, jornalistas, músicos, agricultores, mulheres, jovens, federações desportivas, ambientalistas, empresários, sindicatos etc.

No primeiro modelo apresentado, a participação de organizações da sociedade civil é priorizada em detrimento de setores ligados ao Estado. No segundo, os órgãos que indicam os representantes são estatais, observando-se, porém, uma diversidade de instituições. Em ambos os casos são utilizados critérios que visam reduzir a influência de apenas um grupo e seus interesses específicos (seja ele pertencente ao setor público ou privado).

As principais funções a serem cumpridas por este órgão são a nomeação do diretor-geral (o chefe executivo da organização); a nomeação de um conselho de administração, com poderes de decisão nas áreas de administração e finanças; e, por último, o acompanhamento da programação, com a possibilidade de sugerir e mesmo interferir em seu conteúdo (RUMPHORST, 2007).

4.1.1 Inaugurações

Durante o governo João Durval (1983-1987), a Secretaria de Educação e Cultura foi administrada por Edivaldo Boaventura. Nesse período, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia teve dois diretores gerais: o jornalista, professor e pesquisador, Sergio Mattos (1983-1984), que projetou e estruturou a emissora de televisão da entidade; e Carlos Alberto Simões (1984-1987), bacharel em direito e administrador de empresas, que edificou e inaugurou, finalmente, a Televisão Educativa da Bahia. Já a coordenação do Centro de TV, que passou a funcionar a partir de 1985, ficou a cargo do radialista Paulo Cerqueira.

O primeiro estatuto a reger a Televisão Educativa foi instituído no início do Governo João Durval, pelo Decreto nº 30.145, de 06 de dezembro de 1983. O documento determinava a transformação do regime jurídico do IRDEB de autarquia para fundação pública de direito privado. Tal procedimento, conforme declaração do então diretor executivo da entidade, Sergio Mattos, em entrevista concedida à autora, em setembro de 2005, tinha como propósito permitir “que a TVE tivesse maior flexibilidade administrativa”.

-
- Nos termos do segundo, um número fixo de membros (por exemplo, nove ou doze) é indicado pelo Parlamento ou por várias instituições públicas (como um terço do Parlamento, um terço pelo governo, um terço pelo Presidente). Considerando que os membros do Conselho de Radiodifusão representam os interesses da sociedade civil, devem ser feitos grandes esforços para garantir que eles não representem as visões políticas e interesses de quem os nomeou (*tradução da autora*).

O estatuto também estabelecia, como estrutura básica da Fundação IRDEB, o Conselho Administrativo e de Fiscalização e a Diretoria Executiva. O Diretor era indicado pelo Secretário de Educação e Cultura e nomeado pelo Governador do Estado, dentre profissionais com nível superior. Segundo o artigo 5º, formavam o Conselho Administrativo e de Fiscalização:

- I - o Secretário de Educação e Cultura, que o presidirá;
- II - o Diretor Executivo da Fundação;
- III - um representante da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia;
- IV - um representante da Secretaria de Comunicação Social;
- V - um representante da Secretaria da Administração;
- VI - um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- VII - um representante do Departamento de Educação Continuada da Secretaria da Educação e Cultura;
- VIII - um representante da Fundação Cultural do Estado da Bahia;
- IX - um representante da Universidade do Estado da Bahia;
- X - um representante da Universidade Federal da Bahia;
- XI - um representante da Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações;
- XII - dois membros de livre escolha do Governador do Estado. (BAHIA, 1983b).

Os membros deveriam ser indicados por suas respectivas entidades e nomeados pelo governador. Ao Conselho competia arbitrar sobre aspectos diversos acerca da Fundação, como a aprovação de suas diretrizes, das alterações estatutárias, do Regimento, da proposta de orçamento-programa, das normas gerais de administração do Estado; deliberar sobre mudanças no orçamento-programa e sobre o quadro de pessoal, celebrar convênios, acordos e demais aspectos financeiros; propor a remuneração do Diretor Executivo; julgar recursos interpostos contra atos do Diretor Executivo; opinar e deliberar sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor Executivo; deliberar sobre casos omissos no Estatuto e matérias de interesse da Fundação etc. (BAHIA, 1983b). O comparecimento às sessões, tanto as mensais regulares como as extraordinárias, era gratificado.

Dos treze membros, onze eram indicados por entidades vinculadas ao governo do Estado e os outros dois por entidades do governo federal. A nomeação ou remoção do Diretor Executivo, pelo Secretário de Educação, não tinha qualquer participação do órgão, embora sua remuneração fosse definida por ele. O Conselho também não interferia na programação a ser veiculada pelas emissoras.

As relações entre a direção do órgão e o governo do Estado eram estreitas. O ex-governador João Durval assinala que “a nomeação de Simões foi estratégica. Era para o fortalecimento do próprio IRDEB [...] ele e o secretário Edivaldo Boaventura trabalharam juntos para evitar que a concessão dada pelo Ministério das Comunicações caducasse.” (NASCIMENTO, 2006, p.32).

Segundo o governador Carlos Alberto Simões assumiu o IRDEB com o propósito de colocar a TV Educativa no ar⁵⁸. O diretor possuía em seu currículo vasta experiência na área de radiodifusão comercial. Exerceu os cargos de Diretor da Rádio Regional de Vitória da Conquista, Diretor Executivo da TV Itapoan e da Rádio Sociedade e Superintendente da TV Atalaia, Rádio Atalaia, FM Atalaia e Jornal da Cidade em Aracaju (MIRANDA, 1985). De acordo com suas declarações:

A minha história com a TVE foi um momento de amor e amizade. A concessão estava para ser cancelada. Foi prorrogada por mais de dez anos. Ao assumir a direção do IRDEB, assumi junto um desafio, a TVE. Conteí com uma equipe maravilhosa. Benito Gama e Waldeck Ornellas, secretários da Fazenda e do Planejamento foram figuras importantes nesse feito ajudando na captação de recursos. Outro destaque vai para a construção da TV por administração direta. O próprio Banco do Estado da Bahia, Baneb, deu aval ao Estado para aquisição dos equipamentos e do transmissor. (SIMÕES, 2006, *apud* NASCIMENTO, 2006, p.34).

Embora a gestão integrada dos órgãos estaduais, por si, não constitua um problema, o IRDEB, segundo o modelo de serviço público proposto, deveria atuar de forma mais independente do governo. Se por um lado o Instituto tinha como propósito colaborar para a consecução das políticas públicas para a educação e a cultura, por outro, cabe destacar sua especificidade, enquanto entidade gestora de um veículo de comunicação que surgia para “servir ao interesse público e ao progresso da Bahia” (MATOS, 1985).

4.1.2 Governo da “Mudança”

Ainda no primeiro ano do governo de Waldir Pires, o Decreto n° 361, de 25 de setembro de 1987, promoveu algumas alterações no Estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, dentre as quais se destacam sua vinculação à Secretaria de Educação, então separada da cultura, e a determinação da escolha do Diretor Executivo, entre brasileiros natos, sendo que sua investidura no cargo deveria ser previamente aprovada pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido por decreto federal.

Também o decreto n° 393, de 01 de outubro de 1987, altera o Estatuto, desta vez modificando a configuração do Conselho Administrativo, ao estabelecer a retirada de um

⁵⁸ Em contraponto à essa declaração, o pesquisador Sergio Mattos, que havia sido diretor geral do órgão até esse momento, afirma ter abandonado o cargo antes da inauguração da emissora de TV, devido à tentativa de interferências políticas em sua gestão (MATTOS, 2005, informação verbal.).

representante da Secretaria de Comunicação Social,⁵⁹ um membro de livre escolha do Governador e a inclusão de três representantes da Secretaria de Cultura, de Governo, e dos servidores da instituição, este último escolhido por voto universal.

Tais alterações estatutárias, fomentadas no bojo de uma possível mudança governamental — que trazia a proposta de um governo democrático, baseado em princípios como “participação, democratização e transparência das ações” (BAHIA, 1988) — ainda que indicassem alguns avanços, como a participação de um representante dos servidores do IRDEB no Conselho, mantinham, substancialmente, as determinações do Estatuto anterior, que atrelavam as propostas e ações, no âmbito da TVE-Bahia, à aprovação do governo. Este pode ser considerado um exemplo das limitações da tão propalada “mudança” sugerida pela gestão do período.

O Governo Waldir Pires propunha para o IRDEB uma gestão:

....coerente com os princípios do Governo Democrático da Bahia, em especial no que se refere à participação, democratização e transparência das ações e condizente com o que julgamos fundamental na atuação de um órgão de comunicação educativa. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988, p. 07).

Contraopondo-se, porém, a este discurso, o jornalista João Carlos Teixeira Gomes, coordenador de Comunicação Social do Estado, entre os anos de 1987 e 1989, ao analisar a estruturação deste setor no governo Waldir Pires, caracteriza o então diretor geral do IRDEB, José Acácio Ferreira, como “um sociólogo sem nenhuma tradição no ramo” e “velho amigo” de Waldir Pires (GOMES, 2001, p. 341).

Quando Waldir Pires renunciou para concorrer à vice-presidência, quem assumiu o governo do Estado foi seu vice, Nilo Coelho (1989-1990), havendo uma grande ruptura entre as duas gestões, nas ações e políticas. Essa divergência pode ser exemplificada, dentre outros aspectos, pela renovação dos cargos de comando dos órgãos relacionados ao IRDEB. A Secretaria de Educação (SEEB) foi inicialmente conduzida por Maria Augusta Rocha (1987-1989) e, em seguida, por Joir Brasileiro (1989-1991). O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia teve como diretores o sociólogo José Acácio Ferreira (1987-1988) e, posteriormente, Walter Tanuri (1989-1990). Já a TVE teve grande rotatividade de coordenadores. Foram três na primeira gestão — a jornalista e professora Vera Martins (1987), o professor Arnon Alberto M. de Andrade (1987-1988) e o jornalista José Henrique Barreiro (1988) — (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988) e, na segunda, o jornalista José Maria dos Santos (1989-1990) (A Porta..., 1989).

⁵⁹ A Secretaria de Comunicação Social havia sido extinta pela lei nº 4.697 de 15 de julho de 1987.

A atuação do IRDEB no governo Nilo Coelho foi parcamente documentada. Nas edições dos jornais impressos analisados, apenas uma coluna do Jornal *A Tarde* faz referência ao Instituto. O autor, não identificado, acredita que “... com a administração segura e bem intencionada do novo diretor, Dr. Walter Tanuri, essa televisão finalmente vai definir o seu perfil dentro da competitividade e da produtividade dentro da proposta de renovar a TVE” (A Porta..., 1989). Os relatórios anuais do IRDEB, relativos aos anos de 1989 e 1990, não foram encontrados nos arquivos da entidade e os relatórios de Governo mencionavam suas ações de maneira pontual, demonstrando, mais uma vez, o descaso da gestão para com o instituto.

4.1.3 Mídia, Cultura e Turismo

No governo de Antônio Carlos Magalhães (1991-1994), Ruy Trindade (1994) e Antônio Imbassahy (1994) a estrutura da administração pública foi reorganizada. As ações e propostas elaboradas neste momento foram o embrião que modelou a política cultural que se consolidou e se estende pelas gestões posteriores — marcadas pela continuidade político-administrativa, até o ano de 2006. Durante estes primeiros quatro anos, mesmo com a alternância no governo estadual, a professora Dirlene Mendonça permanece à frente da Secretaria de Educação e Cultura, assim como o jornalista Fernando Vita, no Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia.

Devido à “necessidade de adequação da estrutura do IRDEB a nova realidade estadual” (BAHIA, 1991), um novo Estatuto foi aprovado, através do Decreto nº 686, de 18 de novembro de 1991. Segundo seu Capítulo III, a estrutura básica da entidade era formada por um Conselho Curador, órgão de orientação e de deliberação; um Conselho de Programação, responsável por analisar a programação veiculada pelas emissoras; e a Diretoria Geral, composta pelo conjunto de órgãos de direção, planejamento, assessoramento, execução, avaliação e controle.

Cabia ao Conselho Curador, dentre outras competências, examinar e aprovar as diretrizes e políticas do Instituto, a programação anual de atividades, as propostas orçamentárias anual e plurianual e diversas outras questões ligadas à sua gestão administrativa e financeira. Ou seja, apesar da mudança de nomenclatura, o Conselho segue funcionando como um Conselho de Administração, com possibilidades de intervenção restritas a esta área.

Dos doze membros que compunham o Conselho Curador, apenas três não estavam vinculados ao Estado — o representante da Divisão das Comunicações das Delegacias do Ministério da Infraestrutura (MINFRA) no Estado da Bahia, da Universidade Federal da Bahia e um representante dos servidores da Fundação. A participação deixa de ser remunerada, e passa a ser considerada prestação de serviço público relevante.

O Art. 30 do Estatuto determina, ainda, que “enquanto não se instalar o Conselho Curador da Fundação, suas competências serão exercidas pelo Secretário de Educação e Cultura” (BAHIA, 1991). Cabe ressaltar, nesse sentido, que esta norma representava a abertura de uma brecha na legislação para o não funcionamento do Conselho.

No que diz respeito ao Conselho de Programação, responsável por “analisar os conteúdos pedagógicos e a forma dos programas produzidos e a serem (sic) veiculados pelas emissoras do IRDEB”, sua formação representa um avanço limitado para a entidade, em termos de gestão. De caráter técnico, esse órgão seria composto, de acordo com o Art. 14, por pessoas que exerciam as seguintes funções:

- I - o Diretor Geral da Fundação
- II - 01 (hum) representante escolhido pelo Presidente do Conselho Curador do IRDEB, dentre 03 (três) cidadãos de reconhecida proeminência nos meios culturais, educacionais e artísticos da comunidade, indicados pelo Diretor Geral do IRDEB;
- III - o chefe da Assessoria Técnica;
- IV - o Gerente Geral de Produção Pedagógica;
- V - o Gerente Geral de Televisão;
- VI - O Gerente Geral de Rádio. (BAHIA, 1991).

Pela primeira vez, um estatuto do IRDEB abordava a necessidade de controle da programação de suas emissoras. A participação no Conselho, porém, era restrita a uma maioria de profissionais comissionados da entidade, e mesmo o único representante da sociedade devia ser indicado pelo Diretor Geral e escolhido pelo presidente do Conselho Curador, a saber, o Secretário de Educação e Cultura.

Já a Diretoria Geral era responsável por formular, elaborar e submeter ao Conselho Curador as diretrizes e políticas, o plano de trabalho e os orçamentos, além de dirigir, orientar, supervisionar e avaliar as atividades de forma a cumprir suas finalidades. Embora a nacionalidade brasileira deixasse de ser uma exigência, foi mantida a indicação do seu titular pelo Secretário de Educação e Cultura, dando continuidade a um forte mecanismo de intervenção estatal nas emissoras do IRDEB.

Nesse sentido, eram recorrentes as menções à participação do governo estadual na melhoria do IRDEB. Um exemplo é a declaração do diretor-geral da entidade, Fernando Vita, ao Jornal *Correio da Bahia*: “Temos que destacar o apoio e interesse do governo do estado e da secretária de Educação, Dirlene Mendonça, para a modernização da TVE, e dos outros

veículos de comunicação do IRDEB.” (SANTOS, 1994). Assim, mais do que uma política efetiva para a consolidação da educação e da cultura no Estado, o investimento na entidade aparecia como uma atitude de benevolência do Governo.

Antes de se tornar diretor do IRDEB, Vita havia sido assessor de imprensa da Telebrás e presidente da Empresa Gráfica da Bahia. Posteriormente, foi indicado para chefiar a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia (AGECOM), no primeiro governo Paulo Souto, e seguiu no cargo durante as gestões de César Borges, Otto Alencar e, no segundo governo Paulo Souto, até o dia 16 de dezembro de 2003, quando foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.⁶⁰

No primeiro governo de Paulo Souto (1995-1999), Edilson Souto Freire foi escolhido para chefiar a Secretaria de Educação. Já o jornalista Paolo Marconi, então assessor geral de Comunicação do Governo ACM, tornou-se diretor geral do IRDEB. Dois anos após o início da gestão, o Decreto nº 6.241, de 28 de fevereiro de 1997, instituiu um novo estatuto para a entidade, vigente até hoje. O documento determinava a vinculação do IRDEB à Secretaria da Educação, novamente separada da cultura, a partir da criação da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), pela lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995.

Os órgãos da estrutura básica do Instituto — o Conselho Curador, a Diretoria Geral e o Conselho de Programação — foram mantidos. Já a composição da estrutura da diretoria geral sofreu alterações substanciais, com a extinção da Gerência de Produção Pedagógica e do Gabinete do Diretor, e a criação das coordenações de Engenharia e de Marketing. Esta modificação indica um progressivo abandono das funções pedagógicas do Instituto em prol de suas funções culturais, enquanto meio de comunicação de finalidade pública.

Da estrutura do Conselho Curador foram retirados três membros — os representantes das universidades estadual e federal e a pessoa livremente indicada pelo governo — e adicionado um representante da Secretaria de Cultura e Turismo. A retirada dos componentes ligados às universidades toma relevo por reforçar o abandono das funções educativas do órgão e apontar para uma redução da já diminuta participação, no IRDEB, de instituições menos sujeitas ao controle estadual do que as secretarias de governo.

A vitória de César Borges nas eleições de 1998 garantiu, mais uma vez, a continuidade da gestão. Eraldo Tinoco foi nomeado Secretário de Educação e Paolo Marconi se manteve na

⁶⁰ O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia é formado por sete conselheiros, com a seguinte composição: dois terços escolhidos pela Assembleia Legislativa do Estado e um terço indicado pelo Governador (destes, um membro de livre escolha e dois entre auditores e representantes do Ministério Público diante do tribunal). Todos são escolhidos após aprovação pela Assembleia Legislativa. O cargo traz, entre outros benefícios, vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e aposentadoria, com proventos integrais.

diretoria geral do IRDEB até setembro de 2000, quando, assim como o ex-diretor Fernando Vita, assumiu o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. O então coordenador de propaganda da Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia (AGECOM), José Estevez Moreira, assumiu o Instituto, permanecendo até o fim da gestão. Com a renúncia de César Borges, para concorrer ao senado federal, em 2002, Otto Alencar tornou-se governador e nomeou como Secretária de Educação a administradora Ana Lúcia Castelo Branco.

A lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, determinava a transferência do IRDEB, então pertencente à estrutura da Secretaria de Educação, para a Secretaria de Cultura e Turismo. A instituição desta lei, nos últimos dias da gestão anterior ao segundo governo de Paulo Souto (2003-2006), é mais um exemplo da continuidade política e administrativa do período. O principal motivo para a incorporação do Instituto, segundo o secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi,⁶¹ era a prioridade dada à cultura pelo governo do Estado:

Nosso trabalho terá de ser perfeitamente harmonioso, de muito entrosamento. A cultura é prioridade porque é a mais coletiva propriedade de um povo. Cabe a nós o papel de facilitar e incluir nos processos culturais o desenvolvimento social. (...) Cada passo dado aqui foi no sentido de levar a televisão e a rádio a se tornarem talvez a mais evidente bandeira da atividade cultural do Estado. Queremos ver isso ampliado e avançado. (DIÁRIO OFICIAL, 2003 *apud* FERNANDES, 2008).

Com o propósito de abarcar as mudanças trazidas, o decreto nº 8.463, de 24 de fevereiro de 2003, foi instituído no primeiro ano da segunda gestão de Paulo Souto. No mesmo ano, o decreto nº 8.828 indicava outras alterações no Estatuto.

Dentre as alterações estruturais, o Conselho de Programação é extinto da estrutura básica da entidade. No âmbito da Diretoria Geral, são criadas a Diretoria de Operações — à qual passam a ser subordinadas as coordenações de rádio, TV, Engenharia e Marketing — e a Diretoria de Planejamento, Administração e Finanças — que abarca as coordenações de Planejamento e Orçamento, de Desenvolvimento e Modernização da Administração e a Administrativo-Financeira. Às duas diretorias é ainda somada a Procuradoria Jurídica da entidade.

O IRDEB enfrentou, no curto espaço de tempo de quatro anos, três mudanças de gestão: João Paulo de Araújo Costa (2003), José Américo Moreira da Silva (2004 a junho de 2006) e Welinton (sic) Aragão (junho a dezembro de 2006), todos jornalistas (FERNANDES, 2008). João Paulo Costa havia sido, nos quatro anos anteriores, assessor de imprensa de Paulo

⁶¹ O economista Paulo Gaudenzi manteve-se como secretário de Cultura e Turismo, desde a criação da SCT, em 1995, até o seu desmembramento, no ano de 2006.

Souto, então senador. Em seu currículo trazia ainda as funções de diretor de jornalismo da AGECOM, repórter e editor de esportes nos extintos *Jornal da Bahia* e *Bahia Hoje*.

Após um ano, João Paulo Costa deixou o cargo para assumir novamente a AGECOM, sendo substituído por seu assessor especial José Américo. Depois de dois anos e cinco meses, José Américo deixou o IRDEB para trabalhar em Brasília. Seguindo a mesma linha dos anteriores, o último dirigente do Instituto na gestão Paulo Souto, Welinton Aragão, também vinha da coordenação executiva da AGECOM e já havia sido diretor de Operações do IRDEB, em 2003.

Para além de uma questão de vinculação meramente administrativa, este longo período de continuidade na administração estadual, torna patente o imbricamento entre os profissionais escolhidos para administrar o IRDEB e o Governo do Estado. Todos eles, com exceção de José Américo, traziam em seu currículo a experiência de atuação em órgãos do governo, prioritariamente no setor de comunicação oficial. As semelhanças nos currículos dos gestores, principalmente em relação à proximidade destes com o órgão responsável pela comunicação no Estado, explicita a existência a estratégia governamental de controle sobre o Instituto e sobre as informações veiculadas por suas emissoras.

4.1.4 Matizes da Cultura em Curso

Na administração estadual em curso, liderada pelo governador Jacques Wagner, apesar do grande incentivo — a partir da realização do I Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007 — para que as emissoras participantes se transformassem, institucionalmente, em televisões públicas, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia não modificou sua estrutura ou seus mecanismos de gestão e controle. Até o momento, os estatutos da entidade não sofreram nenhuma alteração em seu texto, desde o início desta gestão.

O Diretor Geral do IRDEB, Póla Ribeiro (informação verbal) justifica que este processo não depende apenas de uma alteração na legislação, mas diz respeito a um debate com ampla participação popular. Entretanto, para que seja possível o direcionamento da TVE a um modelo público de televisão, como proposto pelo Diretor Geral do IRDEB, a legislação que rege a emissora se impõe como aspecto indispensável a ser considerado.

Por outro lado, documentos obtidos a partir da realização de eventos nacionais, estaduais e locais em torno da temática — como o I Fórum de TVs Públicas, promovido pela

Presidência da República (2007); a II Conferência Estadual de Cultura (2007) e a I Conferência de Comunicação do Estado da Bahia (2008), promovidas pelo Governo do Estado; além de cursos e seminários realizados pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, ao longo dos dois anos de gestão — demonstram a ampliação da reivindicação popular em torno do tema.

O Relatório do GT “Legislação e Marcos Regulatórios” do I Fórum Nacional de TVs Públicas, por exemplo, trouxe contribuições substanciais ao apresentar, dentre as premissas para a regulação da TV pública, as seguintes considerações:

- 1 - Marco regulatório deve contemplar as diferentes dimensões (organização, financiamento, gestão, participação social, etc.) de um sistema público de televisão [...].
- 3 - Marco regulatório deve distinguir, a partir da participação social na gestão e na programação, o sistema público dos outros dois sistemas previstos na constituição Federal [...]
- 5 - As diretrizes da gestão executiva da TV Pública devem estar subordinadas a órgão colegiado, no qual o Estado não terá maioria. (BRASIL, 2007, p. 43).

Também as “Resoluções da I Conferência de Comunicação Social da Bahia”, no Eixo “Políticas Públicas para a Comunicação”, trouxe à tona a temática da legislação, apresentando aspectos norteadores para a formulação de um Serviço Público de Radiodifusão no Estado. O texto reivindica a necessidade de:

Implantar uma rede pública de comunicação (TV, rádio, internet e outros) em todo o Estado, a partir de um amplo debate popular, garantindo a participação social na gestão e na programação, assegurando a autonomia do seu financiamento, de forma que sua independência editorial seja respeitada, incorporando conteúdo produzido de maneira diversa e independente, assegurando a todos os territórios núcleos de gestão, produção e circulação pública, com ênfase na programação cultural territorial. (CONFERÊNCIA..., 2008).

Em relação ao controle e gestão do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, retomamos o modelo de Rumphorst (2007). Neste confronto, podemos perceber o quanto estamos longe de um modelo ideal, pois as formas de controle e gestão do IRDEB, e por consequência, da TVE-Ba, em relação às proposições apresentadas, necessitam de uma regulamentação muito mais enfática e específica.

Por exemplo, os sucessivos Estatutos do IRDEB, desde o seu surgimento,⁶² indicam a existência do Conselho Curador. De acordo com a legislação vigente, porém, este órgão não cumpre nenhuma das funções indicadas por Rumphorst (2007), a saber, nomeação do diretor-geral, nomeação de um conselho de administração e acompanhamento da programação. Outro aspecto a ser observado é a indicação dos diretores executivos que, desde o início, cabia aos titulares das secretarias às quais o Instituto estava vinculado.

⁶² O primeiro foi aprovado pelo decreto n° 21.704, de 05 de fevereiro de 1970.

Nesse sentido, não se verifica nesta gestão, e em nenhuma outra abarcada no âmbito deste trabalho, alguma tentativa efetiva de ampliação da participação popular no Conselho Curador do IRDEB ou de qualquer outra forma de controle da indicação dos seus dirigentes.

Por outro lado, cabe ainda destacar que a determinação legal de existência do conselho não garante a efetividade de sua atuação. O coordenador-administrativo financeiro do IRDEB, Simon Souza Matos,⁶³ declarava:

Pretendemos mudar a estrutura do Conselho Curador. Esse é um caminho para o estabelecimento da TVE como emissora pública. De todas as maneiras é preciso que ele seja convocado, conforme indicação do estatuto, pelo secretário de Cultura, para que essa mudança possa se efetivar. Este órgão nunca foi reunido, desde o início desta gestão. (MATOS, 2009, informação verbal).

Dessa forma, sem que seja estabelecida uma frequência mínima para as reuniões do Conselho e sem que suas ações sejam legitimadas, sua existência fica restrita apenas à legislação.

4.2 Financiamento: Receitas e Despesas no IRDEB/TVE-Ba

Para além do aspecto político, o controle de uma emissora pertencente a um serviço de radiodifusão estatal também pode ser determinado pela origem de seu financiamento. Segundo diagnóstico da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), os principais sistemas de radiodifusão de caráter público no país, incluindo o IRDEB, são historicamente sustentados por um modelo de negócios misto, “no qual os recursos são provenientes, em grande parte, do tesouro (municipal, estadual e/ou federal), e, em menor escala, da venda de serviços, dos patrocínios, da venda de mídia (espaço publicitário) e licenciamento de produtos.” (BRASIL, 2006, p. 50).

Nesse sentido, Rumphorst (2007) promove um enfrentamento entre dois modelos de financiamento, a saber, a dotação estatal e o pagamento, por parte do consumidor, de uma taxa de licença — adotado pela mítica *British Broadcasting Corporation*⁶⁴ (BBC). O autor conclui que apenas as emissoras que se inserem no segundo caso são serviços de radiodifusão independentes, devido a vantagens decisivas como: a garantia de arrecadação da verba

⁶³ Em entrevista concedida à autora, em março de 2009.

⁶⁴ No modelo britânico, qualquer pessoa que possua um aparelho de televisão ou rádio deve pagar uma taxa de licença, a fim de manter o serviço público de radiodifusão do país (LEAL FILHO, 1997).

necessária para sua manutenção; a previsibilidade do montante a ser recebido; a autonomia diante do Estado; e, por fim, o “elo psicológico” entre o cidadão, enquanto financiador direto e destinatário do serviço, e a emissora de televisão.

No Brasil, entretanto, a instituição de um modelo de financiamento baseado no pagamento de uma taxa de licença revela-se bastante impopular. Podemos citar como exemplo a tentativa do governo do Estado de São Paulo, em 1998, de implantar uma tarifa cobrada na conta de energia, para financiar a TV Cultura. A medida foi revogada devido à grande resistência da população (PRIOLLI, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003).

Vale lembrar que os recursos oriundos do Estado também são públicos, cumprindo, de certa forma, com a prerrogativa de ser “financiado pelo público” (RUMPHORST, 2007). Contudo, para garantir a independência da emissora em relação ao governo, seria necessária a instituição de uma dotação ou porcentagem mínimas, às quais o orçamento deveria se sujeitar.

Outra opção de financiamento do serviço público seria a cobrança de taxas pelo uso comercial da concessão dos serviços de radiodifusão,⁶⁵ conforme o modelo colombiano. No Brasil, a iniciativa esbarra no grande endividamento das empresas e na desregulamentação e ausência de políticas públicas para o setor televisivo. Além disso, a pressão exercida pelas emissoras privadas emerge como um grave complicador para a instituição desta norma (PRIOLLI, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003).

Em relação à adoção de verbas publicitárias em emissoras públicas, Portales Cifuentes (2002) sugere uma combinação entre o financiamento publicitário, majoritário, e subsídios públicos apenas para determinados tipos de programas. Outros autores, ainda que sejam a favor da publicidade, se opõem aos anúncios e apontam para a necessidade de regulamentação. Para Laurindo Leal Filho:

Do ponto de vista do financiamento, nenhuma das alternativas hoje existentes deveria deixar de ser considerada, com exceção do anúncio comercial, incompatível com a linguagem de uma televisão pública. O apelo ao consumo, conquistado através da emoção, é inconciliável com uma programação mais reflexiva, balizadora do modelo público. (LEAL FILHO, 2007, p. 15).

Com posicionamento semelhante, César Bolaño e Valério Brittos propõem que:

⁶⁵ Na Colômbia, por exemplo, a Lei de nº 335, de 1996, que criou a televisão privada no país, determinava, em seu art. 16º, que os concessionários de canais nacionais de operação privada deveriam destinar 1,5% do rendimento bruto anual para o Fundo de Desenvolvimento da Televisão Pública. Os recursos seriam revertidos, prioritariamente, no fortalecimento dos operadores públicos do serviço de televisão e na programação cultural a cargo do Estado, com o propósito de garantir o pluralismo informativo, a competência, a inexistência de práticas monopolísticas no uso do espectro eletromagnético utilizado para o serviço televisivo e a prestação eficiente deste serviço (COLÓMBIA, 1996).

O sistema público não estatal, entendido provisoriamente como comunitário, universitário e outros sem fim lucrativo, assim como o estatal, deve (sic) atuar excluído da lógica da publicidade comercial, salvo as exceções conhecidas de patrocínio cultural, conforme regulamentação específica. (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 10).

Desta forma, a obtenção de verbas publicitárias poderia ser considerada, contanto que “estabelecida num patamar muito claro” (PRIOLLI, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003, p. 106). Um exemplo a ser seguido seria o da TV Cultura, que possui normas bastante específicas do que pode ou não ser incluído na grade de programação a título de anúncios.⁶⁶

Nesse sentido, é quase unanimidade, entre os estudiosos da televisão, que as emissoras públicas necessitam diversificar suas fontes de recursos (BOLAÑO; BRITTOS, 2008; PRIOLLI, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003; MÉNDEZ ROMEU *apud* LÓPEZ GARCÍA, 2005; LEAL FILHO, 2007). No entanto, a discussão acerca dos recursos para a TV pública não se extingue nas formas e mecanismos de ampliação da receita, pois o custeio das emissoras de finalidade pública no Brasil também deve fazer parte desta reflexão. Nas palavras de Gabriel Priolli (2003 *apud* O DESAFIO..., 2003):

Não vejo porque, a essa altura do desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro, as emissoras tenham que ser também produtoras. [...] Comprar a produção não significa, para a emissora pública, renunciar ao controle sobre sua grade de programação. A concepção intelectual e artística deve seguir na mão da televisão pública, que vai encomendar ao produtor independente o programa da forma que deseja. A criação segue sendo sua; a produção é que é terceirizada. Você faz a licitação pra ver quem oferece aquilo mais barato e com melhor qualidade, cumprindo outro objetivo político importante dentro do nosso segmento, que é fomentar a produção independente. (PRIOLLI, 2003 *apud* O DESAFIO..., 2003, p. 107).

Dessa forma, seria possível fortalecer a produção independente, descentralizar a produção e promover o enxugamento das estruturas das emissoras de caráter público no país. Uma experiência interessante, nesse sentido, é a da emissora de TV pública americana, a *Public Broadcasting System* (PBS). A PBS não é uma produtora de programas e nem encomenda programas às emissoras que a integram. Seu papel é aprovar ou rejeitar programas e séries que lhes são oferecidos, levando-se em conta os critérios que devem pautar uma programação educativa e cultural (DINIZ, 2005).

O debate sobre o financiamento da televisão pública no Brasil, por sua especificidade e complexidade, requer um debate extenso, cujo consenso está longe de ser alcançado.

⁶⁶ Para mais informações, ver: “TV Cultura: A diferença que importa”, de Teresa Montero Otondo (*in* RINCÓN, 2002)

Portanto, a apresentação destes pressupostos visou apenas nortear a análise do financiamento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia.⁶⁷

Tomamos, também, como referência, o Relatório do Grupo de Trabalho Financiamento, do “I Fórum Nacional de TV’s Públicas” (BRASIL, 2007d, p. 93). Este material indica duas importantes variáveis de análise: a composição do custeio do Instituto como um todo e suas fontes de recursos. O custeio será observado a partir das alíneas: a) custos de manutenção e recursos humanos; b) investimentos em tecnologia e infra-estrutura; e c) custos para o desenvolvimento da programação. Quanto às fontes de recursos, devem ser considerados aspectos como: a) recursos do Tesouro;⁶⁸ b) recursos de instituições mantenedoras privadas e c) receitas próprias.

Para a elaboração das tabelas, em anexo, foram instituídos cortes temporais com base nas sete diferentes administrações estaduais que o período estudado abarca. Reconhecemos, porém, a existência de mecanismos orçamentários que podem influenciar esta análise, como, por exemplo, os planos plurianuais de governo.⁶⁹ Como cada um destes planos continua a vigorar no primeiro ano da gestão do governo subsequente ao que o elaborou, as diretrizes a serem seguidas neste ano estariam de acordo com o documento e, portanto, com os propósitos do governo anterior.

Cabe considerar, ainda, que os valores expressos nos diversos períodos estão em moeda corrente — e, nos anos de 1991 a 1994, em dólar —, sem reajustes relativos à inflação do período até os dias atuais.

4.2.1 Inaugurações

A atuação financeira e orçamentária do IRDEB, de 1985 a 1986, dois últimos anos do governo João Durval, era normatizada pelo decreto n° 30.145, de 1983, cujo capítulo IV,

⁶⁷ Ressaltamos, novamente, a impossibilidade de se analisar o financiamento específico da emissora TVE-Bahia, pertencente ao Instituto, tendo em vista que a melhor e mais completa fonte de informações para o levantamento destes dados — os relatórios de gestão do IRDEB — é elaborada considerando-se o conjunto da Instituição.

⁶⁸ Recursos do Tesouro são todos os recursos oriundos do governo, seja ele municipal, estadual ou federal.

⁶⁹ A Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 05 de outubro de 1989, determina, em seu artigo 159, a instituição de planos plurianuais responsáveis por estabelecer de forma regionalizada diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BAHIA, 1989). Esse mecanismo, implantado no governo do Estado, a partir de 1992, tem como principal objetivo possibilitar a elaboração, de forma mais acurada, de um plano que corresponda aos anseios do governo em exercício.

especificava seu Patrimônio e Receita.⁷⁰ Desta forma, segundo o art. 12, constituíam patrimônio da entidade: os bens móveis e imóveis do Estado, que lhe pertenciam desde sua instituição como órgão do regime Especial da Administração Centralizada, agora transformado em fundação; doações e subvenções recebidas; bens e direitos adquiridos no exercício de suas finalidades, ou transferidos ou adjudicados pela União, Estados e Municípios; incorporações provenientes de rendas patrimoniais; e o que viesse a ser constituído na forma legal (BAHIA, 1983b).

Já o art. 13 determinava que as receitas da fundação fossem compostas por: dotações orçamentárias, concedidas por créditos adicionais, e extra-orçamentárias, consignadas pelo Estado da Bahia, bem como subvenções estaduais, federais e municipais; recursos de convênios, acordos e contratos; as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos, bem como as decorrentes do exercício de suas atividades; os recursos oriundos de operações de crédito; os recursos provenientes da alienação de bens patrimoniais; saldos financeiros de exercícios encerrados; e outras receitas de qualquer natureza (BAHIA, 1983b).

Seguindo a legislação vigente, a prestação de contas de 1985 apresenta dados financeiros relativos à receita e despesa da entidade, bem como uma previsão orçamentária para o ano de 1986, ano cujo relatório não foi encontrado. Embora os valores absolutos sejam pouco representativos — tendo em vista a dificuldade de se mensurá-los, em decorrência da constante desvalorização e modificações da moeda no país — acreditamos que sua explicitação contribui para o entendimento do funcionamento da emissora.

Assim, a Tabela I, em anexo, dá conta de que o IRDEB havia previsto, para o exercício de 1985, a arrecadação de Cr\$ 6.074.752.000 (seis bilhões, setenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil cruzeiros). Porém, ao longo do ano, foi aprovada uma série de decretos que lhe conferiam créditos adicionais, chegando ao montante de Cr\$ 26.771.326.275 (vinte e seis bilhões, setecentos e setenta e um milhões, trezentos e seis mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros). A arrecadação absoluta, porém, foi de Cr\$ 26.497.313.000 (vinte e seis bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões, trezentos e treze mil cruzeiros). O ingresso orçamentário ultrapassou, portanto, o previsto, em 336,19% (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985).

Do montante arrecadado, a maioria absoluta, 92,61%, era proveniente do Tesouro Estadual, ou seja, dos cofres do Estado, sendo 0,55% de receitas próprias, 0,61% do Fundo de

⁷⁰ Tendo em vista a especificidade destes termos em economia, cabe diferenciá-los. “Patrimônio” é concebido como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade; e “Receita” define-se como os recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobrados nas categorias econômicas de receitas correntes e receitas de capital. Fonte: Tesouro Nacional (BRASIL, [19--]).

Financiamento da Televisão Educativa (FUNTEVÊ), e 6,23% do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE), órgão de financiamento de programas de interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985). A procedência das receitas da entidade indica, portanto, a absoluta dependência financeira do governo para o funcionamento do Instituto. Como parte integrante desta estrutura, a Televisão Educativa da Bahia, obviamente, não se encontra alheia a esta realidade.

A realização da despesa do IRDEB no exercício de 1985, conforme Tabela II, contou com o grande investimento da gestão na construção da emissora de TV, que, representando 26,94% da despesa total, tornava atípica a alocação de recursos no período. O patamar de utilização de 58,08% dos recursos para o custeio de pessoal poderia ser considerado razoável, não fosse a atipicidade da realização deste grande investimento.

Somente em termos de equipamentos importados, o diretor [Carlos Alberto Simões] revelou que a TV Educativa investiu 1 milhão de dólares, excetuando os gastos com equipamentos nacionais, que na sua maioria, já estão nas dependências do IRDEB. Carlos Alberto afirmou que a TV Educativa contará com ‘o que existe de mais moderno a nível de (sic) equipamentos’. (TV educativa entra no ar em caráter..., 1985).

Além da aquisição de equipamentos, organizou-se uma equipe com 133 funcionários, entre serventes, office-boys, jornalistas, operadores e programadores para atuar na Televisão Educativa da Bahia. Na época da contratação deste pessoal, a gestão do IRDEB enfrentou duras críticas acerca do que seria um “trem da alegria” do empreguismo político (MARIA, 1985).

Passado o momento de euforia da inauguração, o final do mandato de João Durval foi marcado pela realização de uma greve dos servidores do IRDEB que, ao reduzir a duração da programação diária, de 11 para 6 horas, prejudicou sensivelmente as transmissões da TVE.

Os servidores reivindicam o pagamento do mês de fevereiro com gatilho de 20%. Além da falta de pagamento, eles reclamam também das precárias condições de trabalho, onde sobressai a falta de equipamentos e materiais. Quando quebra uma câmera fica difícil fazer uma externa. (GREVE..., 1987).

Além do atraso de salários, os servidores também tinham que lidar com a precariedade da estrutura do IRDEB, que já se encontrava sucateada, apesar de ter sido inaugurada há menos de dois anos. Mesmo com a paralisação, havia um empenho em manter o mínimo de programação para que as emissoras da entidade não fossem retiradas do ar. Ainda segundo matéria publicada no jornal *A Tarde*, os líderes do movimento afirmavam que o Instituto,

como um todo, contava com cerca de 900 servidores, dos quais apenas 600 trabalhariam de fato (GREVE..., 1987).

O empreguismo político do período também é citado em outros jornais impressos do período. Em sua coluna no Jornal *Tribuna da Bahia*, Sergio Borges afirma:

...ninguém pode negar que a TVE foi um ‘super-cabide-de-empregos’ à época de sua inauguração. Havia dezenas de produtores para alguns poucos programas. E equipamento para produzir esses programas, quase nada. Recentemente a TVE emergiu de uma crise que a levou a greves e à interrupção de suas transmissões. (BORGES, 1988).

Tal situação explicita uma atitude corriqueira da administração pública brasileira: a falta de continuidade das ações, em especial em momentos de transição de governos que se opõem.

4.2.2 Governo da “Mudança”

No período correspondente às gestões Waldir Pires/Nilo Coelho, que abarca os anos de 1987 a 1990, foi encontrado apenas um Relatório de Atividades, contendo as realizações do biênio 1987/88 e, portanto, correspondente à gestão Waldir Pires. Nos dois anos posteriores, não foi encontrada qualquer informação sobre o financiamento do IRDEB. Nesse aspecto, cabe considerar que a inexistência da memória deste período e a ausência de uma menção mais específica ao desempenho orçamentário-financeiro da entidade em outros documentos (como os relatórios de Governo, por exemplo) demonstram certa falta de interesse, ou mesmo negligência, por parte do governo estadual do período.

Segundo a Tabela III, em anexo, no exercício de 1987, a arrecadação absoluta atingiu o valor de Cz\$ 175.681.990 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa cruzados) e, em 1988, chegou a Cz\$ 868.580.805 (oitocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e oitenta mil e oitocentos e cinco cruzados). De um ano para outro, as receitas tiveram o vultoso incremento de 494,40%. Este acréscimo, porém, não pode ser isolado do contexto do país, que atravessava uma crise econômica com índices inflacionários astronômicos. Para que se tenha ideia, a inflação acumulada do ano de 1987 foi de 415,83%,

e, no ano seguinte, atingiu o alarmante índice de 1.037,56%⁷¹. Ou seja, o aumento da receita da entidade não resultou em ganhos reais, mas em perdas.

A fonte que mais contribuiu com o IRDEB foi, novamente, o tesouro estadual, numa média de 95% do total da receita arrecadada pela entidade nos dois anos. Houve um pequeno crescimento absoluto no repasse de recursos oriundos das demais fontes, entre os anos de 1987 e 1988, mas, em termos percentuais, estes repasses sofreram redução.

O detalhamento da despesa, segundo sua natureza, de acordo com a Tabela IV, dá conta de que os gastos com pessoal e encargos sociais nos dois anos atingiram a média percentual de 83,67% da despesa total. Esta informação revela o inchaço do quadro de funcionários e a pouca ênfase em projetos da área finalística da Instituição e no reequipamento de suas emissoras. O gasto com quaisquer outras rubricas corresponderam a apenas 16,33% do total. Houve, porém, um aumento nos investimentos, de 0,37% sobre o percentual de investimento em relação à despesa total, entre 1987 e 1988.

Tendo em vista a “impossibilidade de solucionar, de imediato, problemas de excesso de pessoal, falta de qualificação das mesmas (sic) para funções técnicas, baixa qualidade técnica das emissoras” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988, p. 24); elaborou-se, como política emergencial, um Plano de Reestruturação da entidade. Não há, no entanto, comprovações documentais de que este plano tenha sido posteriormente implantado.

4.2.3 Mídia, Cultura e Turismo

O governo Antônio Carlos Magalhães, iniciado em 1991, rompeu radicalmente com as propostas e políticas da gestão anterior. No mesmo ano, é aprovado o novo estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, através do decreto nº 686. As determinações acerca do patrimônio da entidade não sofreram alterações significativas. Em relação às receitas, são incluídos no art. 18 “doações, subvenções, legados, nacionais internacionais ou estrangeiras (sic)” e “transferências consignadas nos orçamentos da União, Estados e Municípios” (BAHIA, 1991). Ampliava-se, portanto, a possibilidade de captação de recursos, naquele momento.

⁷¹ Fonte: Almanaque Folha de São Paulo: Dinheiro. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

As informações relativas ao financiamento do IRDEB, por sua vez, são apresentadas de forma menos específica em apenas um relatório quadrienal, a partir do qual foi elaborada a Tabela V. No documento (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994), a receita não era discriminada por fontes de recursos, à exceção da receita proveniente de convênios que, no primeiro ano, equivale apenas 0,37% da receita total de US\$ 4.257.837 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e trinta e sete dólares), e, ao final da gestão, chega a quase 20% do montante arrecadado, que foi de US\$ 7.413.793 (sete milhões, quatrocentos e treze mil, setecentos e noventa e três dólares). Este acréscimo torna-se ainda mais destacado, ao considerarmos que a arrecadação total do IRDEB foi elevada em 74,12% no período.

Da mesma forma, em relação aos gastos realizados, não há um maior detalhamento dos grupos de despesa, com exceção do item “Investimentos”, relevante por representar os gastos com reequipamento, infraestrutura e aquisição de materiais permanentes para o IRDEB — e, em especial, para a Televisão Educativa da Bahia. Na Tabela VI, merece destaque o ano de 1993, quando o percentual de 44,76% da despesa realizada, ou US\$ 3.565.981 (três milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e um dólares) em valores absolutos, foi alocado para este fim.

A gestão do IRDEB, sob o comando de Fernando Vita, priorizou, conforme já assinalado no Capítulo III, a reestruturação de suas emissoras (de TV e rádio), o reequipamento e a retomada de sua função pedagógica.

Carlos Ribas lembra que, ao assumir a coordenação da emissora em 1991, época em que o jornalista Fernando Vita se tornou diretor do IRDEB, seu primeiro passo foi implementar uma série de mudanças [...] Ribas comenta que o material técnico estava obsoleto. ‘Havia muita coisa quebrada. Carros e equipamentos defasados. Poucas máquinas. Faltavam fitas de gravação. As que existiam estavam estragadas devido à múltiplas (sic) utilizações. Por outro lado foi minha equipe que instalou o primeiro computador na redação de jornalismo. Compramos ilhas de edição, carros, equipamentos de transmissão de externa. Torres mais altas e potentes. Contratamos pessoal com maior qualificação e reciclamos os que havia’, finaliza Ribas. (NASCIMENTO, 2006, p. 47).

O relatório detalha os investimentos da entidade nos seguintes itens: implantação de um sistema de transmissão estéreo, com os acessórios básicos — que contribuiu sensivelmente para a melhoria do sinal —; instalação do sistema de recepção de satélite; aquisição de um veículo de externa; compra de transmissores e equipamentos de estúdio para as emissoras de rádio (FM e Ondas Curtas). Também foram realizadas algumas reformas nas instalações físicas, deu-se início à informatização do órgão e adotou-se a estratégia de contratar estagiários (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994).

Em 1995, embora fosse iniciado um novo governo, era patente a continuidade das políticas e ações propostas e implantadas pelo IRDEB. Segundo o Relatório Anual deste ano:

A gestão passada do IRDEB investiu no reequipamento do órgão. Sabemos da velocidade dos avanços tecnológicos na área das comunicações e da importância do uso dessas novas conquistas — acopladas ao uso dos satélites, da informática, dos multimeios, de uma nova forma de pensar a vida no planeta. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1995).

Este documento, bem como os dos anos de 1996, 1998, 1999, aponta como principais realizações a continuidade do processo de modernização, a capacitação dos servidores, e a criação de estratégias para o aumento da arrecadação própria. É enfatizada a prestação de serviços a empresas e entidades públicas e privadas, através de permutas ou parcerias, que ofereçam, em contrapartida, o apoio cultural. Esta última fonte de recurso foi incluída no estatuto da emissora, conforme já visto, apenas em 2003. Grande parcela desse apoio era anteriormente baseada no sistema de permuta, em contraponto ao repasse financeiro. Esta situação foi se invertendo ao logo do período analisado.

A partir do ano de 1995, os materiais elaborados para a prestação de contas apresentam um maior grau de detalhamento e continuidade em seu arquivamento. Diversos fatores contribuíram para aprimoramento, segundo a assessora técnica do Centro de Planejamento e Orçamento, Genivalva Cardoso,⁷² um longo período de continuidade na gestão estadual; a exigência de um maior detalhamento pelo Tribunal de Contas do Estado; a evolução do sistema estadual de prestação de contas; e, principalmente, a informatização do IRDEB e de seu sistema financeiro (CARDOSO, 2009, informação verbal). Os relatórios passaram a possuir periodicidade anual e, embora o documento referente ao ano de 1997 não tenha sido encontrado, foi disponibilizada uma série de dados relativos a este momento

A partir de 1996, as receitas passaram a ser divididas em Receitas Correntes⁷³ e Receitas de Capital.⁷⁴ Já as despesas foram especificadas através de dois aspectos: os grupos de despesa — pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos —, e os instrumentos de programação, divididos em projetos e atividades.

⁷² Em entrevista concedida à autora, em março de 2009.

⁷³ Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm, por isso, de ser elaboradas todos os anos. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Fonte: Tesouro Nacional (BRASIL, [19--]).

⁷⁴ Receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado a longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como as transferências de capital. Fonte: Tesouro Nacional (BRASIL, [19--]).

De acordo com a Tabela VII, a receita do IRDEB, no período, teve um acréscimo significativo, de 425,06%, da arrecadação própria, comparando-se os anos de 1995 e 1998. É relevante considerar, também, a título de comparação, que, entre 1994, último ano da gestão anterior, e 1995, a receita arrecadada pela entidade foi ampliada em 341,74% (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1998).

Apesar dos sucessivos aumentos, a arrecadação própria da entidade ainda correspondia, nos anos de 1995 a 1999, a cerca de 4,02% da receita. O tesouro estadual permanecia como fonte de recurso predominante, correspondendo a 94,05% do total. Este dado representa a manutenção da dependência do Governo. É elucidativa, neste sentido a declaração do então diretor geral do IRDEB, Paolo Marconi, em entrevista ao repórter Válber Carvalho.

Em termos de verbas e equipamentos o governo do Estado tem atendido às nossas reivindicações. O órgão tem 336 funcionários na ativa, um número razoável, mas há muito desvio de função e nem todos têm capacitação para ocupar os cargos que ocupam. Mas não dá pra resolver esse problema sem resolver a questão salarial. Os salários estão muito aquém do mercado. O Estado não pode tratar de maneira igual, coisas diferentes. Rádio e TV têm funcionamento sem similar em outros órgãos públicos estaduais e desse jeito não dá pra competir no mercado de rádio e televisão. (CARVALHO, V., 1995).

Durante este período, foram gastos, na aquisição de equipamentos — materiais de informática, veículos e equipamentos para as emissoras de rádio e TV —, construções e reformas, o considerável montante de R\$ 6.072.099,41 (seis milhões, setenta e dois mil e noventa e nove reais e quarenta e um centavos) (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1998). No total, conforme a Tabela VIII, o item “investimento” correspondeu a R\$ 7.311.721,36 (sete milhões, trezentos e onze mil setecentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), ou seja, 21,36% da despesa realizada. Os gastos com “Pessoal e Encargos” ficaram em 42,95% do total.

Tendo em vista os altos custos da produção de programas no interior pelas emissoras de TV, o diretor geral, Paolo Marconi, propôs inserir a produção independente na programação da Televisão Educativa da Bahia, com o propósito de reduzir as despesas do IRDEB. Este expediente também serviria para incentivar a formação e a profissionalização do mercado audiovisual.

Interessado em terceirizar parte da produção da emissora, ele [Paolo Marconi] abriu, na segunda passada, uma concorrência pública para produtoras de vídeo. “Só uma apareceu”, ele conta, surpreso. Os esforços neste sentido, no entanto, continuam, e os interessados são bem-vindos. (LIMA, 1996).

A declaração do ex-diretor do IRDEB leva a crer que a proposta de aquisição de conteúdo, naquele momento, esbarrou na própria incipiência do mercado audiovisual baiano, incapaz de atender à demanda da TVE-Ba. O projeto, portanto, não foi à frente durante a gestão.

No quadriênio 1999-2002 manteve-se uma dinâmica semelhante à dos anos anteriores, uma vez que se continuava a mesma política. Consta na Tabela IX, que os recursos estaduais permaneceram como a mais significativa fonte de receita da entidade, seja em relação às receitas correntes, ou em relação às receitas de capital. Do total da receita arrecadada, no período — correspondente a uma média anual de R\$ 10.301.028,18 (dez milhões, trezentos e um mil e vinte e oito reais e dezoito centavos) —, 92,84% eram provenientes desta fonte.

Embora não se configurem como uma alteração no direcionamento das ações do IRDEB, algumas modificações em seus gastos merecem destaque. Segundo a Tabela X, nestes quatro anos, as despesas com pessoal e encargos aumentaram em média um ponto percentual em relação ao quadriênio anterior, alcançando a marca de 44,02%. Os investimentos representaram cerca de 14,46% das despesas. Considerando o patamar atingido no quadriênio anterior (1995-1998), quando os investimentos corresponderam a 21,36% das despesas, percebe-se uma queda de 32,30% de um período para outro.

A interpretação dos dois fatos acima explicitados — aumento dos gastos com pessoal e queda nos investimentos — nos leva a concluir que o IRDEB priorizou os gastos fundamentais para seu funcionamento, reduzindo, tanto a promoção de ações diferenciadas, como a aquisição de equipamentos e a realização de reformas e construções.

Em dezembro de 2002, período de transição entre duas administrações estaduais, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, e toda a sua estrutura, foi remanejado da Secretaria de Educação para a Secretaria de Cultura e Turismo, criada em 1995. É importante destacar que, no período, embora a dotação orçamentária desta última secretaria fosse sabidamente inferior à da primeira⁷⁵, não houve qualquer decréscimo da receita destinada ao órgão.

No ano de 2003, o Estatuto do IRDEB sofreu alterações, aprovadas pelo decreto nº 8.463, de 24 de fevereiro. Dentre elas, o apoio cultural foi incluído como forma de obtenção de recursos. O decreto nº 8.828, de 18 de dezembro, manteve a norma, sem alterações. Desta forma, seu Art. 15º estabelece, como receitas da entidade,

⁷⁵ Em 2002, por exemplo, o orçamento da Secretaria de Educação correspondeu a 16,59% do total do Governo estadual, enquanto a Secretaria de Cultura e Turismo possuía um orçamento de apenas 1,07%. Fonte: Secretaria do Planejamento da Bahia (SEPLAN). Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_lei_orcamentaria.htm> acesso em 20 dez. 2008.

- I - recursos provenientes de dotações orçamentárias;
- II - doações, subvenções, legados e contribuições de pessoas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- III - transferências consignadas nos orçamentos da União, Estados e Municípios;
- IV - recursos provenientes de suas atividades e as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos;
- V - recursos oriundos da alienação de bens patrimoniais;
- VI - recursos oriundos de convênios, acordos e contratos;
- VII - recursos provenientes de operações de crédito;
- VIII - os saldos financeiros de exercícios encerrados;
- IX - receitas provenientes de apoio cultural;
- X - outras receitas de qualquer natureza. (BAHIA, 2003b).

A inclusão do apoio cultural como fonte de receita do IRDEB indica a legalização estatutária de uma prática usual no Instituto, mas proibida por lei federal, de acordo com o artigo 13 do Decreto-Lei 236, de 1967. A proposta foi defendida e exaltada pelo então diretor geral, João Paulo Costa, que anunciava um novo projeto da Televisão Educativa da Bahia:

“... quanto aos recursos financeiros, estamos reestruturando o Departamento de Marketing para poder procurar captar mais apoio cultural”, revela João Paulo Costa, inspirado numa iniciativa que partiu da TV Cultura de São Paulo, que busca apoios na iniciativa privada para poder tocar suas produções, sem precisar onerar o caixa do Governo. (ROCHA, N., 2003).

Nesse sentido, o coordenador de marketing da Televisão Educativa da Bahia, entre os anos de 2004 e 2006, Ricardo Flores,⁷⁶ defendia o aprofundamento da discussão sobre a publicidade na TV pública e questionava a proibição da publicidade nas emissoras estatais, por se tratar de uma lei elaborada em 1967, em plena ditadura militar. Também pontuava a necessidade de fontes de financiamento não estatais, como forma de diminuir as ingerências político-partidárias, e a existência de *lobby* por parte das emissoras privadas de televisão, que seriam prejudicadas pela inserção das emissoras públicas no mercado.

Pode anunciar na TVE? Claro que pode. A lei não é clara. [...] A discussão não é ter ou não a publicidade na TV pública porque a TV pública hoje não pode viver sem publicidade. A publicidade é necessária - infringindo ou não a lei, interpretando-a como for conveniente, adequando seus estatutos - ainda que represente apenas 10%, 5% da renda total da emissora. (FLORES, informação verbal).

O IRDEB, durante o ano de 2005, além da subvenção do governo, teve como fontes de renda a publicidade direta, através de apoio cultural; parceria com empresas e instituições em eventos realizados pela emissora; *merchandising*; licenciamento de produtos de marca; videoteca do IRDEB, locação e venda de material audiovisual produzido pela TVE-Ba; aluguel do Teatro do IRDEB e do seu *foyer* para exposições; parceria com institutos e

⁷⁶ Entrevista concedida à autora, em novembro de 2005.

empresas, a partir da lei estadual de incentivo à cultura (FazCultura); teleconferências e locação de equipamento (FLORES, informação verbal).

Apesar do empenho da gestão e da multiplicidade de serviços oferecidos, a receita própria, considerando todo o período, alcançou uma média anual de 4,88%, registrando uma queda de 22,16% em relação ao quadriênio anterior (1999-2002), que captou uma média anual de 6,27% do total de suas receitas (ver Tabela XI). O Tesouro Estadual permaneceu como o principal financiador do IRDEB, correspondendo a 94,07% de toda a arrecadação do Instituto.

No ano de 2005, o IRDEB contava com 417 funcionários divididos entre a Rádio Educadora e a Televisão Educativa (CAVALCANTE, 2005), que correspondiam a um custo de 51,41%, em média, das despesas da entidade, de acordo com a Tabela XII. Já os investimentos corresponderam à média anual de 2,2% da despesa. Em 2004, o item “investimentos” chegou a atingir o índice de 0,17%, o mais baixo de todos os anos analisados.

4.2.4 Matizes da Cultura em Curso

Em dezembro de 2006 — novamente durante um período de transição entre governos, desta vez opostos entre si — o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia sofria mudanças em sua vinculação, passando a fazer parte da recém-criada Secretaria da Cultura. Essa transformação condizia com os propósitos do governo que se iniciava, embora tenha sido realizada de forma abrupta, segundo o diretor do IRDEB, Póla Ribeiro:

...a Secretaria de Cultura [...] teve uma divisão com o Turismo, feita meio no facão, no fim do exercício do governo passado para poder nomear secretário, criar uma estrutura, enfim... Então ela está meio ‘Frankenstein’, digamos assim, porque tem interseções com outras áreas. (RIBEIRO, 2008 *apud* RUBIM; ROHDE, 2008, p. 55).

Em relação ao financiamento, a Secretaria da Cultura (SECULT) possuía, no ano de 2007, apenas 0,81% de todo o orçamento do Governo Estado da Bahia — enquanto a extinta Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) possuía um orçamento correspondente a 1% em 2006.⁷⁷ Embora os recursos da SECULT, órgão ao qual o IRDEB se vinculou, fossem inferiores ao da antiga SCT, as receitas do Instituto cresceram, tanto em valores absolutos,

⁷⁷ Fonte: Secretaria do Planejamento da Bahia (SEPLAN). Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_lei_orcamentaria.htm> acesso em 20 dez. 2008.

como em termos percentuais (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008).

Conforme a Tabela XIII, nos anos de 2007 e 2008, o Estado diversificou internamente as origens dos recursos — Tesouro Estadual, Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia (FIES), Fundo de Cultura e Descentralização de Recursos. No entanto, a variedade de opções de financiamento não implicou a ampliação das fontes, pois os recursos provenientes do Estado foram a principal receita do IRDEB, e em consequência da TVE-Ba, representando uma média de 94,14% do total da receita.

O aproveitamento das despesas não sofreu grandes alterações, à exceção do crescimento excepcional dos investimentos, que somam R\$ 862.150,75 (oitocentos e sessenta e dois mil e cento e cinquenta reais e setenta e cinco centavos). A Tabela XIV mostra que o aumento correspondeu a 148,43%, em comparação ao biênio anterior, cujos investimentos atingiram um total de apenas R\$ 347.031,79 (trezentos e quarenta e sete mil e trinta e um reais e setenta e nove centavos).

Outra questão aventada pela gestão atual, que diz respeito aos gastos do IRDEB, e particularmente de sua emissora de TV, é a aquisição de material audiovisual, produzido de forma independente.

A perspectiva é que se tenha uma maior participação da produção independente na TV, na grade da TV. Isso é uma coisa que tende a acontecer [...] E isso é um problemão no Brasil. Enquanto que na televisão européia sempre houve uma parceria entre a televisão e o cinema e a produção independente, aqui a tradição é outra. A Rede Globo produz quase tudo que veicula. E, de um modo geral, as televisões brasileiras produzem quase tudo o que veiculam. (PIRES NETO, 2007, informação verbal).

Em quase dois anos de gestão, entretanto, a questão ainda não havia sido solucionada.

Eu quero que a gente construa uma experiência em licitar conteúdo [...], Então é essa *expertise*. É uma das grandes decepções a gente não ter estabelecido isso ainda. A gente já lançou 15 editais [...]. Demorou de sair, mas saiu, com auditoria do Estado, Procuradoria [...] Com a coisa dos editais, acho que a gente andou bastante, apesar do atraso a gente conseguiu formular 15 editais para rádio e para a TV. (RIBEIRO, 2008, informação verbal).

Além do lançamento destes editais, da premiação e encaminhamento da produção dos projetos contemplados, o IRDEB adquiriu, no ano de 2008, o direito de exibição de diversos filmes⁷⁸. No entanto, a compra do curta-metragem **Cães** e dos documentários **Trampolim das**

⁷⁸ São eles: **Cascalho – making off**, **Trampolim das Artes**, **Bahia Film Comissão - Os Fortes do Cinema**, **4ª Mostra de Cinema Brasileiro em Berlim – O Negro no Cinema Brasileiro**, **Vinhetas animadas Jogos Olímpicos**, **L.A.T.A – Rainha do Carnaval** e **Rodovias Ed Lavanrac**, divulgando o Governo da Bahia em Cannes, Toronto e Berlim. Além do curta-metragem **Cães**, e outros filmes como **Esses Moços**, **10 Centavos –**

Artes e Bahia Film Comission, pelo valor de R\$ 92 mil, foi questionada em matéria publicada no Jornal *A Tarde*, em dezembro de 2008, tendo em vista que o procedimento não foi realizado através de licitação.

A dispensa do processo licitatório, segundo o texto, teria se amparado na Lei Estadual de nº 9.433, de 2005, que dispõe sobre os contratos administrativos dos poderes públicos. Em seu artigo 60, é autorizada a contratação de serviço pelo Estado, sem a necessidade de licitação, desde que o profissional do setor artístico seja consagrado pela crítica ou pela opinião pública.

Contudo, a iniciativa fere a mesma Lei Estadual 9.433/05, que determina a inexigibilidade de licitação apenas em casos de produções, não só concluídas, como também reconhecidas por público e crítica, o que não ocorre com os dois documentários. E ainda a presença do diretor do Teatro Castro Alves (TCA), Moacyr Gramacho, na ficha técnica de *Cães*, levanta a hipótese de ter havido facilidades neste processo de captação de recursos, já que tanto o Irdeb quanto o TCA são ligados à Secult. (EÇA, 2008).

Os filmes, ainda segundo a matéria, se encontravam em fase de finalização. O diretor do IRDEB argumenta, porém, que o roteiro do curta foi aprovado por edital nacional e por um importante festival de cinema. De todas as maneiras, a polêmica gerada confirma a declaração do atual diretor geral do IRDEB, Póla Ribeiro, quando lamenta a falta de *expertise* da entidade na licitação destes materiais. Embora devam ser consideradas as especificidades da aquisição de um bem simbólico, a ausência de regras claras e específicas em torno deste processo — ainda pouco usual no Brasil — pode prejudicar ainda mais a utilização deste importante mecanismo de barateamento de custos para a emissora e de fomento do setor audiovisual do Estado.

4.3 Programação da TVE-Ba

Uma emissora de televisão, em sua acepção mais geral, além de se configurar como uma estrutura que necessita de gerenciamento, financiamento e controle, é um dispositivo que veicula continuamente uma série de obras audiovisuais dos mais variados gêneros. Tendo em vista o enraizamento da TV em nossa sociedade, estes programas contribuem de maneira

singular para a representação e elaboração, pela sociedade, de suas construções simbólicas. Dominique Wolton define este meio de comunicação como:

... um espetáculo de um gênero particular, destinado a um público imenso, anônimo e heterogêneo, inseparável de uma programação que garante uma oferta quase contínua de imagens de gêneros e status diferentes. Esta é a razão fundamental do sucesso da televisão e da sua unidade, ou seja, a continuidade e a mistura diversificada de imagens, cuja recepção e interpretação ninguém domina. Debruçar-se sobre o *status* da imagem da televisão é, portanto, debruçar-se sobre o que está na origem do seu sucesso e que temos a tendência de esquecer, de tal forma banalizou-se a televisão. (WOLTON, 1996, p. 67).

O estudo da televisão não pode deixar de considerar a programação, principal razão de seu êxito e disseminação. Entretanto, por mais que a produção de estudos e pesquisas sobre esse meio de comunicação se amplie, ainda é predominante a perspectiva de considerá-lo como apenas um serviço ou sistema de difusão inserido em um determinado contexto político, econômico e social. Por este motivo,

... é preciso (também) pensar a televisão como conjunto dos trabalhos audiovisuais (variados, desiguais, contraditórios) que a constituem, assim como o cinema é o conjunto de todos os filmes produzidos e literatura o conjunto de todas as obras literárias escritas ou oralizadas, mas, sobretudo, daquelas obras que a discussão pública *destacou* para fora da massa amorfa da trivialidade. O contexto, a estrutura externa, a base tecnológica também contam, é claro, mas eles não explicam nada se não estiverem referidos àquilo que mobiliza tanto produtores quanto telespectadores: as imagens e os sons que constituem a mensagem televisual. (MACHADO, 2000, p. 19).

Um exemplo dessa tradição acadêmica é o livro “A melhor televisão do mundo” (1997), de Laurindo Leal Filho. Nele, a emissora de televisão britânica *British Broadcasting Corporation* (BBC) é considerada, como o próprio título afirma, um exemplo a ser seguido em todo o mundo, apenas por seu modelo de gerenciamento, financiamento e controle público, sem que se proceda à análise de sequer um programa veiculado (MACHADO, 2000). Desta forma, a fim de melhor compreender nosso objeto de estudo, consideramos a programação como um importante aspecto a ser analisado.

Inicialmente, cabe pontuar que a Televisão Educativa da Bahia ultrapassa as matrizes históricas apresentadas por Valerio Fuenzalida Fernández (2002), a saber, a educativo-formal, a da alta cultura e do debate acadêmico, e a matriz de propaganda política governamental. Sua principal característica é a ênfase nos acontecimentos locais, cumprindo a função de proximidade.

No âmbito cultural, ora partindo da valorização de folguedos e festas rituais do interior, ora dedicando especial atenção à cobertura de eventos — populares e eruditos — na capital,

O desempenho da emissora baiana [...] merece relevo pela desvinculação de um conceito conservador de cultura, que legitima apenas seu formato erudito. A TVE afasta-se, então, do didatismo e da visão de cultura como algo retórico, em especial num país em que uma parcela ainda muito restrita da população tem acesso à educação formal. (ROCHA, R., 2006, p. 80).

São programas dos mais diversos gêneros: jornalísticos, educativos, documentários, docudramas, musicais, clipes, interprogramas, transmissões ao vivo etc. Nesta investigação, interessa somente os materiais audiovisuais produzidos pela TVE-Ba, cuja veiculação, ao longo dos anos analisados, ficava em torno de 15% a 30% da grade. O restante da programação, como acontece em quase todas as emissoras regionais do país, era oriunda de uma rede nacional, com ênfase para a TV Cultura/Fundação Padre Anchieta e a TVE Brasil.

A partir da definição das finalidades — culturais e, inicialmente, pedagógicas — e dos contextos de produção da emissora, são analisadas amostras de programas, grades de programação e demais dados sobre o tema. Dos períodos anteriores, utilizamos como exemplo, fundamentalmente, os materiais que foram arquivados e puderam ser encontrados na videoteca do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia,⁷⁹ além de informações obtidas na bibliografia utilizada.

4.3.1 Inaugurações

Apesar da importância da programação para uma emissora de televisão com finalidade pública, os diversos estatutos que regulamentaram o funcionamento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia mencionam apenas pontualmente este tema. Dessa forma, a definição de diretrizes e prioridades em relação ao que deve ou não ser veiculado na TVE-Ba fica a cargo de cada governo estadual eleito e dos gestores por ele nomeados.

Nos primeiros documentos analisados, os propósitos educativos das emissoras do IRDEB surgiam como mais uma possibilidade de “Utilização de Tecnologias para a Educação e a Cultura”, no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) do Governo João Durval (BAHIA, 1985). Nesse sentido, o estatuto aprovado em 1983 determinava, dentre suas finalidades: a operação, com exclusividade, da “TVE Educativa Canal 2”; a utilização de

⁷⁹ A utilização de programas encontrados na Videoteca do IRDEB, embora represente um complicador para o resultado final do trabalho, se justifica pela ausência de uma preservação e documentação sistemática do acervo audiovisual da emissora. Uma das graves lacunas a serem apontadas, em torno da preservação, são os programas jornalísticos e informativos.

materiais audiovisuais, em apoio ao sistema de ensino estadual; o desempenho, com exclusividade, das atividades teleducativas de competência da SEC; a ampliação e alimentação da rede de recepção dos programas nas comunidades etc.

Cabia à entidade, também, a operação da “Rádio Educadora”, e a promoção de uma série de atividades de apoio à educação na Bahia, como, por exemplo, a edição e produção de material impresso, a promoção de treinamentos, estudos, pesquisas e avaliações de resultados, dentre outros (BAHIA, 1983b).

A inauguração da Televisão Educativa da Bahia, uma das principais propostas da política educacional e cultural do Estado, tinha como objetivo atender a três funções: a instrucional, através de programas de promoção e apoio ao processo ensino-aprendizagem dentro das escolas; a educativa, abarcando faixas diversificadas da população sem acesso à educação regular (com ênfases na alfabetização, direcionada ao meio rural, e no aperfeiçoamento do magistério); e, por último, a cultural, que abrangeria ações e programas voltados para a valorização da identidade baiana — não apenas difundindo a cultura erudita e urbana para o interior, mas levando as “manifestações culturais espontâneas e tradicionais, populares e autênticas, das comunidades interioranas para a capital” (MATOS, 1985).

Em seus dois primeiros anos, a programação da emissora estava restrita a doze horas por dia. As transmissões eram iniciadas às 12h30min (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988). Da época, destaca-se o especial **Amado Jorge** (1985), com roteiro de Guilherme Marback e Diógenes Moura e direção de Álvaro Guimarães. O programa, de 48 minutos, foi exibido na inauguração da emissora e mistura documentário e ficção, trazendo importantes depoimentos do escritor Jorge Amado, e de personalidades da Bahia a seu respeito, bem como suas relações com o candomblé e cenas da cidade de Salvador, além de dramatizações de trechos de obras do autor.

Desse período também data o único programa infantil produzido pela emissora, o **Jornal dos Bichos**. Com temática ecológica, o programa foi transmitido entre os anos de 1985 e 1987 e era apresentado por Adeline Lacerda (NASCIMENTO, 2006). Também datam desse período o musical **Filhos da Bahia**; os informativos **Em Cartaz**; **Mercado de Trabalho** e **Fêmea**; os interprogramas **TVE Gente** e **TVE Ruas**; o **TVE Clipes** que possuía o formato de videoclipe com leitura de poemas de autores baianos; o **Mãe das Estrelas** era composto por depoimentos de mães de baianos famosos, com destacada ação no meio artístico baiano. Em sua primeira edição, por exemplo, trouxe Dona Canô, mãe do cantor e compositor Caetano Veloso e da cantora Maria Bethania etc. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985).

O jornalismo compunha 80% da produção local da emissora e era considerado “de mais alto nível”, com a pretensão de “marcar o seu próprio estilo, descuidando-se do factual e apresentando temas que exigem uma maior análise.” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985, p. 11). Apesar de possuir uma equipe com vinte e dois profissionais, divididos entre as editorias de jornalismo geral, esportes e cultural (MARIA, 1985), as condições para sua realização eram precárias. A emissora, neste primeiro momento, “dispunha de duas câmeras de estúdio e duas de externa, sendo que uma das de externa pertencia ao jornalismo” (NASCIMENTO, 2006, p. 42).

O primeiro telejornal produzido localmente pela emissora foi o **Circuito E**. Durante os anos de 1985 e 1986, a Unidade de Jornalismo produziu diversos programas, dentre eles: os especiais, com temas que iam desde as obras assistenciais de irmã Dulce até as tartarugas da Praia do Forte; os esportivos e gravações de futebol; além do programa de debates **Assembléia Geral** (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1985).

No primeiro aniversário da TVE-Ba, o Jornal da Bahia destacava a programação especial da emissora para a data, que contava com uma retrospectiva das melhores reportagens do **Circuito E**, a reapresentação de 22 clipes poéticos e a exibição do balé “Sina”, montado pela primeira vez em 1979 pela coreógrafa baiana Lia Robatto (DANTAS, 1986).

O fluxo programático da Televisão Educativa da Bahia, caracterizado pelo conteúdo produzido no período e pela grade de programação, demonstrava já no início uma forte inclinação cultural. Por sua vez, os programas educativos e instrucionais não foram identificados, em meio à produção e veiculação da emissora de TV, embora se fizessem presentes em outros setores do IRDEB, como o Centro de Planejamento e Produção Pedagógica (CPPP), o Centro de Rádio e a Gerência de Utilização de Tecnologias Educacionais (GUTE), responsáveis pela implantação de telepostos e pela produção e edição de materiais impressos, programas de rádio e audiovisuais. Cabe destacar porém, a retransmissão de programas deste tipo, produzidos nacionalmente.

A emissora se diferenciava das outras emissoras baianas, pela grande quantidade de produção local, cerca de 25%, e pela inexistência de horários comerciais. Nos intervalos eram exibidos clipes poéticos, vinhetas e interprogramas com serviços de utilidade pública (MARIA, 1985). As imagens da emissora alcançavam apenas a Grande Salvador e região do Recôncavo (NO..., 1985). No ano seguinte, o sinal já chegava a Feira de Santana, com promessas de atingir as regiões de Jequié, Vitória da Conquista e Floresta Azul (OUTRA..., 1986).

4.3.2 Governo da “Mudança”

A gestão do governador Waldir Pires propõe uma série de mudanças nas orientações da Televisão Educativa da Bahia. Em termos de programação, foram demarcados três grandes campos de atuação das emissoras do IRDEB:

o jornalístico, voltado para a informação e discussão das questões sociais, políticas e econômicas que se encontram na ordem do dia; o cultural, interessado na compreensão e debate das práticas culturais do povo, incluídas aí todas as manifestações de caráter artístico, intelectual, lúdico, religioso, folclórico, comportamental, etc.; e o educacional propriamente dito, diretamente ligado à educação, ou seja, à conquista, desenvolvimento, transmissão e conservação do saber. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988, p. 10).

Em comparação ao período anterior, merece destaque a exclusão da função instrucional, em prol de sua função jornalística. Esta orientação, além de demonstrar as prioridades do governo em exercício, demonstra o alinhamento, com certo atraso, do movimento de abandono da matriz educacional-formal da programação, em nível nacional e internacional, conforme já explicitado no segundo capítulo (FUENZALIDA FERNÁNDEZ, 2002). Como resultado desse direcionamento, a produção local de materiais audiovisuais passou a dar grande ênfase aos programas informativos, em formatos variados, tais como os jornalísticos, programas de entrevistas ou culturais.

Passaram a compor a grade da emissora: o **Grande Jornal**, de 50 minutos, que buscava oferecer uma “visão mais abrangente e mais aprofundada” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988, p. 10) dos fatos; os jornalísticos **Linha Direta**, **A Bahia na Constituinte**, **Debate Especial**, **Com a Boca no Mundo**, **TV Cidadania** e **Afro-Memória**, este tratando, pioneiramente, de aspectos ligados à cultura negra; os culturais **Em Cena** e o **Revista da Manhã**. Além destes, dois programas tinham como foco o público jovem: o musical **Antena Ligada** e o informativo **Temos nosso próprio tempo**. O **Frente a Frente**, programa de entrevistas que se tornou um dos marcos da emissora, possuía um enfoque político, neste primeiro momento. Havia, também, o esportivo **Circuito Esportivo** e o educativo **Educação Urgente** (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1988). O **Memória Viva**, exibido mensalmente, trazia para a tela longos diálogos com personalidades baianas de destaque, como o político baiano Juracy Magalhães, o empresário Norberto Odebrecht, o abade Dom Timóteo Amoroso Lima etc.

Além destes programas, foram produzidos diversos especiais, cujos temas abarcavam a cultura de Salvador e do interior do Estado, cultura pop e contracultura; cultura brasileira, arte, ecologia e meio ambiente etc. Também data desta gestão, a realização dos documentários **O Sertão que Virou Mar I e II** (1989), sobre os antigos moradores das cidades que ficaram submersas na barragem de Itaparica, pertencente à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). O projeto, coordenado por Delanise Costa, foi fruto de uma parceria entre o IRDEB e a CHESF e resultou no surgimento do **Núcleo de Apoio ao Vídeo (NAVI)** (NASCIMENTO, 2006).

Temas como a cidadania, a cultura, em suas mais diferenciadas vertentes, o meio ambiente, a diversidade cultural baiana e a participação no projeto político do país eram enfatizados. Tendo em vista o contexto de euforia, pelo fim da ditadura militar e a organização da sociedade civil, é notável a capacidade da emissora em detectar as demandas da sociedade no período, a partir da constante presença de personalidades ligadas a setores de esquerda e de movimentos sociais engajados em causas ambientais, étnicas, culturais etc.

Um exemplo desse período é o programa **Caminhos da Chapada** (1988), com cerca de uma hora de duração, que tematizava a Chapada Diamantina, a partir das óticas cultural e ambiental. São mostrados o rico patrimônio ambiental e cultural do lugar, a degradação da região pelo garimpo, as atividades do movimento social “SOS Chapada” e as ações e propostas do governo em exercício para promover o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma grande reportagem que, embora tecnicamente precária — em aspectos como figurinos, iluminação, áudio e exibição de sequências repetidas —, demonstra bastante preocupação com o conteúdo e a diversidade de fontes.

A TVE também esteve presente em grandes eventos culturais do Estado, cobrindo ao vivo a Feira do Interior 87/88 e a Reinauguração da Concha Acústica.

Carlos Sarno — assessor chefe do IRDEB entre 1987 e 1988 — lembra que datam dessa época as primeiras transmissões ao vivo da TVE. ‘O Carnaval foi o primeiro. Montamos um carro de externa em convênio com a secretaria da Fazenda. Além do Carnaval cobrimos diversas expressões artísticas que surgiam pela cidade’, recorda. (NASCIMENTO, 2006, p. 51).

Entre os anos de 1987 e 1988, o horário de transmissão foi ampliado em 4 horas, passando a vigorar com 16h de transmissões diárias, com 25% de programação produzida localmente. O relatório aponta, ainda, como prioridade do governo, a ampliação do sinal da emissora no interior.

4.3.3 Mídia, Cultura e Turismo

Durante o governo Antonio Carlos Magalhães, a gestão do IRDEB, sob o comando de Fernando Vita, priorizou, conforme já assinalado, a reestruturação da emissora, o reequipamento e a retomada de sua função pedagógica. Corrobora com esta assertiva a formulação do Estatuto de 1991, que não trazia alterações substanciais em relação às determinações em torno da programação das emissoras do IRDEB.

Em consequência, a produção local restringiu-se aos informativos **Economia e Política** e **TV Revista**, o **TVE Notícias** o esportivo **TVE Esporte**, o **Frente a Frente**; e a agenda cultural **Cinco Minutos**, correspondendo a cerca de 15% da grade de programação. Esta porcentagem foi aumentando à medida que a emissora ganhava estabilidade (VITA, informação verbal). Destes programas, apenas o **Cinco Minutos** e o **TVE Revista**⁸⁰ foram criados durante a gestão. Uma alternativa à escassez da produção local era a transmissão ao vivo ou gravação de grandes eventos culturais no Estado, espetáculos e shows. A missa do Bonfim também passou a ser exibida pela emissora, no período (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994).

Cabe destacar o abandono da diversidade temática apresentada na gestão anterior. Além disso, os novos programas possuíam formatos homogêneos, não se propunham a mobilizar e promover a participação social, não abarcavam a diversidade de experiências e tampouco valorizavam expressões diferenciadas. Um exemplo deste último aspecto foi o início das transmissões da missa do Bonfim, ritual da religião católica, sem que se cogitasse a transmissão de cultos não hegemônicos no país.

Uma exceção neste panorama era o programa **Frente a Frente**, que, reformulado, passou a abordar a temática cultural. Dividido em 3 blocos de 15 minutos e exibido às terças-feiras, o programa teve duração de mais de dez anos e sempre se destacou pela boa audiência. Foi apresentado, em épocas diferentes, por Denny Fingergut e Luzia Santana e era considerado um dos melhores *talk shows* da TV baiana. Participaram do programa grandes personalidades do meio cultural, como a atriz Irene Ravache, o pintor Carybé, o ex-ministro de cultura da França Jack Lang, o cantor Jimmy Cliff, dentre outros (NASCIMENTO, 2006).

Em relação ao telejornalismo da emissora e seu aparelhamento político, um evento que merece destaque foi a vinda do corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, Cid Flaker

⁸⁰ Transmitido até os dias de hoje, o informativo substituiu o TV Cidadania e possui, como principal foco, desde o início, a área cultural.

Scartezzini, a Salvador, para apurar a denúncia, feita pelo candidato João Durval, de uso da Televisão Educativa e da TV Bahia em benefício de seu adversário Paulo Souto, no primeiro turno (CORREGEDOR..., 1994. p.3). O caso, porém, não teve maiores desdobramentos na imprensa.

O diretor geral do IRDEB à época, Fernando Vita (informação verbal) admitia a influência político-partidária sofrida pela TV pública. “Nenhum governo vai bancar uma televisão para fazer jornalismo de oposição. O que nós buscávamos era uma cobertura equilibrada, de informação pública, serviços e formação da cidadania”. Portanto, é possível concluir que, ainda que a TV não viesse a ser utilizada politicamente, seu jornalismo era submetido a uma linha editorial que primava pela omissão em assuntos desfavoráveis ao governo que a subsidiava.

Por outro lado, a programação da emissora buscou enfatizar sua finalidade de “programar, experimentar, promover e coordenar o processo de ensino à distância no âmbito estadual” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994). Em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) foi realizada a série **Educar é Preciso**, com discussões e indicações de soluções para a educação na Bahia. Além da TV, foram utilizados como recursos o rádio e materiais impressos. O IRDEB também celebrou convênios e trabalhou em parceria com as secretarias de Agricultura, Saúde, Segurança Pública e Planejamento (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1994).

É apenas na gestão seguinte que o IRDEB se destacaria pela intensa e profícua produção de conteúdo para a Televisão Educativa da Bahia. No bojo desse processo, foi aprovado seu novo estatuto, em 1997, quando se instituiu, dentre suas competências, a produção e emissão de programação de caráter educativo e cultural. Por outro lado, foram removidas as atribuições educacionais da entidade, dispostas no documento anterior, indicando um direcionamento cada vez maior à área cultural, embora fosse mantido o objetivo de apoio ao sistema de ensino estadual.

Construindo o percurso para a adoção de um papel notavelmente cultural, a TVE assumiu o lema “Dar voz a quem não tem voz” e passou a investir na diferenciação de outras emissoras baianas, com grande parte da programação focada nos produtos audiovisuais do Sudeste do país e que, ao emitir raros programas locais, se centravam na capital, Salvador, e arredores. Nas palavras do ex-diretor, Paolo Marconi⁸¹:

⁸¹ Em entrevista concedida à autora, em outubro de 2005.

A Bahia é um estado muito grande. Não só as televisões como também os outros meios de comunicação mal refletem Salvador, quando muito, o litoral. Não se entra no Estado. No interior, as pessoas nem recebem as notícias, nem são emissores. (MARCONI, informação verbal).

O processo tomou como ponto de partida o “Mapeamento Cultural e Paisagístico da Bahia”. O objetivo era levantar informações em todos os municípios do Estado, para a realização de documentários. Elaborou-se um exaustivo questionário, enviado a todos os municípios baianos. Como apenas 10% destes questionários foram devolvidos, o projeto foi encaminhado com uma base prática, sem contar com uma sistematização das ações (PIRES NETO, 2005).

Durante os quatro anos de gestão, o projeto resultou em 18 programas, dentre documentários, reportagens e especiais. Em 1996, foram produzidos os primeiros programas: **Aquarela Musical do Sertão**, baseado nas atrações da *III Mostra de Arte da Região do Sisal* e dirigido por Ângela Machado, e **Rio de Contas e as Flores da Chapada**, vídeo que, a partir do mote de lançamento de um livro sobre as flores da região, catalogadas por botânicos ingleses do *Royal Botanic Gardens*, mostra as “incontáveis belezas naturais e o valioso acervo histórico de Rio de Contas, município incrustado numa das mais fascinantes regiões da Bahia: a Chapada Diamantina” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 1996).

Esta primeira safra, segundo o pesquisador e jornalista Josias Pires, em seu livro *Bahia Singular e Plural: Registro Audiovisual de Folgedos, Festas e Rituais Populares*,

estava mais próxima da linguagem de grandes reportagens do que propriamente de documentários. Na época, ainda sem proliferação de TVs por assinatura — nas quais são veiculados documentários televisivos — o que se conhecia de grandes reportagens na TV eram aquelas feitas para o ‘Globo Repórter’ da TV Globo, que já havia abandonado a linguagem de documentários usada no início deste programa, na década de 70. O ‘Globo Repórter’, portanto, era o único modelo disponível. (PIRES NETO, 2005, p 85).

Apesar da complexidade de uma classificação por gênero⁸² na TV, meio que se caracteriza pela atenuação dos limites entre as categorias, podemos considerar que, neste momento inicial de produção do “Mapeamento...”, eram produzidas grandes reportagens e não documentários. Eram perceptíveis, no entanto, algumas tensões em torno desta definição. Um exemplo é o vídeo **Rio de Contas e as Flores da Chapada**, no qual foi omitida a data de

⁸² Josias Pires Neto (2005) estabelece critérios gerais para esta diferenciação, segundo os quais a grande reportagem se caracteriza pela presença do repórter na cena, fazendo perguntas e aparecendo diante da câmera nas passagens, uma característica marcante dos primeiros materiais produzidos. Já o documentário se caracterizaria pela existência de maior elaboração da linguagem audiovisual, com desenvolvimento de uma dramaturgia e de um *mise en scène* em que a dimensão artística transcende o registro jornalístico.

lançamento do livro, com o objetivo de evitar uma abordagem “factual” e dar ao programa uma vida temporal mais longa (PIRES NETO, 2005, p 85).

Nesse sentido, o primeiro passo para a produção de documentários pela TVE-Ba foi o programa **Pedro Batista – O Conselheiro Que Deu Certo** (1997), que conta a história de um líder messiânico que atraiu romeiros de diversos estados para a cidade de Santa Brígida. Dirigido por Paulo Lafene, o vídeo foi fruto de um investimento bem maior do que a simples cobertura de um fato jornalístico, caracterizando-se pelo cuidado na produção e pesquisa e pelo uso de recursos estéticos diferenciados.

No ano de 1997, dentro do Mapeamento Cultural e Paisagístico da Bahia, foi iniciado o trabalho de resgate da memória do Estado — através da pesquisa em acervos públicos e particulares, recuperação e telecinagem de filmes feitos na Bahia, entre os anos de 1930 e 1980⁸³ — que resultou na série **Memória em Película**. Ainda neste ano, foram feitas as primeiras pesquisas e gravações para a série **Bahia Singular e Plural**. Com o material, foram elaborados 69 clipes com 1 minuto de duração, exibindo manifestações distintas nos intervalos entre a programação (ROCHA, R., 2006).

Seguindo a tendência da política cultural do Estado, grande parte dos programas do “Projeto de Mapeamento...” apresentava fortes inclinações para o turismo, principalmente em suas vertentes ecológica e cultural, seja na temática abordada, seja na divisão territorial baseada nas zonas turísticas do Estado. Exemplos desta afirmação seriam: **O Outro Lado Da Chapada** (1996); **Abrolhos - O Paraíso Das Baleias** (1996); **Morro De São Paulo – Coração De Tinharé** (1998), dentre outros.

Foram mantidos os cinco programas fixos locais da TVE-Ba: **TVE: Economia & Política**; **TVE: Esporte**; **TV Revista**; **Frente a Frente**; e o **TVE Notícias** (PIRES NETO, 2005). A emissora continuava a se empenhar na divulgação de eventos da cultura local, como a Festa de Iemanjá e a Lavagem do Bonfim, espetáculos de dança e teatro, shows musicais — em especial, na cobertura do “Projeto Petrobras de Música”, “Sua Nota é um Show” e “Terça da Boa Música”—; bem como na produção e veiculação de grandes reportagens, agenda cultural de Salvador, clipes e interprogramas sobre a cultura do Estado.

Como parte da programação especial da emissora, foram produzidos outros três vídeos com temáticas diversas: um educativo/ecológico, em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER); um cultural, sobre a escola de circo Picolino; e outro sobre o aniversário de 20 anos da Rádio Educadora.

⁸³ Visando ampliar o projeto, o IRDEB lançou também uma campanha, pela TV Educativa e Rádio Educadora, solicitando a colaboração de detentores de materiais com estas características.

O período de 1999 a 2002 apresenta uma explícita marca de continuidade da gestão anterior, com a permanência de Paolo Marconi na direção geral da entidade até setembro de 2000. Mesmo após sua saída, em entrevista publicada no Jornal *Correio da Bahia*, o novo diretor, José Estevez, assumia o propósito de:

...dar continuidade ao trabalho de preservação e documentação do projeto de Mapeamento Cultural e Paisagístico da Bahia, com a série Bahia Singular e Plural, não só através dos documentários, mas também através do registro musical. Também vamos sistematizar o *Salvador em Película* e, através do material adquirido e doado, estamos fazendo o levantamento de cerca de 60 horas de gravações para partimos para a catalogação. (DIAS, 2000, p. 07).

Tal continuidade pode ser traduzida pelo lançamento de 12 vídeos no âmbito do “Projeto de Mapeamento Cultural e Paisagístico”, além da veiculação da série **Bahia Singular e Plural**, focada no registro e difusão dos repertórios de expressões culturais do Estado da Bahia, cujo primeiro documentário, **Nego Fugido**, foi lançado em 1999. O registro sonoro e audiovisual dos folguedos, festas e rituais religiosos populares, esteve focado, principalmente, nas áreas rurais e pequenos municípios baianos. Embora o matiz da identidade baiana impresso nestes programas não seja apenas o midiaticamente hegemônico, ele também era aceito e reconhecido pela população do Estado, inclusive em Salvador, devido à sua relação histórica de reavivamento e valorização das tradições – através da oralidade, sotaques, gestual e danças da população do interior.

Ao todo, foram produzidos 18 documentários, oito CDs e mais de uma centena de interprogramas de um minuto. Durante a realização da série **Bahia Singular e Plural**, entre os anos de 1997 e 2002, a TVE-Ba percorreu 54 municípios e registrou 182 manifestações locais de cultura popular. Os documentários também foram exibidos em rede nacional, no programa **Documento Nordeste**, que focava a produção de emissoras nordestinas, principalmente a TVE-Bahia e a TV Universitária de Pernambuco.

A **Bahia Singular e Plural** participou, ainda, de exposições em Lisboa, São Paulo, Paris, além de museus, universidades, escolas secundárias e *shopping centers* de Salvador. Em 2002, ganhou o “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade”, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na categoria divulgação. Devido à projeção internacional da série, alguns vídeos foram legendados em inglês e espanhol (PIRES NETO, 2005).

Também no “Projeto de Mapeamento Cultural e Paisagístico”, a série **Memória em Película**, produziu os vídeos **Salvador em Película: Um século de História** e **A Bahia e o**

Estado Novo, ambos em 1999; e recuperou o documentário **Festas na Bahia de Oxalá** (1969), de Ronaldo Duarte.

A emissora firmou, ainda, um convênio com o Centro de Recursos Ambientais (CRA), com o objetivo de mostrar as áreas de proteção ambiental da Bahia, seu rico patrimônio natural e cultural e as ameaças ambientais enfrentadas. Tratava-se da série **Terra Mater**, composta de quatro programas produzidos entre os anos de 2000 e 2002. Dentre eles, o vídeo **A Natureza da Baía de Todos os Santos** (2001) recebeu o Prêmio Pólo de Proteção Ambiental, promovido pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), em 2002, na categoria Reportagem Televisiva. No ano seguinte, **A Natureza da Costa do Dendê** (2002) ganhou o Grande Prêmio Banco do Brasil.

Apesar da ênfase nos elementos que constituem a diversidade e pluralidade do universo cultural do Estado — em oposição à ideia de um texto identitário único —, o baiano mostrava-se, na tela da Televisão Educativa da Bahia, como um indivíduo que produzia alegria de maneira intrínseca, independente de sua origem.⁸⁴ Dessa forma, ao veicular uma imagem não problematizada dessa Bahia “plural”, a emissora também contribuía para respaldar os projetos políticos do governo em exercício (ROCHA, R., 2006). Por outro lado, os aspectos turísticos — culturais e ambientais — do Estado eram reiteradamente afirmados, a partir dos mais distintos vieses.

Havia também o projeto de levar a programação da emissora para o interior. Em 2000, o Estado contava com 226 estações retransmissoras em operação, abrangendo 223 municípios, dos 350 inicialmente previstos pela administração do Instituto (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2000). Dois anos depois, a digitalização permitiu a ampliação do sinal, aumentando, para 303, o número de municípios cobertos pela emissora (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2002).

No início do segundo governo Paulo Souto, foram promovidas algumas mudanças significativas nas diretrizes programáticas da emissora de TV do IRDEB. Essas transformações, no entanto, não influenciaram nem foram influenciadas pela legislação da entidade. O decreto n.º 8.828, de 2003, que altera seu Estatuto, inclui em seu art. 2, dentre suas finalidades, “a promoção de atividades culturais e educativas, no âmbito do Estado, mediante a utilização de rádio, televisão e outras tecnologias que se fizerem necessárias”; bem como o desenvolvimento de “atividades inerentes à música, ao canto, à dança e ao teatro e à

⁸⁴ Tendo em vista a ênfase da emissora também na cobertura de eventos (shows de música popular da cidade, espetáculos teatrais e de dança, festas de largo, o carnaval alternativo do Pelourinho etc.) da capital, além das formas tradicionais de folguedos e festas rituais do interior

teledramaturgia no Estado da Bahia, com observância das competências específicas exercidas por outros órgãos e entidades do Estado nas mesmas áreas.” (BAHIA, 2003b).

Neste documento, vigente até o momento atual, inexistem dispositivos que contribuam para uma maior objetividade na produção e veiculação de uma programação plural e abrangente. Tampouco são determinados critérios que o Instituto, através de suas emissoras, deve seguir para cumprir com sua missão de serviço pertencente ao campo público de radiodifusão.

Assim, a TVE, então vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), prometia mexer na grade de programação para conquistar novos mercados e investir em *marketing* para ganhar visibilidade.

Além de investir em novos programas [...], a TVE vai reformatar produtos já consolidados, especialmente o *Bahia Singular e Plural*, de longe o maior sucesso da casa. Os sétimo e oitavo CDs da série saem em março e ainda há muito material para editar em áudio e vídeo. Segundo Costa [o diretor geral, João Paulo Costa], o que foi para o ar até agora corresponde a cerca de 5% de tudo o que foi gravado. (LIMA, 2003, p. 1).

Apesar de toda a visibilidade adquirida e do fato do projeto encontrar-se inconcluso, os dois vídeos da série **Bahia Singular e Plural**, produzidos em 2003, foram as últimas realizações da emissora neste sentido. No entanto, *reprises* dos documentários e interprogramas são veiculadas até hoje pela emissora.

Em 2003, foi criado o **Soterópolis**, uma revista eletrônica semanal de abordagem cultural, que vai ao ar, ainda hoje, às quintas-feiras. O programa é composto de matérias e entrevistas com personalidades das artes plásticas, música, teatro, cinema, dança e literatura, além da agenda cultural de Salvador.

Merece destaque a iniciativa do IRDEB de transmitir os jogos do Campeonato Baiano de Futebol, ao vivo, pela Televisão Educativa da Bahia, nos anos de 2004 e 2006. O acordo realizado entre a TVE e a Federação Baiana de Futebol, contou com o apoio da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), através do projeto “Sua Nota é um Show” (FBF..., 2004). Em 2004, a emissora alcançou sucessivos recordes de audiência, chegando a atingir 13 pontos, superada apenas pela Rede Globo. Na segunda edição, a quebra do contrato com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) prejudicou a medição da audiência, mas “atraiu parceiros importantes, como a Embasa e o Grupo Nexcom (Claro), que entraram como patrocinadores da transmissão.” (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2006b, p. 35).

O projeto mais ambicioso, porém, foi a criação do Pólo de Teledramaturgia da Bahia (POTE), cuja função, segundo o diretor geral do IRDEB, João Paulo Costa, era “vender a Bahia para o mundo” (LIMA, 2003, p. 1). Como resultado do projeto, a série **Cenas da Bahia**, baseada em lendas populares, mitos, personagens e outros aspectos da cultura baiana, apresentou quatro produções: **A Mulher de Roxo** (2003); **E os anjos, de onde vêm?** (2004); **Bêbado em Cama Alheia** (2004); **As Penitentes da Freguesia** (2004). O programa **A Mulher de Roxo**, misto de documentário e drama, dirigido por Fernando Guerreiro, foi premiado com o 2º lugar na categoria Ficção do 12º Festival de Vídeo de Teresina, Piauí.

No ano de 2005, através de convênio entre a TVE-Bahia e a TV Bahia, foi possível a co-produção do **Projeto Microdramas**, que consistiu na realização e veiculação, por ambas as emissoras, de cinco programas de um minuto e meio, selecionados através de edital, em comemoração aos 20 anos de cada uma das emissoras. São eles: **Quem não chora não mama; Ponto de Interrogação; A menina do cadarço desamarrado; Liberdade; Nó em pingo d’água** (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2005).

Havia, ainda, a proposta de realização de outros programas, conforme declarações dadas pelo diretor geral do IRDEB, José Américo Moreira da Silva, ao Conselho de Cultura da Bahia, em 04 de outubro de 2005.

Nós criamos também, com o Pólo de Teledramaturgia, dois projetos: o sitcom (sic) um programa de humor chamado “Arrocha”, estrelado por Frank Menezes, muito engraçado, já está pronto. Estamos atrás de patrocínio. É um programa de trinta minutos, muito interessante! O outro é “De Bem com a Vida”, que está pronto também. “De Bem com a Vida” é uma revista eletrônica para idosos; o “Arrocha” é de humor. Seriam semanais. Estão prontos. Nós estamos captando recursos para isso. (SILVA, 2006, p. 120).

Estes outros projetos deveriam ser realizados como desdobramento do POTE. A iniciativa, porém foi sendo sistematicamente esvaziada, ainda em 2006, sem maiores satisfações à sociedade. Segundo o relatório deste ano, dentro da proposta de implementação do projeto, constavam a realização de dois documentários (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2006), o que representa um desvirtuamento de sua função inicial: o fomento à teledramaturgia.

No final da gestão, em dezembro de 2006, a TVE promove uma mudança nos telejornais, apresentando novos nomes, propostas e cenários. O Economia & Política dá lugar ao **TVE Cidadania**; o TV Revista vira **TVE Revista**; e o TVE Notícias passa se chamar **TVE Notícia**. O **Cartão Verde** também passa por alterações no cenário e em sua duração. Foram criados, ainda, os programas: **TVE Cidadania**, o **TVE Memória**, o **Música dos Mestres**, e o **Sextas Baianas**; este último veiculava obras de artistas baianos de curta, média e

longa metragens. Eram ainda exibidos pela TVE, através de co-produção, **Balaio de Gato**, **Decola**, **Passaporte** e **Bahia Náutica** (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2006b).

Três destes programas — o **TVE Memória**, o **Música dos Mestres** e o **Sextas Baianas** foram criados no final da gestão, sem planejamento, estrutura e pessoal, ou seja, sem qualquer capacidade de produção adequada. Havia, inclusive, profissionais que estavam trabalhando nestes projetos sem contrato (PIRES NETO, 2007, informação verbal).

Tal atitude, ainda que bastante comum em momentos de transição em órgãos estatais, reflete o absoluto descaso com a administração de um bem público. No caso de uma emissora de TV, a criação de programas sem o mínimo de estrutura técnica para sua consecução, gera, além do ônus financeiro, um dano, bem mais subjetivo e difícil de mensurar: a perda de credibilidade junto ao telespectador.

4.3.4 Matizes da Cultura em Curso

O cineasta Póla Ribeiro assume, então, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, trazendo uma proposta mais geral de englobar toda a política audiovisual na entidade. Nesta gestão são apresentados como principais objetivos da Televisão Educativa da Bahia o aumento da programação local — não apenas com produção oriunda da emissora, mas também a partir da produção independente; a interiorização da produção e acesso à programação; e a ideia de trazer para a tela da TVE setores da sociedade que, até então, não possuíam visibilidade (RIBEIRO, 2008, informação verbal).

... o fato é que o IRDEB, junto com a Dimas, possa (sic) fazer parte de uma única instituição que seja essa Fundação do Audiovisual, para pensar o audiovisual enquanto estratégia e também o audiovisual enquanto TV e a radiodifusão. Isto, na verdade, é uma coisa nova, foi bastante festejada pelo Ministério da Cultura esta coisa nova que estamos fazendo, pensar cinema, televisão, novos meios, preservação, formação, tudo dentro de um mesmo complexo. (RIBEIRO, 2008 *apud* RUBIM; ROHDE, 2008, p. 55).

Em entrevista cedida a esta pesquisadora, em maio de 2007, o coordenador da TVE entre os anos de 2007 e 2008, Josias Pires Neto, esclarece que já nos três primeiros meses de 2007, a produção da emissora havia superado toda a produção do ano anterior. Houve, inicialmente, uma requalificação da programação, iniciada pela estruturação dos programas jornalísticos da emissora.

No jornalismo a gente já deu uma melhorada. A gente tem três programas diários de jornalismo. O programa da manhã, o TVE Cidadania — que era o antigo Economia e Política, virou TVE Cidadania também no final da gestão — não tinha nenhuma estrutura. Só fazia exibir sobras das matérias diárias do jornalismo e reprisar as matérias do dia anterior. Isso está mudando, a gente estruturou melhor os programas jornalísticos, deu uma mexida na redação... Temos uma situação melhor, mas falta muito ainda. (PIRES NETO, 2007, informação verbal).

No início de 2007, faziam parte da grade fixa de programação local os seguintes programas: **TVE Cidadania**, **TVE Revista**, **TVE Notícias**, **TVE Memória**, **Soterópolis**, **Música dos Mestres**, **Sextas Baianas**, **Brasilerança** (apenas com reprises de programas anteriores) e o **Cartão Verde**. Neste mesmo ano, a emissora deixa de produzir os programas TVE Memória, Música dos Mestres, bem como o Sextas Baianas. É retomada a produção do musical **Brasilerança**, e inaugurado o **TVE Debate**, que traz especialistas, militantes, estudiosos, políticos, dentre outros, para debater temas da agenda estadual e nacional.

Em março de 2007, a grade de programação continha entre 25% e 30% de produção local (PIRES NETO, 2007, informação verbal). A proposta do diretor geral do IRDEB, porém, era de que essa ampliação fosse ainda maior:

Temos só 20% de produção do que exibimos e temos uma meta de chegar pelo menos, até o final do ano que vem, a 50% da programação com produção local. Espaço para a programação existe, a possibilidade de estar interagindo com a sociedade, com as produtoras, com o núcleo de produção, com as poucas coisas que existem no interior, com a FACOM, por exemplo, são grandes as possibilidades de criar e desenvolver uma política de criação de programas, de espaços para a interlocução e também espaço para o debate. (RIBEIRO, 2008 *apud* RÚBIM; ROHDE, 2008, p. 60).

Entretanto, no mês de dezembro de 2008, a quantidade de programação local veiculada ainda estava longe do pretendido, ficando em torno de 15%, incluindo *reprises* e co-produções. Já o propósito de agregar produção independente à grade da emissora, apesar do empenho nesse sentido, ainda não tinha conseguido levar programas diferenciados ao ar, até o fim do período analisado.

No biênio 2007-2008, a TVE seguiu investindo na cobertura e transmissão, ao vivo, de grandes eventos e festas populares que fazem parte do calendário baiano, como a **Lavagem do Bonfim**, a **Festa de Yemanjá**, o **Carnaval em Salvador** — que contou também com a produção de vinhetas, VTs, debates, além de especiais dentro das séries **Nosso Carnaval** —, e as **Festas Juninas**. A emissora também cobriu festas cívicas como a **Independência da Bahia** e o **Sete de Setembro**, e eventos como a **II Conferência Estadual de Cultura** (2007), em Feira de Santana, e a **I Conferência Estadual de Comunicação** (2008) (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2007; 2008).

Dentre os eventos citados, a cobertura do carnaval merece destaque pelo seu propósito de priorizar aspectos da festa que são pouco ou nada divulgados pelos meios de comunicação baianos.

A experiência com o carnaval foi bastante profícua, forte, porque mostrou uma nova cara da televisão e uma nova cara da cidade de Salvador que não estava na Televisão [...]. Aquilo teve muita repercussão na cidade, muita repercussão nas comunidades negras, nos bairros de periferia. A gente fez coisas que nunca tinham sido feitas. Por exemplo, a Noite da Beleza Negra ocorre há vinte e oito anos e nunca havia sido, transmitido pela televisão. Nós ficamos seis horas no ar. (PIRES NETO, 2007, informação verbal).

Ou seja, a emissora vem contribuindo, desde então, para o reconhecimento e a identificação de pessoas pertencentes a setores sociais comumente ignorados pela grande mídia, à exceção das coberturas policiais. Tal iniciativa certamente contribui para a promoção da autoestima, através da visibilidade adquirida sob uma ótica que ressalta aspectos eminentemente positivos destes indivíduos.

Para o **Especial TVE**, foram produzidos 77 programas, dos quais se destacam: **Mulheres em Movimento** de 2007; **Uma Procissão de Fé, Rio de Contas – Tapete da Esperança**; **São Joaquim, a Feira**; e **Antenas Movie Sul** e **Antenas Movie Norte** — todos do ano de 2008. Foram produzidos, também, 405 interprogramas sobre temas diversos, como o carnaval, o aniversário de Salvador, a semana da mulher, a semana da poesia, independência da Bahia, dia do samba etc. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2007).

A produção de documentários, gênero que pode ser considerado referência e diferencial da TVE no Estado, não foi priorizada, até o momento, pela atual gestão do IRDEB. Entretanto, dentre esta pequena amostra, é necessário destacar alguns programas. O documentário **Rio de Contas – Tapete da Esperança**, por exemplo, ao trazer um registro da festa de Corpus Christi, o padroeiro da cidade, privilegiou, de maneira inovadora, fontes e abordagens não institucionais, em torno de um tema subjetivo: a esperança. Também foram adotados enquadramentos pouco convencionais dos entrevistados.

A TVE também co-produziu os programas semanais: **Decola** (de veiculação nacional, com a TVE-Rio, o educativo **Aprovado**, o religioso **Chão e Paz**; **Bahia Náutica**, programa sobre esportes náuticos; o turístico **Passaporte**, o cultural **Balaio de Gato, Espelho Brasil**, de reportagens sobre o país; **Entenda Direito**, que aborda temas jurídicos. A TVE também co-produziu os documentários do DOC TV III — **Os Negativos** e **As cores da Caatinga** (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2007).

O fortalecimento da presença do Estado e o aumento do número de premiados no Programa de Incentivo à Produção e Difusão do Documentário Brasileiro (DOCTV), coordenado nacionalmente pelo Ministério da Cultura e regionalmente pelas TVs públicas, também é um aspecto a ser destacado. Na quarta edição do concurso, lançada em 2007, os documentaristas baianos foram contemplados com seis prêmios de R\$ 100 mil. Destes, dois documentários, **Álbum de Família e Champs**, foram financiados pelo Ministério da Cultura e Banco do Nordeste e quatro — **Ficando Invisível**, **Negros**, **Profissão: Palhaço** e o **Visão de Dentro**, integrantes da primeira edição baiana do DOCTV, foram financiados por entidades do próprio Estado: Assembleia Legislativa da Bahia, Federação das Indústrias da Bahia, Câmara Municipal de Salvador e SECULT/IRDEB (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008). Até o ano de 2006, a TVE contemplava apenas dois projetos anuais, cota mínima prevista pelo programa (BAHIA, 2008a).

Por outro lado, uma ação conjunta da Secretaria da Cultura e da Secretaria de Infraestrutura vem realizando visitas técnicas para a fiscalização e ativação das estações retransmissoras da TVE, no interior do Estado. A instalação de novas emissoras e a recuperação das já existentes permitiram ao Estado contar com um total de 265 emissoras em funcionamento em dezembro de 2008 (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008).

Já em relação à implantação de unidades regionais de produção da TVE, dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial da Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, a única atuação da emissora foi a criação de um núcleo de articulação e apoio à produção de conteúdo audiovisual na comunidade do Centro Histórico e seu entorno.

Mostrar o mercado profissional e o diálogo entre teoria e prática é o objetivo do Projeto que tem duração de um ano e expectativa do ingresso desses jovens no mercado de trabalho audiovisual baiano. Oficinas profissionalizantes na área de TV e vídeo para capacitação de jovens de 16 a 24 anos, palestras e uma série de visitas técnicas à TVE fazem parte do treinamento. (INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, 2008).

Sem desconsiderar a relevância da ação, é necessário atentar para o desvirtuamento do propósito inicial do Programa de Desenvolvimento Territorial, tendo em vista que o núcleo de articulação e apoio à produção de conteúdo audiovisual se situa em uma zona central da cidade de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que esta dissertação se propõe a responder é de que forma a trajetória da Televisão Educativa da Bahia, como televisão estatal que cumpre determinadas finalidades públicas, se relaciona com as políticas culturais do Estado, ao longo dos anos. A fim de compreender esta questão, foi necessário compreender melhor nosso objeto através de uma discussão que envolve a omissão da legislação brasileira, a dificuldade em se delinear um Serviço Público de Radiodifusão, as aproximações e diferenciações entre os modelos televisivos e o papel cultural da televisão pública. Em que pesem as imprecisões e ranhuras do percurso, ele é fundamental para a compreensão da TVE-Ba, emissora que pertence ao campo público de radiodifusão e exerce funções de serviço público, embora vinculada a uma estrutura estatal.

Cabe ressaltar, inicialmente, que a presença social da televisão depende do funcionamento das demais instituições sociais, “uma vez que sua ação cultural é diluída na medida da presença da família, da escola, da religião, da tradição cultural, dos partidos políticos, das formas de governo, dos costumes de ética cotidiana da comunidade” (RINCÓN, 2002. p. 17). Partindo deste pressuposto, buscamos analisar como a televisão pública surgiu e se conformou em alguns países do mundo e, em especial, no Brasil. Este breve panorama serviu também como subsídio para compreender a imbricação entre a televisão e as políticas para a cultura na contemporaneidade, aspecto fundamental na elaboração deste estudo.

De maneira geral, a contextualização da trajetória da Televisão Educativa da Bahia permitiu perceber que, apesar dos inúmeros problemas enfrentados desde o seu surgimento, em 1985, esta TV vem desempenhando um importante papel de proximidade no Estado, abrindo espaço às parcelas excluídas pela televisão comercial, através de uma programação eminentemente cultural, com ênfase nos acontecimentos locais e na pluralidade das expressões e manifestações identitárias.

Além de atuar na formatação de artifícios de representação e reconhecimento destas diversas “Bahias”, a TVE-Ba, pela sua vinculação com o governo estadual, também se configura como parte integrante de um projeto de políticas para a cultura. Ou seja, na tela desta televisão estão contempladas, não apenas as demandas culturais do cidadão baiano, mas os contextos, projetos, ações e ausências das políticas para a cultura no Estado. Ao observar

suas formas de gestão e controle, seu financiamento e sua programação, foi possível perceber que a trajetória da Televisão Educativa da Bahia reproduz, de certo modo, uma série de aspectos já bastante conhecidos e estudados em televisões educativas/não-comerciais do Brasil e da América Latina.

Desta forma, a emissora, ainda que se configure como uma importante “referência de qualidade para a sociedade brasileira e, obviamente, para o modelo comercial” (LEAL FILHO *apud* O DESAFIO..., 2003), vem sistematicamente enfrentando — em determinados momentos, de forma mais aguda — problemas como a falta de recursos técnicos e humanos, a burocracia, a descontinuidade nos projetos implantados e o controle rígido exercido por órgão do governo. A estes aspectos podemos acrescentar, ainda, os baixos índices de audiência e as dificuldades em veicular uma programação independente, diversificada, plural, abrangente, enfim, de qualidade (CAPARELLI, 1982; LEAL FILHO, 1988; RINCÓN, 2002).

Nesse sentido, Regina Mota resume o contexto da televisão pública brasileira de maneira enfática:

Infelizmente, o termo “público” associado à televisão nesse contexto é mais uma *griffe* do que propriamente um projeto político. Tanto do ponto de vista jurídico ou legislativo como do ponto de vista da autonomia administrativa, política e financeira, a maioria dessas emissoras continua submetida aos interesses e limitações dos governos estaduais, a que quase todas estão vinculadas. (MOTA, 2004, p. 77-78).

A assertiva certamente sintetiza a maneira como o controle do governo do Estado é exercido na TVE-Ba, ao longo dos tempos. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, e sua emissora de TV, por conseguinte, não é submetido a quaisquer mudanças substanciais nos três aspectos analisados por esta pesquisa durante toda a sua trajetória. Em outras palavras, independentemente da diversidade de posicionamentos dos governos estaduais em relação à cultura no Estado, a Televisão Educativa da Bahia sempre tende a contribuir para a promoção e legitimação das políticas e ações culturais empreendidas pelas gestões que se sucedem.

O Conselho Curador do IRDEB, por exemplo, apesar da nomenclatura, teve, ao longo dos anos, sua atuação reduzida a aspectos meramente administrativos sem cumprir quaisquer atribuições de um *Conselho de Radiodifusão*, a saber, nomear o diretor-geral ou chefe executivo da organização; nomear o conselho de administração, responsável pelas deliberações nas áreas de administração e finanças; e acompanhar, sugerir e mesmo interferir na programação (RUMPHORST, 2007).

Desde os primeiro momentos, até hoje, a quase totalidade dos membros que fazem parte do Conselho Curador do IRDEB representa órgãos estatais, que os indica. Além disso,

não há uma periodicidade estabelecida para as reuniões, nem garantias em torno da aplicação de suas deliberações. Um exemplo da irrelevância da atuação deste Conselho é o fato de que, desde o início da atual gestão do IRDEB e até o mês de dezembro de 2008, não havia sido feita sequer uma reunião.

Os chefes executivos da instituição, por sua vez, são indicados pelo governador ou secretários, sem qualquer interferência da sociedade, ou exigências em torno de sua capacitação para o exercício do cargo. Os estatutos, ou quaisquer outras normas legais, desde a fundação da emissora e até hoje, não passaram por avanços significativos no sentido de criar mecanismos que contribuam para ampliar a autonomia do IRDEB. No governo atual, apesar do incentivo à participação da sociedade civil na sugestão de propostas e ações para a comunicação, em especial a radiodifusão pública, e a cultura no Estado,⁸⁵ tampouco verificase a realização de mudanças com o intuito de democratizar a gestão do IRDEB.

Os avanços, neste aspecto, poderiam ser representados por ações no sentido de regulamentar a formação de um conselho, com participação social, e diminuir as ingerências do Estado na indicação do diretor-geral do IRDEB pela transferência dessa atribuição a um Conselho Curador, constituído, em sua maioria, por membros de diversos setores sociais, ampliando sua representatividade. Além disso, a possibilidade de remoção imediata do chefe executivo do Instituto, pelo governo em exercício, deveria ser passível de contestação, tendo em vista a continuidade na gestão do órgão e em sua programação, aspectos importantes para sua avaliação e controle.

Também em relação ao financiamento, as alterações foram pouco representativas. Predomina, como principal fonte de recursos do IRDEB, em todo o período analisado, a dotação orçamentária estatal. A partir de 1991, há uma tendência a aumentar a arrecadação própria da entidade através da prestação de serviços, aluguel de equipamentos, recebimento de apoios culturais e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas. A diretriz é adotada pelas gestões seguintes, com maior ou menor fôlego.

Inicialmente, os expedientes utilizados para a arrecadação de receitas merecem maior atenção. A prestação de serviços, se não for submetida a uma normatização clara e específica podem resultar em uma grave distorção das finalidades das emissoras do IRDEB, além de não resultar em aportes financeiros significativos para a Instituição, diante do total arrecadado.

⁸⁵ Ilustradas em eventos como a II Conferência Estadual de Cultura e a I Conferência Estadual de Comunicação, ambos com a participação do IRDEB.

O orçamento que o Estado vem destinando ao Instituto se caracteriza pela regularidade, mesmo nos momentos em que a estrutura do IRDEB era transferida para outras secretarias. No entanto, se por um lado o contingenciamento ou corte de verbas na entidade é um fato incomum, por outro não são verificados embates, nem mesmo questionamentos, entre suas emissoras e o governo.

Nesse sentido, toma relevo a omissão da legislação vigente, bem como das anteriores, acerca do repasse de recursos do Estado para o Instituto. Tal lacuna possibilitou, inclusive, que, diante da mudança de gestão entre os governos opostos de João Durval para Waldir Pires, em 1987, os servidores ficassem sem receber seus salários, provocando uma paralisação que afetou sensivelmente a programação da Televisão Educativa e da Rádio Educadora. Esse fato evidencia, portanto, a urgência de regulamentação apropriada do financiamento do IRDED e, por conseguinte, da TVE-Ba, que garanta a autonomia da gestão, através de sua independência financeira.

Além disso, apesar dos investimentos em tecnologia, da aquisição de equipamentos e das reformas físicas, a dotação orçamentária anual da emissora não permite a inovação em sua programação — seja através da produção interna de programas ou da compra regular de conteúdo audiovisual —, cobrindo apenas gastos com o pagamento de funcionários, a manutenção da entidade e a realização de projetos de baixo custo.

Nesta perspectiva, a aquisição de produção independente é uma interessante alternativa de redução das despesas, ao tempo em que contribui para o fomento do mercado audiovisual no Estado. Contudo, os questionamentos levantados em torno da compra de filmes e documentários pela atual gestão, conforme visto no Capítulo IV, apontam para a necessidade de assegurar a probidade deste processo, sem que as especificidades culturais do produto sejam desconsideradas.

A análise da programação da emissora, por sua vez, apresenta-se como um espaço privilegiado para a reflexão proposta. É na tela da Televisão Educativa da Bahia que as principais políticas culturais implantadas ao longo das diversas gestões podem se refletir, de forma destacada. Principalmente, se considerarmos seu progressivo encaminhamento, a partir da gestão de Paolo Marconi, iniciada em 1995, para uma matriz de programação notadamente cultural, valorizando, em especial, a cultura regional.

No que se refere aos aspectos legais,

...é sempre indispensável esclarecer exatamente a missão ou função pública esperada de um canal público de TV; ou seja, definir o tipo de serviço público e o alcance a ser prestado à audiência pública de um país. Somente nesse momento é possível dar

o passo seguinte de selecionar e combinar uma proposta de programação. (FUENZALIDA FERNÁNDEZ, 2002, p. 193).

Entretanto, os estatutos do IRDEB não indicam direcionamentos a serem assumidos pela programação da TVE-Ba. Não há uma explicitação dos princípios básicos para a prestação dos serviços, orientações para a consecução das finalidades educativas e culturais, indicativos da proposta de programação, cotas para a veiculação de produção regional e independente, mecanismos que garantam a independência de seu jornalismo etc.

Nesse sentido, a brecha na legislação certamente contribui para a omissão do jornalismo da emissora diante da divulgação de fatos negativos sobre o governo em exercício ou ainda para o favorecimento político de alguns grupos em detrimento de outros. A atuação da área jornalística da emissora, porém, não pôde ser analisada com maior ênfase, devido à ausência de programas deste gênero na Videoteca do IRDEB. Tal dificuldade, porém, não invalida o esforço de compreender o funcionamento da emissora, pois buscou-se sua superação a partir da eleição de outros programas que também possuem caráter informativo, como os documentários, por exemplo.

Ao abordar temas ligados à cultura, a emissora tem buscado alternativas em sua programação, em torno de gêneros não tradicionais em emissoras comerciais, como os documentários, bem como as transmissões ao vivo de eventos culturais, com a participação de especialistas; interprogramas e clipes (literários, ficcionais, de divulgação de eventos etc.), dentre outros. É inegável o papel desempenhado pela emissora na representação da diversidade cultural baiana através do reconhecimento de suas singularidades e diversidades, desde sua inauguração. O exemplo de maior destaque, em toda a trajetória da emissora, é o “Projeto de Mapeamento Cultural e Paisagístico” e a premiada “Série Bahia Singular e Plural”, realizados entre os anos de 1996 e 2003.

Também merece relevo a tentativa de incursão da emissora na teledramaturgia, através da criação do Pólo de Teledramaturgia da Bahia (POTE), em 2003. A breve experiência deixou entrever o grande potencial dos profissionais baianos da área audiovisual e, ao mesmo tempo, a incipiência e falta de planejamento do projeto, que não previu a necessidade do estabelecimento de relações com o setor privado e do fomento à sustentabilidade do mercado audiovisual baiano.

Atualmente, passados quase dois anos do início da gestão Wagner, a programação da Televisão Educativa da Bahia não apresentou, até o momento, grandes guinadas no bojo da política cultural do Estado. Não foram produzidas séries de documentários, programas culturais e informativos que mereçam destaque. Apesar da perspectiva, desde o início de

2008, de aumentar a produção local da emissora, a porcentagem deste tipo de programação, em dezembro de 2008, girava em torno de apenas 15% do total veiculado.

Contudo, dentro deste percentual de programação local, percebe-se, através das temáticas dos programas analisados uma mudança na escolha das fontes e dos temas abordados pela TVE-Ba. Emergem na programação, pessoas, lugares e falas que, até o momento, haviam recebido pouca ou nenhuma divulgação dos meios de comunicação do Estado. O maior exemplo desta nova postura é a transmissão do carnaval, que priorizou um olhar diferenciado e diversificado sobre esta festa.

Já a recuperação dos transmissores, que permitiu o acesso das pessoas das cidades situadas no interior do Estado à programação do canal, foi uma interessante iniciativa do período. Entretanto, este acesso deveria dar-se também pelo direito de ser representado. Neste aspecto, a proposta de produção territorializada da programação, com a montagem de núcleos da emissora pelo interior do Estado, não recebeu nenhum encaminhamento mais efetivo.

Por fim, é necessário explicitar que a existência de um complexo de questões entrelaçadas — gestão; qualificação técnica e profissional; financiamento e utilização dos recursos; continuidade administrativa e de projetos; programação; regulamentação etc. — nos impede tratar um ou outro problema de forma taxativa. Por outro lado, a realização deste estudo indica que as questões impostas para a melhoria da televisão pública são de difícil resolução, pois a construção de um Serviço Público de Radiodifusão depende da existência de todo um contexto político-histórico-cultural favorável à implantação de mudanças, não apenas do Serviço Público de Radiodifusão, mas também do poder público e da sociedade que o desenvolve.

Além disso, a televisão pública, mais do que um conceito com características definidas e aspectos pré-estabelecidos, mostra-se como um processo que depende da participação efetiva e constante dos mais diversos atores para a sua consecução. Apenas sob esta perspectiva será possível constituir uma emissora que corresponda, de fato, às necessidades e expectativas do público, exercendo sua função de proximidade, abrindo espaço às diversidades, promovendo novas maneiras de expressão, inovando nas linguagens e nos produtos, trazendo a cidadania para a tela; e promovendo a mobilização social.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos e textos acadêmicos

ALARCON, Anderson de Oliveira. A televisão e o instituto da concessão pública. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 891, 11 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7654>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALANCO, Jan. *Gestão Paulo Souto / César Borges (1995-1998)*. [Salvador, 2006].

Disponível em:

<http://www.cult.ufba.br/arquivos/Pol_ticas_Culturais_da_Bahia__Paulo_Souto____Jan_Balanco__%E2%80%A6.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Mercado brasileiro de televisão*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1988. 173 p.

_____. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____; BRITTOS, Valério. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. In: ENCONTRO COMPÓS, 17, [2008], São Paulo, SP. *Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação*. [São Paulo], 2008. Disponível em:

<http://www.compos.org.br/data/biblioteca_337.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2009.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 15, n.2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de, A influência do jornalismo; e, Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 143 p.

BUCCI, Eugenio. Uma Radiobrás sem 'eira'?. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2008. Espaço Aberto. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/02/14/opi-1.93.29.20080214.1.1.xml>>. Acesso em 10 set. 2008.

BUSTAMANTE, Enrique. *La televisión económica: financiación, estrategias y mercados*. 2 ed. Barcelona: Gedisa, 2004. 220 p.

CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. 284 p.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 2007. 352 p.

CANCLINI, Nestor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 57-68.

CAPARELLI, Sergio. *Televisão e capitalismo no Brasil: com dados da pesquisa da ABEPEC*. Porto Alegre: L & PM, 1982. 196 p.

CARVALHO, Ana Lúcia B. *A TV ao vivo: uma história baiana*. 1989. Projeto de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. Possibilidades para a tv pública no BRASIL: uma reflexão a partir da experiência da Public Broadcasting System (PBS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005. Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=305>. Acesso em: 6 abr. 2009.

FERNANDES, Taiane. *Políticas culturais estaduais na Bahia: governo Antônio Carlos Magalhães - 1991-1994*. Salvador, [2006. 23 p.]. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/Políticas_Culturais_gestao_ACM_91_94_FINAL_Taiane.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. *Políticas Culturais: A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (1995-2006)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FRADKIN, Alexandre. *A TVE ou não é?*. Rio de Janeiro, 07 maio 2007. Disponível em: <http://radiodifusaoeducativa.blogspot.com/2007_05_01_archive.html>, acesso em 10 set. de 2008.

FUENZALIDA FERNÁNDEZ, Valerio. Por uma televisão pública para a América Latina. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 155-200.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 244 p.

JAMBEIRO, Othon. *Regulando a TV: uma visão comparativa no Mercosul*. Salvador: EDUFBA, 2000. 248 p.

_____. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos?. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara: FCL-UNESP, v. 13, n. 24, p. 85-104, 2008.

JANINE, Renato. O poder público ausente: a TV nas mãos do mercado. *Cadernos de Nosso Tempo*, Brasília, v. 2, n. 5, 2001. p. 207-279.

KAUARK, Giuliana. *Políticas culturais no estado da Bahia: gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006)*. [Salvador, 2006]. p. 9-24. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/Políticas_Culturais_da_Bahia_Cesar_Borges_e_Paulo_Souto_Gi%E2%80%A6.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das câmeras: relações entre cultura, estado e televisão*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. *A melhor TV do mundo, o modelo britânico de televisão*. São Paulo, Summus, 1997.

_____. A televisão pública brasileira, um vazio histórico. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16, 2007, Curitiba, PR. *Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação*. Curitiba, jun. 2007.

LÓPEZ GARCÍA, Xosé (Coord.). *Tres décadas de televisión en Galicia: cronoloxía e posicións perante o desafío den novo modelo audiovisual*. [Santiago de Compostela]: Consello da Cultura Galega, Seción de Comunicación, [2005].

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MARTÍN BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. 369p.

_____. *Pre-textos conversaciones sobre la comunicación y sus contextos*. Cali: Universidad del Valle, 1996.

MARTÍN BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 41-80.

MARTINS, Estevão. *Cultura e poder*. Brasília: IRBI, 2002. 184 p.

MARTINS, Marcos Roberto. *Políticas culturais na Bahia: gestões Waldir Pires e Nilo Coelho 1987-1991 (versão preliminar)*. [Salvador, 2006]. 25 p. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/Gestoes_Waldir_Pires_e_Nilo_Coelho_VER_JULHO_2006_roberto.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

MATTELART, Michèle; MATTELART, Armand. *O carnaval das imagens: a ficção na TV*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 206 p.

MATTOS, Sérgio. *A televisão no Brasil: 50 anos de história: 1950 – 2000*. Salvador: PAS: Ianamá, 2000. 344 p.

MIGUEZ, Paulo César. *A organização da cultura na cidade da Bahia*. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MOTA, Regina. Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 77-86, jun. 2004.

MOURA, Milton. Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. [2001]. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

O DESAFIO da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: Rede Brasil, 2003. 128 p.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

OTONDO, Teresa Montero. TV Cultura, a Diferença que Importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 267-301.

PALACIO, Manuel. *Historia de la televisión en España*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

PIRES NETO, Josias. *Bahia singular e plural: registro audiovisual de folguedos, festas e rituais populares*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, FUNCEB, 2005.

PORTALES CIFUENTES, Diego. A Televisão pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 119-154.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Org.). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007. 408 p.

REY BELTRAN, Germán. O cenário móvel da televisão pública: alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 81-118.

RINCÓN, Omar. Televisão: do mais importante, do menos importante. In: _____. (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 13-40.

RISÉRIO, Antônio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1995.

ROCHA, Renata. Só se vê na TV Bahia: a trajetória da emissora de maior audiência no Estado. In: *Relatório de Pesquisa – UFBA/CNPq-PIBIC*. Salvador, 2003.

_____. Televisão e cultura: a cena baiana. In: *Relatório de Pesquisa – UFBA/CNPq-PIBIC*. Salvador, 2004.

ROCHA, Renata. *Televisão e cultura: análise da trajetória de duas tvs públicas*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

RUBIM, Albino. *ACM: Poder, Mídia e Política*. Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Brasília/DF, 29 de maio a 1 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2001.pdf>>, Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000. 133 p.

_____. Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade. In: LEITÃO, Cláudia (Org.). *Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003, p. 89 – 104.

_____. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. In: *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v.9 no 4, março 2000b. p. 74-89.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *INTERCOM: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v.31, n.1, jan./jun. 2008. p. 183-203.

_____; RUBIM, Linda. Televisão e políticas culturais no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, v. 61, p. 16-28, mar./ abr./ maio 2004.

_____; ROHDE, Bruno Faria (Org.). *Políticas culturais na Bahia: governo Jaques Wagner – 2007*. Salvador: EDUFBA, 2008. 70 p.

RUBIM, Lindinalva. Para quem não foi à Bahia. In: _____. *O Feminino no cinema de Glauber Rocha*. 1999. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. p. 8-97

SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico da. Serviço público e interesse público nas comunicações. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Org.). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007. p. 49-82

SCORSIM, Ericson Meister. Princípio constitucional da complementaridade dos sistemas de radiodifusão privado, público e estatal. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1554, 3 out. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10463>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

SIMOES, Inimá Ferreira; COSTA, Alcir Henrique Da; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar: historia da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, [Rio de Janeiro]: FUNARTE, 1986.

SOBREIRA, Sérgio. *Cultura, política e mercado na Bahia: a criação da secretaria da cultura e turismo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977

UCHÔA, Sara. *Políticas culturais na Bahia (1964—1987)*. [Salvador, 2006]. 20 p. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

VALIM, Jussara; BIONDO, Thiana. Televisão na Bahia: 40 anos de história. Salvador, 2002. In: ENCONTRO DA REDECOM, 1, 2002, Salvador. *Anais...* [Salvador], 2002.

VIDIGAL, Fernanda. *A televisão pública no Brasil: um estudo sobre estratégias de manutenção da ordem*. 2008. 150 p. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996. 319 p.

Materiais Jornalísticos

ALVES, Ceci. Cultura para o povo da Bahia. *A Tarde*, Salvador, 05 jan. 2007. Caderno 2, p. 03.

A PORTA da esperança para a TVE. *A Tarde*, Salvador, 03 dez. 1989. Coluna Canal Zero.

BORGES, Kátia. Passo a passo, na Bahia. especial de 50 anos de TV. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 2000.

BORGES, Sérgio. TV Educativa – 3 anos: aniversário e crise. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 nov. 1988.

CARVALHO, Válber. Uma filosofia de Vida está no ar. *Jornal Bahia Hoje*, [Salvador, ca. out. 1995]

CAVALCANTE, Ana Cláudia. Vinte anos de programação regional. *A Tarde*, Salvador, 6 nov. 2005. Revista da TV, p. 20.

CORREGEDOR do TSE chega a salvador para apurar denúncia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 9 nov. 1994. Política, p. 3.

COSTA, Henrique. Conferência de comunicação da Bahia chega a etapa final. *Observatório do Direito à Comunicação*, [São Paulo], 14 ago. 2008. Notícias. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=3840>. Acesso em: 15 out. 2008.

CRUVINEL, Teresa. TV pública: o feito e o por fazer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/imprensa/artigos/tv-publica-o-feito-e-o-por-fazer/>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

DANTAS, Marcelo. Um ano da TV Educativa. *Jornal da Bahia*, Salvador, 08 nov. 1986. Revista, p. 11.

DEMOCON ganhou força na constituinte. *MídiaComDemocracia*, [Brasília], n. 4, nov. 2006. História, p. 20-21.

DIAS, Marcos. Quinze anos em sintonia com a diversidade baiana. *Correio da Bahia*, Salvador, 9 nov. 2000. p.7. Folha da Bahia, p. 07.

EÇA, João. Cinema em saia-justa. *A Tarde Online*, [Salvador], 09 dez. 2008. Cultura. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cultura/noticia.jsf?id=1026687>>. Acesso em: 20. dez. 2008.

EM ENTREVISTA à Abert, Hélio Costa promete minuta de lei até julho. Ministério das Comunicações, [Brasília], 06 mar. 2007. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=9456#>. Acesso em: 31 de agosto de 2007.

FABULOSOS programas de televisão hoje e amanhã no canal – 5. *Diário de Notícias*, Salvador, 18 nov. 1961.

FBF e TVE oficializam a transmissão dos jogos do baianão. *Correio da Bahia*, Salvador, 30 jan. 2004. Esportes, p. 10.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das trevas: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães*. 2. ed. São Paulo: Geração, 2001. 768p.

GREVE afeta programação da TV educativa. *A Tarde*, Salvador, 10 mar. 1987.
HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Ed. Tchê!, [1987]. 300 p.

IRDEB mostra o que a tv educativa faz no governo democrático. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*. Poder Executivo, Salvador, 09 – 10 jul. 1988.

LIMA, Neyse. Bainidade nas Vinhetas. *Correio da Bahia*, Salvador, 26 ago. 1996. Folha da Bahia.

_____. Pólo de Novidades. *A Tarde*, Salvador, 27 jan. 2003. Caderno 2, p. 1

MARIA, Cássia. Depois de 12 anos a Bahia inaugura sua TV Educativa. *Jornal da Bahia*, Salvador, 8 nov. 1985. Revista, p. 1.

MAX, Clécio. TVE moderniza-se na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 20 nov. 1994.
MATOS, Moacyr. Uma ideia no ar propaga a Educação e divulga a Cultura. *A Tarde*, Salvador, 24 nov. 1985.

MATTELART, Armand. Convenção precisa dos movimentos sociais para partir para a práxis. *Cultura e Mercado*, [São Paulo], 25 jun. 2007. Relatos. Entrevista concedida a Carlos Gustavo Yoda. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/post/entrevista-armand-mattelart-convencao-precisa-dos-movimentos-sociais-para-partir-para-a-praxis/>>. Acesso em 27 de jun. de 2007.

MIRANDA, Dóris. Carlos Alberto Simões. TV educativa: a realidade da Bahia. *Atuação*, Salvador, dez. 1985.

MOREIRA, Patrícia. A difícil tarefa da TVE de levar uma programação educativa e alternativa. *Correio da Bahia*, Salvador, 19 out. 1991.

NASCIMENTO, Alessandra. *TVE imagem e cultura da Bahia*. Salvador: Ed. do Autor. 2006. 104 p.

NO ar, a TV educativa canal-2. *Correio da Bahia*, Salvador, 9 nov. 1985. [2º Caderno], p. 4.

OUTRA emissora começa a chegar ao interior. *A Tarde*, Salvador, 08 out. 1986. Municípios.

RINCÓN, Omar. Televisão é para expressão e reconhecimento. *MídiaComDemocracia*, [Brasília], n. 4, nov. 2006. Entrevista, p.16-19. Entrevista concedida a Ana Rita Marini.

ROCHA, Nelson. Uma TVE com a cara da Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 06 fev. 2003.

RUBIM, Albino. MINC rompe com autoritarismo na Cultura. *Terra Magazine*. 26 maio 2007. Cultura. Entrevista concedida a Mateus Damasceno. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1642993-EI6581,00.html>>, Acesso em: 27 mai. 2007.

SANTOS, Ana dos. A vez da bonança na tela da TV educativa. *Correio da Bahia*, Salvador, 13 abr. 1994.

SÉRIE resgata manifestações culturais da Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 11 abr. 1998. Fim de Semana, p. 14.

SOUSA, Ana Paula. Ministro do barulho. *Carta Capital*, São Paulo, n. 507, 06 ago. 2008, p. 28-29.

TRINTA e três anos de imagens. *Bahia Hoje*, Salvador, 19 nov.1993.

TV Bahia completa seu primeiro ano. *Correio da Bahia*, Salvador, 10 mar. 1986, p. 4.

TV-e hoje nos ares da Bahia. *Jornal da Bahia*, Salvador, 19 nov. 1985. Serviço, p. 3.

TV-educativa. *A Tarde*, Salvador, 20 nov. 1967.

TV educativa entra no ar em caráter experimental somente para a federação. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 mar. 1985.

TV educativa entra no ar precariamente. *A Tarde*, Salvador, 11 abr. 1985.

TV educativa fora do ar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 11 mar. 1987. Cidade, p. 11.

YODA, Carlos Gustavo. O Brasil precisa urgente regulamentar o audiovisual. *Agência Carta Maior*, 30 ago. 2006. Entrevista Orlando Senna. Disponível em: <http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12109>. Acesso em: 26 jul. 2007.

_____. III Enecult: na era Gilberto Gil, as políticas culturais alcançam visão antropológica da Cultura. *Agência Carta Maior*, 31 maio 2007. Arte & Cultura. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14221>. Acesso em: 26 de jul. de 2007.

_____; CARVALHO, Eduardo. Depois da experiência do MINC, Bahia procura ser modelo de gestão da Cultura. *Agência Carta Maior*. 5 mar. 2007. Arte & Cultura. Entrevista Márcio Meirelles. Disponível em:
<http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13636>. Acesso em: 26 de jul. de 2007.

Legislação

BAHIA. Lei nº 2.752-A, de 04 de dezembro de 1969. Cria o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*. Poder Executivo, Salvador, BA, 06 fev. 1970, p. 1-2.

_____. Lei nº 65, de 01 de junho de 1983. Autoriza a criação da Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. [Salvador], 1983a. Disponível em:
<<http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leideleg/ld1983065.xml>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Decreto nº 30.145, de 06 de dezembro de 1983. Institui, sob a forma de Fundação, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*. Poder Executivo, Salvador, BA, 07 dez. 1983b, p. 241-247.

_____. Cumprindo a palavra: mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na Abertura da 3ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura em 1 março 1985. In: _____. *Relatório de Governo (1984)*, [Salvador, 1984].

_____. A Bahia mudou: mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na Abertura da 4ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura em 1 mar. 1986. In: _____. *Relatório de Governo (1985)*, [Salvador, 1985].

_____. Lei nº 4.697, de 15 de julho de 1987. Dispõe sobre modificações na estrutura da Administração Pública do Estado da Bahia e dá outras providências. [Salvador], 1987a. Disponível em:
<<http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leiordec1980/leiordec1987/leiordec1987jul/lo19874697.xml>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Decreto nº 361, de 25 de setembro de 1987. Aprova a Resolução nº 03/87, de 22.09.87, do Conselho Administrativo e de Fiscalização do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*. Poder Executivo, Salvador, BA, 25 set. 1987b, p. 147-148.

_____. Decreto nº 393, de 01 de outubro de 1987. Altera dispositivos estatutários do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*. Poder Executivo, Salvador, BA, 02 out. 1987c, p. 156.

_____. Resolução nº 03, de 22 de setembro de 1987. Altera o Estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*. Poder Executivo, Salvador, BA, 25 set. 1987d, p. 148.

_____. Decreto nº 686, de 18 de novembro de 1991. Aprova o Estatuto da Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB. [Salvador], 1991. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/Decretos/Dec1991/Dec686.zip>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995. Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências. [Salvador], 1995. Disponível em: <<http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leiord/leiordec1990/leiord1995/leiord1995jan/lo19956812.xml>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Lei nº 012, de 29 de setembro de 1997. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 005, de 04 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e dá outras providências. [Salvador], 1997a. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/Leicomp/Lc012.zip>>. Acesso em: 15. ago. 2008.

_____. Decreto nº 6.241, de 28 de fevereiro de 1997. Aprova o Estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB. [Salvador], 1997b. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/Decretos/Dec1997/Dec6241.zip>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. [Salvador], 2002. Disponível em: <<http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leiord/leiordec2000/leiord2002/leiord2002dez/lo20028538.xml>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Decreto nº 8.463, de 24 de fevereiro de 2003. Altera o Estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. [Salvador], 2003a. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/Decretos/Dec2003/Dec8463.zip>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Decreto nº 8.828, de 18 de dezembro de 2003. Altera o Estatuto do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. [Salvador], 2003b. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/Decretos/Dec2003/Dec8828.zip>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Constituição do Estado da Bahia. Promulgada em 05 de outubro de 1989. Atualizada até a Emenda Constitucional nº. 11, de 28 de junho de 2005. [Salvador, 2005a]. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/ce.zip>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

_____. Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005. Dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências. [Salvador], 2005b. Disponível em: <<http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leiord/leiordec2000/leiord2005/leiord2005mar/lo20059433.xml>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. [Salvador],

2006. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/segovdown/Leis/Lei2006/Lei10549.zip>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. [Brasília], 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. Decreto nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a lei 4.117, de 27 ago. 1962 (que institui o código brasileiro de telecomunicações). [Brasília], 1967a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm>. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. Decreto nº. 61.285, de 05 de setembro de 1967. Outorga concessão ao Governo do Estado da Bahia, através de sua Secretaria de Educação, para estabelecer, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), para fins educativos. DOU. *Diário Oficial da União*, 08 Set. 1967b (núm. 61285).

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). [Brasília], 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. [Brasília], 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8977.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. [Brasília], 1998a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9612.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre o recebimento de recursos e a veiculação de publicidade institucional por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa, e dá outras providências. [Brasília], 1998b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm>. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007. Cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. [Brasília], 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6246.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências. [Brasília], 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/398.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

_____. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

[Brasília], 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em: 20 ago. 2008.

COLÓMBIA. Lei 335 de 20, de diciembre de 1996. Por la cual se modifica parcialmente la Ley 14 de 1991 y la Ley 182 de 1995, se crea la televisión privada en Colombia y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial*. nº. 42.946, de 24.dic.1996. [Santa Fe de Bogotá, 1996] Disponível em: <http://www.dnp.gov.co/archivos/documentos/DIES_Telecomunicaciones/ley335-1999.PDF>. Acesso em: 04 out. 2008

Relatórios de Gestão e Documentos

BAHIA. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na Abertura da 3ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura em 1 mar. 1989. In: _____. *Relatório de Exercício de 1988*. [Salvador, 1988].

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na Abertura da 4ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura em 15 fev. 1990. In: _____. *Relatório de Exercício de 1989*. [Salvador, 1989].

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na Abertura da 1ª Sessão Legislativa da 12ª Legislatura em 15 fev. 1991. In: _____. *Relatório de Exercício de 1990*. [Salvador, 1990].

_____. Assessoria Geral de Comunicação Social. Transparência e democratização marcam gestão da cultura em 2007. *Comunicação do Governo da Bahia*, Salvador, 03 jan. 2008a. Seção Notícias. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2008/01/02/transparencia-e-democratizacao-marcam-gestao-da-cultura-em-2007>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. *Balanco das Ações do Governo do Estado 2 anos: 2007-2008*. Salvador: EGBA, 2008b. 136 p. Disponível em: <<http://flip.egba.ba.gov.br/reader/balanco.asp>> Acesso em: 25 nov. 2008.

_____. Secretaria de Cultura da Bahia. Caderno de Cultura 2. In: *Resultados da II Conferência Estadual de Cultura*. Feira de Santana, jan/fev. 2008c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Glossário*. Brasília, [19--]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em 20 dez. 2008.

_____. Ministério da Cultura. I Fórum Nacional de TV's Públicas: diagnóstico do campo público de televisão. In: *FÓRUM NACIONAL DE TV'S PÚBLICAS*, 1, [2007, Brasília]. Brasília, 2006. 112 p. (Caderno de Debates vol. 1).⁸⁶

_____. Ministério da Cultura. *Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Brasília, 2007c.

_____. Ministério da Cultura. I Fórum Nacional de TV's Públicas: relatório dos grupos temáticos de trabalho. In: *FÓRUM NACIONAL DE TV'S PÚBLICAS*, 1, [2007, Brasília]. Brasília, 2007d. 116 p. (Caderno de Debates vol. 2)

CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA, 1, 2008, Salvador. *I Conferência de Comunicação Social da Bahia: promovendo seu direito à comunicação* [Caderno preparatório]. Salvador: EGBA, 2008.

DISCURSO do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Ministério da Cultura. Assessoria de Comunicação Social, Brasília, 02 jan.03. Discurso. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php?p=671&more=1&c=1&pb=1>> . Acesso em: 30 ago. 2007.

INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA. *Relatório anual 1985*. Salvador, 1985.

_____. *Relatório de Atividades 1987/88*. Salvador, 1988.

_____. *Relatório de Atividades 1991-1994*. Salvador, 1994.

_____. *Relatório Anual Exercício 1995*. Salvador, 1995.

_____. *Relatório Anual Exercício 1996*. Salvador, 1996.

_____. *Relatório Anual Exercício 1998*. Salvador: IDERB. Secretaria de Educação da Bahia, 1998.

_____. *Relatório Anual Exercício 1999*. Salvador: IDERB. Secretaria de Educação da Bahia, 1999.

_____. *Relatório Anual Exercício 2000*. Salvador: IDERB. Secretaria de Educação da Bahia, 2000.

_____. *Relatório Anual Exercício 2001*. Salvador: IDERB. Secretaria de Educação da Bahia, 2001.

_____. *Relatório Anual Exercício 2002*. Salvador: IDERB. Secretaria de Educação da Bahia, 2002.

⁸⁶ Esse trabalho foi elaborado antes do Fórum Nacional De Tv's Públicas, marcado para acontecer em fevereiro de 2007.

_____. *Relatório Anual Exercício 2003*. Salvador, 2003.

_____. *Relatório Anual Exercício 2004*. Salvador, 2004.

_____. *Relatório Anual Exercício 2005*. Salvador, 2005.

_____. *Relatório Anual Exercício 2006*. Salvador, 2006a.

INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA. *Relatório de Atividades 2003-2006*. Coordenação de Marketing. Salvador, 2006b

_____. *Relatório Anual Exercício 2007*. Salvador, 2007.

_____. *Relatório Anual Exercício 2008*. Salvador, 2008.

MOONEY, Paschal. *Public service broadcasting*. In: Parliamentary Assembly of the Council of Europe. Committee on Culture, Science and Education. Report.. [Brussels, Belgium], 2004. (Doc. 10029). Disponível em:
<<http://assembly.coe.int/main.asp?Link=/documents/workingdocs/doc04/edoc10029.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

PROPOSTA para um Sistema Público de Radiodifusão: uma contribuição ao Fórum de TVs Públicas. [São Paulo]: INTERVOZES, 2007. Disponível em:
<http://www.intervozes.org.br/publicacoes/documentos/intervozes_sistemapublico.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2007.

RUMPHORST, Werner. *Public service broadcasting: model law*. [S.l, 2007]. Disponível em: <http://www.ebu.ch/CMSimages/en/leg_p_model_law_psb_210207_tcm6-50527.doc>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SENNA, Orlando. Discurso do secretário Orlando Senna na abertura do Congresso da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. *Ministério da Cultura. Assessoria de Comunicação Social*, Brasília, 02 ago. 2005. Discurso. Disponível em:
<<http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php?p=11122&more=1&c=1&pb=1>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

_____. Produção independente e regionalização. In: WORKSHOP DE PROGRAMAÇÃO PARA TV PÚBLICA, 2007, Salvador. *Palestra...* Salvador: IDERB, [1995]. Disponível em:
<<http://www.irdeb.ba.gov.br/workshoptvpublica/palestras/orlando.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

SILVA, José Américo Moreira. A política de cultura do governo do estado, a partir da ação do instituto de radiodifusão educativa da Bahia. In: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (BA). *Políticas públicas de cultura*. Salvador: P555, 2006. p. 111-139.

UNESCO. *Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas*. San José, C.R.: Oficina de la Unesco para América Central, 2006. 208 p. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001415/141584s.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2008.

APÊNDICE A**Relação de Gestores do IRDEB**

Tabela 1 – Relação de Gestores: Governo do Estado, Secretarias e IRDEB

Relação de Gestores			
Período	Governo do Estado	Secretaria de vinculação do IRDEB	IRDEB
03.1983 - 03.1987	João Durval Carneiro (1983-1987)	SEC - Edivaldo M. Boaventura (1983-1987)	Sergio Mattos (1983-1984) Carlos Alberto Simões (1984-1987)
03.1987 - 03.1991	Waldir Pires (1987-1989)	SEC - Maria Augusta R. Rocha (1987-1989)	José Acácio Ferreira (1987-1988)
	Nilo Morais Coelho (1989-1991)	SEC - Joir Brasileiro (1989-1991)	Walter Tanuri (1989-1990)
03.1991 - 01.1995	Antônio Carlos Magalhães (1991-1994)	SEC - Dirlene Mendonça (1991-1995)	Fernando Vita (1991-1995)
	Ruy Trindade (1994)		
	Antônio José Imbassahy (1994-1995)		
01.1995 - 01.1999	Paulo Ganem Souto (1995-1999)	SEC - Edilson Souto Freire (1995-1999)	Paolo Marconi (1995-1999)
01.1999 - 01.2003	César Borges (1999-2002)	SEC - Eraldo Tinoco (1999-2002) / Ana Lucia Castelo Branco (2002)	Paolo Marconi (1999-2000)
	Otto Alencar (2002-2003)	SCT - Paulo Gaudenzi (2002-2003)	José Estevez Moreira (2000-2003)
01.2003 - 01.2007	Paulo Ganem Souto (2003-2007)	SCT - Paulo Gaudenzi (2003-2007)	João Paulo Costa (2003-2004)
			José Américo M. da Silva (2004-2006)
			José Weliton A. dos Santos (2006-2007)
01.2007 - atual	Jacques Wagner (2007-atual)	SECULT - Márcio Meirelles (2007-atual)	Póla Ribeiro (2007-atual)

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1985, 1988, 1994, 1995, 1999, 2000, 2003, 2004, 2007, 2008).

APÊNDICE B

Tabelas sobre o Financiamento do IRDEB

Tabela 2 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo João Durval

Governo João Durval			
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia			
Receita			
	1985		1986
Fonte	Arrecadação	%	Arrecadação
Tesouro Estadual	24.538.150.000	92,61%	—
Receita Própria	146.865.000	0,55%	—
Órgãos Federais	162.298.000	0,61%	—
FUNDESE	1.650.000.000	6,23%	—
Total	26.497.313.000	100,00%	45.606.198.000,00

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA, (1985)

* Moeda: Cruzeiros (Cr\$)

Tabela 3 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo João Durval

Governo João Durval			
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia			
Despesa por Categorias Econômicas			
Natureza da Despesa	Exercícios Financeiros		
	1985		1986
	Valor Abs.	%	—
Pessoal e Encargos	15.949.973.000	58,08%	—
Outras despesas de custeio	3.451.125.000	12,57%	—
Despesas de exerc. ant.	0	0,00%	—
Transferências correntes	148.051.000	0,54%	—
Investimentos	7.396.675.000	26,94%	—
Inversões Financeiras	13.509.000	0,05%	—
Transferências de capital	501.340.000	1,83%	—
Total	27.460.673.000	100,00%	—

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1985).

* Moeda: Cruzeiros (Cr\$)

Tabela 4 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Waldir Pires/Nilo Coelho

Governo Waldir Pires/Nilo Coelho						
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia						
Receita						
	1987		1988		1989	1990
Fontes	Arrecadação*	%	Arrecadação*	%	—	—
Tesouro Estadual	160.455.067	91,33%	846.517.132	97,44%	—	—
Receita Própria	11.996.215	6,83%	17.382.978	2,00%	—	—
Órgãos Federais	2.069.000	1,18%	3.138.000	0,36%	—	—
Outras Fontes	1.161.708	0,66%	1.542.695	0,20%	—	—
Convênios	não desc.	—	não desc.	—	—	—
Total	175.681.990	100,00%	868.580.805	100,00%	—	—

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1994).

* Moeda: Cruzados (Cz\$)

Tabela 5 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Waldir Pires/Nilo Coelho

Governo Waldir Pires/Nilo Coelho						
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia						
Evolução da Despesa Realizada (Empenhada) Segundo Categorias Econômicas						
Natureza da Despesa	Exercícios Financeiros					
	1987		1988		1989	1990
	Valor Abs.	%	Valor Abs.	%	—	—
Pessoal e Encargos	147.866.414	82,67%	767.962.981	83,88%	—	—
Outras despesas de custeio	19.187.387	10,73%	86.047.502	9,39%	—	—
Despesas de exerc. ant.	53.146	0,03%	4.334.154	0,48%	—	—
Transferências correntes	5.147.372	2,88%	7.476.749	0,81%	—	—
Investimentos	6.605.737	3,69%	49.830.577	5,44%	—	—
Inversões Financeiras	0	0,00%	0	0,00%	—	—
Transferências de capital	0	0,00%	0	0,00%	—	—
Total	178.860.056	100,00%	915.651.963	100,00%	—	—

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1994).

* Moeda: Cruzados (Cz\$)

Tabela 6 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy

Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Receita								
	1991		1992		1993		1994	
Fonte	Arrecad.*	%	Arrecad.*	%	Arrecad.*	%	Arrecad.*	%
Tesouro Est.	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—
Órgãos Fed.	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—
Outras Fontes	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—
Convênios	15.882	0,37%	273.358	5,36%	919.744	12,51%	1.481.379**	19,98%
Total	4.257.837	100,00%	5.092.922	100,00%	7.349.342	100,00%	7.413.793**	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1988b).

* Moeda: Dólar (US\$)

** Valores previstos

Tabela 7 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy

Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Despesa Realizada (Empenhada) Segundo Categorias Econômicas								
Natureza da Despesa	Exercícios Financeiros							
	1991		1992		1993		1994	
	Valor Abs.*	%	Valor Abs.*	%	Valor Abs.*	%	Valor Abs.*	%
Pessoal e Encargos Desp.	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—
Correntes	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—	não desc.	—
Investimentos	218.589	7,10%	1.622.445	35,47%	3.565.981	44,76%	1.155.172	15,58%
Total	3.046.353	100,00%	4.573.618	100,00%	7.966.516	100,00%	7.413.793**	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1988b).

* Moeda: Dólar (US\$)

** Valores previstos

Tabela 8 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Paulo Souto

Governo Paulo Souto								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Receita Segundo Categorias Econômicas								
Especificação (FONTE)	Exercícios Financeiros							
	1995		1996		1997		1998	
	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total
Receitas correntes	5.091.314,02	94,41%	7.091.222,23	91,06%	7.965.333,86	68,63%	8.295.691,76	94,06%
Receita Própria (40)	115.093,22	2,13%	252.426,01	3,24%	451.903,86	3,89%	604.318,82	6,85%
Tesouro Estadual (00)	4.679.696,84	86,78%	6.838.796,22	87,82%	7.513.430,00	64,73%	7.691.372,94	87,20%
Recursos Federais (31)	283.893,96	5,26%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Recursos Estaduais (62)	12.630,00	0,23%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas de Capital	301.215,00	5,59%	696.000,00	8,94%	3.641.165,00	31,37%	524.300,00	5,94%
Tesouro Estadual (00)	185.215,00	3,43%	696.000,00	8,94%	3.641.165,00	31,37%	524.300,00	5,94%
Contrapartida Estado (01)	116.000,00	2,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	5.392.529,02	100,00%	7.787.222,23	100,00%	11.606.498,86	100,00%	8.819.991,76	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1995, 1996, 1998)

* Em reais (R\$)

Tabela 9 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Paulo Souto

Governo Paulo Souto								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Despesa Realizada (Empenhada) Segundo Grupos de Despesa e Projetos/Atividades								
Grupos de Despesa	Exercícios Financeiros							
	1995		1996		1997		1998	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Pessoal e Encargos	2.849.153,14	44,32%	3.594.601,29	40,83%	3.911.028,94	41,27%	4.016.039,39	45,39%
Outras despesas correntes	2.536.768,95	39,46%	2.934.347,73	33,33%	3.259.324,26	34,39%	3.144.374,98	35,54%
Investimentos	1.042.685,07	16,22%	2.275.389,65	25,84%	2.306.727,39	24,34%	1.686.919,25	19,07%
Total	6.428.607,16	100,00%	8.804.338,67	100,00%	9.477.080,59	100,00%	8.847.333,62	100,00%

Instrumentos de Programação	Exercícios Financeiros							
	1995		1996		1997		1998	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Projetos	1.488.436,19	23,15%	2.572.796,24	29,22%	2.916.099,41	30,77%	2.209.856,96	24,98%
Atividades	4.940.170,97	76,85%	6.231.542,43	70,78%	6.560.981,18	69,23%	6.637.476,66	75,02%
Total	6.428.607,16	100,00%	8.804.338,67	100,00%	9.477.080,59	100,00%	8.847.333,62	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1995, 1996, 1998)

* Em reais (R\$)

Tabela 10 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo César Borges/Otto Alencar

Governo César Borges/Otto Alencar								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Receita Segundo Categorias Econômicas								
Especificação (FONTE)	Exercícios Financeiros							
	1999		2000		2001		2002	
	Arrecadação* % do total							
Receitas correntes	7.816.165,51	87,08%	8.348.109,35	79,87%	9.358.873,41	90,57%	10.157.672,59	88,77%
Receita Própria (40)	642.761,43	7,16%	544.120,54	5,21%	557.169,21	5,39%	839.657,57	7,34%
Tesouro Estadual (00)	6.856.633,73	76,39%	7.803.988,81	74,66%	8.801.704,20	85,18%	9.318.015,02	81,43%
Outras Receitas Correntes (00)	316.770,35	3,53%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Receitas de Capital	1.159.407,64	12,92%	2.104.047,42	20,13%	974.295,80	9,43%	1.285.540,98	11,23%
Tesouro Estadual (00)	1.159.407,64	12,92%	2.104.047,42	20,13%	974.295,80	9,43%	1.285.540,98	11,23%
Contrapartida Estado (01)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	8.975.573,15	100,00%	10.452.156,77	100,00%	10.333.169,21	100,00%	11.443.213,57	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1999, 2000, 2001, 2002)

* Em reais (R\$)

Tabela 11 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo César Borges/Otto Alencar

Governo César Borges/Otto Alencar								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Despesa Realizada (Empenhada) Segundo Grupos de Despesa e Projetos/Atividades								
Grupos de Despesa	Exercícios Financeiros							
	1999		2000		2001		2002	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Pessoal e Encargos	4.175.550,92	42,03%	4.149.255,53	40,83%	4.607.658,74	46,82%	5.172.614,09	46,42%
Outras despesas correntes	4.184.928,20	42,13%	3.922.349,82	38,60%	4.258.858,20	43,28%	4.685.799,13	42,05%
Investimentos	1.573.339,59	15,84%	2.090.301,53	20,57%	974.295,80	9,90%	1.285.540,98	11,54%
Total	9.933.818,71	100,00%	10.161.906,88	100,00%	9.840.812,74	100,00%	11.143.954,20	100,00%

Instrumentos de Programação	Exercícios Financeiros							
	1999		2000		2001		2002	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Projetos	2.828.585,67	28,47%	2.825.041,69	27,80%	2.135.602,02	21,70%	2.128.347,78	19,10%
Atividades	7.105.233,04	71,53%	7.336.865,19	72,20%	7.705.210,72	78,30%	9.015.606,42	80,90%
Total	9.933.818,71	100,00%	10.161.906,88	100,00%	9.840.812,74	100,00%	11.143.954,20	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1999, 2000, 2001, 2002)

* Em reais (R\$)

Tabela 12 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o segundo Governo Paulo Souto

Governo Paulo Souto								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Receita Segundo Categorias Econômicas								
Especificação (FONTE)	Exercícios Financeiros							
	2003		2004		2005		2006	
	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total
Receitas correntes	12.482.532,48	93,67%	12.614.297,89	99,83%	14.634.657,45	94,40%	16.624.045,07	99,14%
Receita Própria (40)	624.724,48	4,69%	707.876,83	5,60%	780.973,43	5,04%	704.112,07	4,20%
Tesouro Estadual (00)	11.857.808,00	88,98%	10.925.421,06	86,46%	12.300.000,90	79,34%	15.859.269,00	94,58%
FIES (60)	0,00	0,00%	981.000,00	7,76%	1.473.043,12	9,50%	0,00	0,00%
Desc. De Recursos (00)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	80.640,00	0,52%	60.664,00	0,36%
Receitas de Capital	843.192,00	6,33%	21.964,94	0,17%	868.955,98	5,60%	144.500,00	0,86%
Tesouro Estadual (00/60)	843.192,00	6,33%	21.964,94	0,17%	218.955,98	1,41%	144.500,00	0,86%
Fundo de Cultura - FCEB (50)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	650.000,00	4,19%	0,00	0,00%
Total	13.325.724,48	100,00%	12.636.262,83	100,00%	15.503.613,43	100,00%	16.768.545,07	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (2003, 2004, 2005, 2006a)

* Em reais (R\$)

Tabela 13 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o segundo Governo Paulo Souto

Governo Paulo Souto								
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia								
Evolução da Despesa Realizada (Empenhada) Segundo Grupos de Despesa e Projetos/Atividades								
Grupos de Despesa	Exercícios Financeiros							
	2003		2004		2005		2006	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Pessoal e Encargos	5.819.020,58	44,17%	6.529.272,38	51,43%	7.559.762,53	51,99%	9.269.541,78	58,07%
Outras despesas correntes	6.513.230,09	49,43%	6.144.986,07	48,40%	6.758.384,55	46,48%	6.568.061,71	41,15%
Investimentos	843.192,00	6,40%	21.964,94	0,17%	222.200,98	1,53%	124.830,81	0,78%
Total	13.175.442,67	100,00%	12.696.223,39	100,00%	14.540.348,06	100,00%	15.962.434,30	100,00%

Instrumentos de Programação	Exercícios Financeiros							
	2003		2004		2005		2006	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Projetos	2.591.746,49	19,67%	1.177.700,10	9,28%	945.897,25	6,51%	701.514,36	4,39%
Atividades	10.583.696,18	80,33%	11.518.522,99	90,72%	13.594.450,81	93,49%	15.260.919,94	95,61%
Total	13.175.442,67	100,00%	12.696.223,09	100,00%	14.540.348,06	100,00%	15.962.434,30	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (2003, 2004, 2005, 2006a)

* Em reais (R\$)

Tabela 14 - Receita arrecada pelo IRDEB durante o Governo Jacques Wagner

GOVERNO JACQUES WAGNER				
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia				
Evolução da Receita Segundo Categorias Econômicas				
ESPECIFICAÇÃO (FONTE)	Exercícios Financeiros			
	2007		2008	
	Arrecadação*	% do total	Arrecadação*	% do total
Receitas correntes	18.813.429,04	97,30%	20.882.865,84	96,71%
Receita Própria (40)	928.913,20	4,80%	1.494.603,22	6,92%
Tesouro Estadual (00)	17.461.856,00	90,31%	18.088.918,78	83,77%
FIES (60)	0,00	0,00%	318.067,00	1,47%
Desc. De Recursos (00)	422.659,84	2,19%	981.276,84	4,54%
Fundo de Cultura – FCEB	0,00	0,00%	150.666,40	0,70%
Receitas de Capital	521.668,00	2,70%	710.382,72	3,29%
Tesouro Estadual (00/60)	521.668,00	2,70%	373.439,22	1,73%
Fundo de Cultura - FCEB (50)	0,00	0,00%	336.943,50	1,56%
Total	19.335.097,04	100,00%	21.593.248,56	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (2007, 2008)

* Em reais (R\$)

Tabela 15 - Despesa do IRDEB por categorias econômicas durante o Governo Jacques Wagner

Governo Jacques Wagner				
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia				
Evolução da Despesa Realizada (Empenhada) Segundo Grupos de Despesa e Projetos/Atividades				
Grupos de Despesa	Exercícios Financeiros			
	2007		2008	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Pessoal e Encargos	10.127.487,62	58,90%	11.238.786,73	55,86%
Outras despesas correntes	6.739.120,77	39,19%	8.344.708,41	41,48%
Investimentos	327.531,37	1,90%	534.619,39	2,66%
Total	17.194.139,76	100,00%	20.118.114,53	100,00%

Instrumentos de Programação	Exercícios Financeiros			
	2007		2008	
	Valor Abs.*	% do total	Valor Abs.*	% do total
Projetos	902.180,13	5,25%	546.083,20	2,71%
Atividades	16.291.959,63	94,75%	19.572.031,33	97,29%
Total	17.194.139,76	100,00%	20.118.114,53	100,00%

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (2007, 2008)

* Em reais (R\$)

APÊNDICE C

Tabelas sobre a programação da TVE-Ba

Tabela 16 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo João Durval

Governo João Durval	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba – 1985	
Nome	Tema/Gênero/Formato
Especial de Inauguração	
Amado Jorge	Docudrama
Filhos da Bahia	Musical
Cinema Olympia	Filmes de Longa Metragem/depoimentos e entrevistas sobre a realização
Em Cartaz	Informativo (Agenda Cultural do Estado)
TVE Gente	Interprograma (Tipos da Bahia)
TVE Ruas	Interprograma (Ruas de Salvador)
Mercado de Trabalho	Informativo
Almanaque Eletrônico	Informativo
Jornal dos Bichos	Infantil
Mães das Estrelas	Informativo/depoimentos
TVE Clipes	Videoclipe
Fêmea	Informativo (feminino)
Circuito E	Informativo
O Jornalismo corresponde a 80% da programação	

Fonte: INSTITUTO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1985)

Tabela 17 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Waldir Pires/Nilo Coelho

Governo Waldir Pires/Nilo Coelho	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba - 1987/1990	
Programação Normal	
Nome	Tema/Gênero/Formato
Debate Especial	Jornalístico
A Bahia na Constituinte	Jornalístico
Em Cena	Cultural
Educação Urgente	Educativo
Com a Boca no Mundo	Jornalístico/Cultural
Revista da Manhã	Jornalístico/Cultural
Antena Ligada	Cultural
Linha Direta	Jornalístico
TV Cidadania	Jornalístico
Temos nosso próprio tempo	Cultural – Jovem
Frente a Frente	Jornalístico - Entrevistas
Afro-Memória	Cultural
Grande Jornal	Jornalístico
Circuito Esportivo	Esportivo
Programação Especial	
Nome/ano	Tema/Gênero/Formato
John Lenon	Cultural
A Sagração da Primavera	Cultural
Noel Rosa	Jornalístico/Cultural
Pelourinho	Cultural
A Irmandade da Boa Morte - 1988	Cultural
Especial Salvador	Cultural
Dilemas da Modernidade	Cultural
A Lenda da Lagoa Escura - 1988	Jornalístico/Cultural
Memória Viva	Cultural – Série
Nós que amamos a revolução - 1989	Cultural
Mangue Seco - 1990	Ecológico - Jornalístico
Mata, Mangue, Morro	Ecológico – Jornalístico
Meio Ambiente	Ecológico – Jornalístico
Vídeo Bahia Ecológico	Ecológico – Jornalístico
Caminhos da Chapada - 1988	Ecológico – Jornalístico
Vinhetas	
TVE é	
Três anos de TVE	
Dois de Julho	
Oitenta anos de Imigração Japonesa	
Cinquenta anos da morte de Lampião	
Centenário de Fernando Pessoa	
Conheça a Constituição	
Natal	

Fonte INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1988) / Videoteca do IRDEB

Tabela 18 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy

Governo Antonio Carlos Magalhães/Ruy Trindade/Antonio Imbassahy	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba - 1991/1994	
Programação Normal	
Nome	Tema/Gênero/Formato
Economia e Política	Jornalístico
TV Revista	Jornalístico/Cultural
TVE Notícias	Jornalístico
TVE Esporte	Esportivo
Frente a Frente	Jornalístico/Cultural
Cinco Minutos	Agenda Cultural
Programação Especial	
Nome	Tema/Gênero/Formato
Trasmissão - Missa do Bonfim	ao vivo
Educar é preciso (IRDEB/SEC)	série/educativo
Curso de Formação Profissional - Barman (IRDEB/SENAC)	Tele-aula/educativo

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1994)

Tabela 19 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Paulo Souto

Governo Paulo Souto	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba - 1995/1998	
Programação Normal	
Nome	Tema/Gênero/Formato
TVE: Economia & Política	Jornalístico
TV Revista	Jornalístico/Cultural
TVE Notícias	Jornalístico
TVE Esporte	Esportivo
Frente a Frente	Jornalístico/Cultural
Programação Especial	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Novos Alagados, Um exemplo de Educação Ambiental (IRDEB/CONDER) - 1995	Educativo/Ecológico - Jornalístico
Hoje tem espetáculo - Picolino, uma Escola de Circo – 1996	Espectáculos/Informativo
Educadora FM - 20 anos - 1998	Cultural/jornalístico
Projeto Mapeamento Cultural e Paisagístico	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Aquarela Musical do Sertão - 1996	Cultural-jornalístico
Rio de Contas e as Flores da Chapada - 1996	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Eu Vi Boa Morte Sorrir... - 1996	Cultural/turístico-jornalístico
O Outro Lado Da Chapada - 1996	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Abrolhos - O Paraíso Das Baleias - 1996	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Canudos – Uma História Sem Fim - 1996	Cultural-jornalístico
Baía De Todos Os Santos - 1997	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Monte Santo – O Caminho Da Santa Cruz - 1997	Cultural-jornalístico
2 de Julho – A Festa Da Independência Da Bahia - 1997	Cultural-jornalístico
Romeiros Do Bom Jesus - 1997	Cultural-jornalístico
Os Últimos Saveiros Da Bahia - 1997	Cultural-documentário
Pedro Batista – O Conselheiro Que Deu Certo - 1997	Cultural-documentário
Quixabeira – Da Roça À Indústria Cultural - 1998	Cultural/turístico-documentário
Morro De São Paulo – Coração De Tinharé - 1998	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Recôncavo na Palma da Mão I e II - 1998	Cultural/turístico-documentário
As Espadas De Fogo De São João - 1998	Cultural-documentário
Testemunhas Silenciosas – Ruínas Do Recôncavo – 1999	Cultural-documentário
Clipes, Vinhetas e Interprogramas	
69 interprogramas - Bahia Singular e Plural/Mapeamento Cultural e Paisagístico	

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1995, 1996, 1998) / Videoteca do IRDEB

Tabela 20 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo César Borges/Otto Alencar

GOVERNO CÉSAR BORGES/OTTO ALENCAR	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba - 1999/2002	
Programação Normal	
Nome	Tema/Gênero/Formato
Economia & Política	Jornalístico
TV Revista	Jornalístico/Cultural
TVE Notícias	Jornalístico
Cartão Verde Bahia	Esportivo
Gente.com	Jornalístico/Cultural
Programação Especial	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Rodin, O Gênio do Eterno Retorno - 2001	Cultural-documentário
Tambores e Deuses (IRDEB/WDR - Televisão Educativa de Colonia - Alemanha) - 2001	Cultural-documentário
O Povo do Carnaval - 2001	Cultural-jornalístico
Série Minha Terra - (IRDEB/UPB) - 200/2002 (56 programas)	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Projeto Mapeamento Cultural e Paisagístico	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Testemunhas Silenciosas – Ruínas do Recôncavo - 1999	Cultural-documentário
A Capoeiragem na Bahia - 2000	Cultural-documentário
Ventos, a Bahia dos Viajantes - 2000	Cultural/turístico-jornalístico
A Linha do Trem – Um Caminho Esquecido - 2000	Cultural-documentário
Desfile 500 Anos - 2000	Cultural-jornalístico
O Mundo Encantado da Chapada - 2001	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
O Outro Lado da Ilha - 2001	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Os Santos de Junho – Antônio, João e Pedro - 2002	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
A Noiva: História de uma Louca Paixão por Castro Alves – 2002	Cultural-jornalístico
Baía De Camamu – Um Mergulho Na Costa Do Dendê – 2002	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Horácio De Mattos – Um Coronel entre dois Mundos – 2002	Cultural-documentário
Ilê Axé Bahia – A Saga dos Orixás - 2002	Cultural-documentário
O Portal da Misericórdia - 2002	Cultural-documentário
Projeto Mapeamento Cultural e Paisagístico - Bahia Singular e Plural	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Nego Fugido - 1998	Cultural-documentário
As Burrinhas Da Bahia - 1999	Cultural-documentário
Ternos e Folias – Festas De Reis - 1999	Cultural-documentário
Ternos e Folias – Folias De Negros - 1999	Cultural-documentário
Mastros Sagrados e Profanos - 2000	Cultural-documentário
O Pequeno Grande Mundo de Santa Brígida - 2000	Cultural-documentário
Caretas e Zambiapunga - 2000	Cultural-documentário
Chegança de Mouros - 2000	Cultural-documentário

Lutas de Cristãos e Mouros - 2000	Cultural-documentário
Caboclos na Festa do Divino - 2000	Cultural-documentário
Cantos de Trabalho - 2000	Cultural-documentário
Bumba-Meu-Boi - 2000	Cultural-documentário
Marujada - 2001	Cultural-documentário
Índios do Sertão - 2001	Cultural-documentário
Encontro De Reis Da Chapada – Reisado Zé De Vale – 2001	Cultural-documentário
Dança De São Gonçalo - 2002	Cultural-documentário
Projeto Mapeamento Cultural e Paisagístico - Memória em Película	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Salvador Em Película – Um Século De História - 1999	Cultural-jornalístico
A Bahia e o Estado Novo - 1999	Cultural-jornalístico
Terra Mater	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
A natureza na Costa do Descobrimento - 2000	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
A Natureza da Baía de Todos os Santos - 2001	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
A Natureza do Litoral Norte - 2002	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
A Natureza da Costa do Dendê - 2002	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (1999, 2000, 2001, 2002) / Videoteca do IRDEB

Tabela 21 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Paulo Souto

Governo Paulo Souto	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba- 2003/2006	
Programação Normal	
Nome	Tema/Gênero/Formato
Economia e Política	Jornalístico
TV Revista	Jornalístico/Cultural
TVE Notícias	Jornalístico
Cartão Verde	Esportivo
Gente.com	Jornalístico/Cultural
Soterópolis	Jornalístico/Cultural
Brasilerança (a partir de 2004)	Musical/Cultural
Fala Tudo (a partir de 2006)	Jornalístico/Cultural
Música dos Mestres (a partir de 2006)	Cultural
Sextas Baianas (a partir de 2006)	Cultural/Cinema
TVE Memória (a partir de 2006)	Cultural/Reprises
Juca Chaves - Só para inteligentes (co-produção)	Entrevistas/Cultural
Black TV - Negro na TV (co-produção)	Jornalístico/Cultural
Insight - O intervalo virou programa (co-produção) - a partir de 2005	Jornalístico/Cultural
Bahia Náutica (co-produção) - a partir de 2006	Esportivo
Lugar de Homem é na Cozinha (co-produção) - a partir de 2006	Jornalístico/Cultural
Decola (co-produção) - a partir de 2006	Jornalístico/Cultural
Passaporte (co-produção) - a partir de 2006	Jornalístico/Turístico
Espelho Brasil (co-produção) - a partir de 2006	Jornalístico/Turístico/Cultural
Balaio de Gato (co-produção) - a partir de 2006	Cultural
Ver TV (co-produção) - a partir de 2006	Cultural
Programação Especial/Documentários	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Botica Sertaneja (co-produção) - 2003	Cultural-documentário
Ilhéus – Tve Na Praça - 2003	Cultural-documentário
Loucos por Carnaval - 2003	Cultural-jornalístico
Alegria, Alegria - 2003	Cultural-jornalístico
Viver Bahia – A Indústria Do Carnaval (co-produção) – 2003	Cultural-jornalístico
Uma jornada de 30 anos e mais - 2003	Cultural-jornalístico
Metrópolis - Arte e Cultura na Bahia (co-produção - TV Cultura) - 2003	Jornalístico/Cultural
Série Minha Terra - (IRDEB/UPB) - 2003/2004 (45 programas)	Cultural/ecológico/turístico-jornalístico
Picolino Cidadania No Picadeiro	Cultural-documentário
Tve 18 Anos De História - 2004	Cultural-jornalístico
O Carnaval do Trio Elétrico - 50 Anos de Tapajós - 2004	Cultural-documentário
Carnaval na Bahia - 120 Anos de Folia - 2004	Cultural-documentário
Carnaval na Bahia - História e Tradição - 2004	Cultural-documentário
Beleza Pura (5 programas) - 2004	Cultural-jornalístico
Viver Bahia - 2004	Cultural-jornalístico
Viver Bahia - Blocos Afro - 2004	Cultural-jornalístico

Centro Histórico: A Memória de Salvador - 2004	Cultural-documentário
Fragmentos da Arte Universal - 2004	Cultural-jornalístico
Cânticos de São João - 2004	Cultural-jornalístico
Oratórios Cânticos e Rezas para os Santos de Junho - 2004	Cultural-documentário
Sambas Juninos - 2004	Cultural-documentário
Especial Rural (06 programas) - 2004	Cultural-jornalístico
Zé de Irará - O Tom da Bahia - 2004	Cultural-documentário
Walter Queiroz "Sob o Sol da Bahia" - 2004	Cultural-documentário
Pessoas e lugares - 2004/2005 (5 programas)	Cultural-jornalístico
Carnaval na Bahia (5 programas) - 2005	Cultural-jornalístico
Micareta de Feira (2 programas) - 2005	Cultural-jornalístico
Estrela Azul Mãe Estrela - 2005	Cultural-documentário
Histórias, Lendas e Músicas do Sertão - 2005	Cultural-documentário
Três Safoneiros do Velho Chico - 2005	Cultural-documentário
Menelaw Sete - 2005	Cultural-documentário
TVE em 20 Anos - 2005	Cultural-jornalístico
Um Grito de Carnaval - O Canto do Paroano Sai Milhó - 2006	Cultural-jornalístico
Oh! Abre Alas! A Trajetória das Músicas de Carnaval - 2006	Cultural-jornalístico
Atrás do Trio Elétrico - 2006	Cultural-jornalístico
Colombina, Um Sucesso Inesquecível - 2006	Cultural-jornalístico
Caymmi - Um Mestre da Bahia - 2006	Cultural-jornalístico
Projeto Mapeamento Cultural e Paisagístico	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Jacobina – Portal da Chapada Norte - 2003	Cultural-documentário
Paraguçu – O Rio que Passa na História da Bahia - 2003	Cultural/turístico-documentário
Rio Jiquiriçá – Da Nascente ao Litoral - 2003	Cultural/turístico-documentário
Naufrágios na Bahia – Imagens e Histórias - 2004	Cultural-documentário
Moça Branca da Bahia - 2004	Cultural-documentário
Gaiaku Luiza – Força e Magia dos Voduns - 2004	Cultural-documentário
As Grutas De Iraquara - 2004	Cultural/ecológico/turístico-documentário
Campo Alegre de Lourdes - 2005	Cultural-documentário
Guanambi - Beija-flor do sertão - 2005	Cultural-documentário
Parque Estadual de Cnudos - O cenário da Guerra - 2006	Cultural-documentário
Projeto Mapeamento Cultural e Paisagístico - Bahia Singular e Plural	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
Festa de São Roque - 2003	Cultural-documentário
Cosme e Damião - Os Santos Gêmeos - 2003	Cultural-documentário
Pólo de Teledramaturgia – POTE	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
A Mulher De Roxo - 2003	Cultural-docudrama
E Os Anjos, De Onde Vêm? - 2004	Drmas/Suspense-Ficção
Bêbado em Cama Alheia - 2004	Humor-Ficção
As Penitentes da Freguesia - 2004	Humor-Ficção
DOCTV	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato

DOCTV I: Máquina de Fazer Democracia - Vida e Obra de Anísio Teixeira - 2004	Cultural-documentário
DOCTV I: Tumbalá Tupinambá: Irmãos do Mundo - 2004	Cultural-documentário
DOCTV II: Mandinga em Manhathan - 2005	Cultural-documentário
DOCTV II: Mário Gusmão, o Anjo Negro da Bahia - 2006	Cultural-documentário

Fonte: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (2003, 2004, 2005, 2006) / Videoteca do IRDEB

Tabela 22 - Programação produzida pela TVE-Ba durante o Governo Jacques Wagner

GOVERNO JACQUES WAGNER	
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	
Programas TVE-Ba - 2007/2008	
Programação Normal	
Nome	Tema/Gênero/Formato
TVE Cidadania	Jornalístico
TVE Revista	Jornalístico/Cultural
TVE Notícia	Jornalístico
TVE Esporte (a partir de 2008)	
TVE Debate (a partir de 2008)	
Cartão Verde	Esportivo
Soterópolis	Jornalístico/Cultural
Brasilerança (a partir de 2008)	Musical/Cultural
Música dos Mestres (até 2007)	Cultural
Sextas Baianas (até 2007)	Cultural/Cinema
TVE Memória (até 2007)	Cultural/Reprises
Aprovado (co-produção)	Educativo
Chão e Paz (co-produção)	Religioso
Bahia Náutica (co-produção)	Esportivo
Decola (co-produção) (até 2007)	Jornalístico/Cultural
Passaporte (co-produção)	Jornalístico/Turístico
Espelho Brasil (co-produção)	Jornalístico/Turístico/Cultural
Balaio de Gato (co-produção)	Cultural
Entenda Direito (co-produção) (a partir de 2008)	
Educa Bahia (co-produção) (a partir de 2008)	
Programação Especial/Documentários	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
29 Anos de Educadora - 2007	Cultural-documentário
Mulheres em Movimento - 2007	Cultural-documentário
Nosso Carnaval (11 programas) - 2007	Cultural-jornalístico
Festas Juninas do Sertão - 2007	Cultural-jornalístico
Festas Juninas da Chapada - 2007	Cultural-jornalístico
Uma procissão de Fé - 2008	Cultural-documentário
São Joaquim, A Feira - 2008	Cultural-documentário
Rio de Contas - Tapete da Esperança - 2008	Cultural-documentário
Nosso Carnaval (7 programas) - 2008	Cultural-jornalístico
Revista Brasil Especial (2 programas) - 2008	Cultural-jornalístico
Antenas Movie (2 programas) - 2008	Cultural-documentário
Festas Juninas (4 programas) - 2008	Cultural-documentário
Capoeira Bahia Brasil - 2008	Cultural-documentário
DOCTV	
Nome/Ano	Tema/Gênero/Formato
DOCTV III: Os Negativos - 2007	Cultural-documentário
DOCTV III: As Cores da Caatinga - 2007	Cultural-documentário

Fonte: INSTITUTO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (2007, 2008) / Videoteca do IRDEB

